

Anais da III Semana Acadêmica de Economia

Realização

Programa de Educação Tutorial Economia UFF Niterói - PET Economia

Coordenadora

Bianca Imbiriba Di Maio Bonente

Comissão Organizadora

Ana Gabriela Machado Ferreira

Gabrielle Bastos e Silva Machado

Isadora Lopes Alves

Lucas Martins Crispin

Luiz Carlos dos Santos Faria Junior

Marcus Vinicius Galera Lobo Jardim Motta

Monique Castello Branco Lopes

Naayra Kopke Buarque da Silva

Paulo Raitzik Zonenschein

Pedro Rodrigues Torres

Sofia Akamine

Thomas Comin Gregorio Vidal

Comissão Científica

Elismar de Souza Neto

Ian José Horta Gois da Silva

Lisa de Lima Bittencourt Chinelatto

Mayara Drummond

Maria Laura Paiva Sales da Silva

Identidade Visual do Evento

Naayra Kopke Buarque da Silva

Diagramação

Lucas Martins Crispin

Apoio

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - CORECON-RJ

Ilustração da capa

Amanda Silva Almeida (IG: @espacialidade)

Índice

Economia Política, História do Pensamento Econômico, História Econômica e Metodologia

5 Agoniza mas não morre: as raízes pós-modernas da retirada da obrigatoriedade da disciplina de História Econômica na História UFF

Alice Ribeiro Dias e João Pedro Lima Souto

21 Neoliberalismo e Crise Ambiental: A Privatização das Águas em Foco

Lucas Trotte Oliveira, Monique Castello Branco Lopes e Thomas Comin Gregorio Vidal

36 A Dinâmica Econômica em Keynes: Uma Exposição dos Conceitos Econômicos Contidos nos Capítulos 1 a 14 da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Thomas Comin Gregorio Vidal

Economia social, Desenvolvimento, Desigualdades e Políticas Públicas

51 Entre os Alimentos-Mercadorias e a Insegurança Alimentar: o Programa Moeda Social Arariboia no enfrentamento à fome em Niterói – RJ

Danillo Bueno Lopes Gonçalves

67 A Desigualdade Social no Território do Rio de Janeiro

Ana Clara de Almeida Silva e Guilherme Santos

Macroeconomia, Economia Internacional, Economia Brasileira, Economia do Setor Público, Economia Regional

76 BRICS: Identificação das Principais Barreiras ao Comércio Intrabloco

Lívia Adriana Costa Estevam da Silva

Microeconomia, Economia Industrial, Desenvolvimento Regional, Economia Ambiental e Ecológica

89 Sustentabilidade no Ecoturismo e Infraestrutura
Ecológica: O Papel da Fitorremediação

Luiz Carlos Castro de Araujo Lima

Agoniza mas não morre: as raízes pós-modernas da retirada da obrigatoriedade da disciplina de História Econômica na História UFF

Alice Ribeiro Dias¹ e João Pedro Lima Souto²

Introdução

O presente artigo, fruto dos acúmulos de leituras e debates promovidos pela disciplina de História Econômica, ministrada pelo professor Cezar Honorato, visa engajar uma discussão em torno da retirada da obrigatoriedade da disciplina de História Econômica do Currículo da História UFF, entendendo as motivações e o debate gerado no processo da Reforma Curricular de 1992, bem como investigar o contexto histórico e intelectual ao qual se deu sua retirada. As fontes mobilizadas para sustentação científica do presente artigo girarão em torno do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Departamento de História (IHT - UFF), publicações em revistas e textos acadêmicos, bem como o uso de entrevistas com Professores do Departamento de História (IHT - UFF). Procuraremos, através da revisitação dos debates correntes à época, construir as condições intelectuais e historiográficas que suscitaram uma hegemonia que escanteou a História Econômica da centralidade das discussões historiográficas, abrindo espaço para uma linha (política) ontológico-metodológico de relativização científica nos anais da História.

O trabalho decorrerá em sete partes de organização dos debates propostos, incluindo esta seção introdutória. Ao longo de 3 seções abordaremos os antecedentes da virada pós-moderna, que terão elementos chave para compreender o contexto intelectual que impactou a produção historiográfica brasileira, foco da quinta parte do texto. Em seguida, traremos considerações a respeito da Reforma Curricular de 1992 na História UFF, nos apoiando em entrevistas realizadas com os professores Cezar Honorato e Carlos Gabriel Guimarães.

1 Graduanda em História/UFF

2 Graduando em História/UFF

Por fim, o artigo conta com a seção final da qual sintetizamos todo debate levantado ao longo de nosso trabalho.

Antes de nos ocuparmos com os debates que ocorreram na Reforma Curricular de 1992, é necessário que tomemos conhecimento do processo de virada ontológica que acometeu a história-disciplina globalmente durante as décadas de 70 e 80, que possibilitaram a relativização da importância do eixo de História Econômica. O Projeto Político-Pedagógico vigente da História UFF, descreve esse processo em sua introdução, evidenciando o impacto imposto:

“O currículo de História objeto da presente reformulação foi elaborado na década de 1990, no auge dos debates acerca da natureza do discurso histórico, de seu valor de verdade e da possibilidade de produzir conhecimento em uma condição permanente de assimetria entre conhecimento e experiência, como já diagnosticava F. Falcon em 1998 ao analisar as implicações epistemológicas da “crise da história” (na apresentação à edição brasileira de *Passés Recomposés. Champs et chantiers de l’histoire*, orgs. J. Boutier et D. Julia, 1995). (PPP, 2016-2018)

Raízes Históricas da virada pós-moderna

Na introdução do livro *Domínios da História*, Ciro Flamarion apresenta as raízes históricas dessa virada: “Uma das opções possíveis para definir o deslocamento de paradigma na área das humanidades e das ciências sociais que se liga, em nosso século, a um processo mais ou menos longo cuja fase decisiva parece ter sido 1968-1989” (CARDOSO, 1997, p. 21). E mais adiante na apresentação da virada desses paradigmas: “

Útil aos estudantes, professores e pesquisadores que atuam no setor dos estudos históricos, consiste em adotar, até por razões de economia de espaço, uma perspectiva macro-teórica: apresentar a disciplina histórica hoje a partir da oposição entre dois paradigmas polares, chamando-os de “iluminista” e “pós-moderno”” (CARDOSO, 1997, p. 22)

O paradigma “iluminista” como nomeia Ciro, anterior ao processo da virada ontológica, é composto pelas mais diversas correntes ontológico-metodológicas da modernidade, desde a fundação das ciências de análise da vida social tal qual conhecemos hoje. No entanto, ainda dentro da diversidade das correntes da modernidade, o marxismo se apresenta enquanto um ponto de inflexão às demais, subvertendo as categorias de análise das ciências sociais até então. Procuraremos, a partir de agora, estabelecer as relações histórico-concretas que o marxismo (escanteando suas interpretações vulgarizadas) influenciou a Economia e a História, para então compreendermos as raízes da Historiografia Econômica clássica brasileira.

Desde o desenvolvimento do método do materialismo histórico e dialético, inicialmente apresentado por Marx em sua *Introdução à Crítica da Economia Política* de 1859, Economia e História, em seu processo de subversão dialética, são disciplinas essenciais e necessárias à aplicação metodológica para a análise e apreensão da realidade. Isto porque, para Marx, a disciplina da economia deveria se rebelar à sua constituição vulgarizada clássica, que se limitava a desassociação dos aspectos econômicos da vida social das ações do homem. Em Marx, a economia é entendida enquanto a ciência da expressão dos aspectos da reprodução da vida social promovida pelo *ser social*. Gyorgy Lukács descreve bem as bases ontológicas da Economia burguesa vulgar, em *Para uma Ontologia do Ser Social* (Volume 1), ele expõe:

“A economia política burguesa sempre padeceu do dualismo produzido pela rígida separação desses dois procedimentos. Em um polo, surge uma história econômica puramente empírica, na qual desaparece a conexão verdadeiramente histórica do processo global; no outro polo - da teoria da utilidade marginal até as pesquisas manipulatórias singulares de hoje -, surge uma ciência que, de modo pseudo teórico, faz desaparecer as conexões autênticas e decisivas, mesmo que, em casos singulares, casualmente possam estar presentes relações reais ou seus vestígios.” (LUKÁCS, 2012, p. 306)

Em seu célebre *Prefácio de 1859*, Marx expõe sua visão de mundo a partir de seus estudos mais direcionados à Economia e a investigação da reprodução social de variadas formas sociais desde a antiguidade. Sobre a forma social burguesa, ele desenvolve sobre as bases metodológicas de apreensão do real, e mais adiante as relações dialéticas das diversas dimensões da vida social, ele expõe:

“na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.” (MARX, 1982)³

Nesse sentido, podemos estabelecer portanto, que Marx inaugura uma nova interpretação acerca da então chamada “Economia Burguesa”. Essa interpretação, no entanto, foi e é até os dias atuais, duramente combatida pelos ideólogos burgueses, que sempre buscaram alienar e velar o campo da Economia à ações sem sujeitos, ou mesmo colocá-las enquanto teses que estabelecem vínculos de seu produto à natureza do ser humano. O aliciamento das práticas

³ Direitos de tradução em língua portuguesa reservados pela Editorial “Avante!” - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982.

econômicas cotidianas e globais às ações humanas, como explicitou Marx, é um tanto perigosa para os mesmos, uma vez que apontar que seu produto - a miséria e a desigualdade - foram e são produzidas por sujeitos, que as pensam e as fazem.

Estabelecida então, a nova essência que Marx buscou para a economia, nos ocuparemos de expor as interpretações de Marx (e os marxistas) sobre a História, construindo seus processos de virada ontológica, em especial à Historiografia Alemã. Para tanto, nos interessa expor as bases da historiografia alemã desde o Historicismo Alemão, pois como aponta Ciro Flamariom em *Domínios da História*, há um retorno metodológico na essência do paradigma “Pós-Moderno” da história-narrativa, que encontra sua gênese justamente nesse corte historiográfico.

O Historicismo Alemão

A essência da metodologia (e também da ontologia que a precede) do Historicismo Alemão é fundamentada na desvinculação de uma história aliada a processos globais, não apenas a priorização de elementos particulares em relação à universais, mas também a negação da existência de qualquer relação entre as categorias. Essa relação é expressa por José D’assunção Barros⁴:

“O paradigma historicista completo, este é o ponto, principia enfaticamente com (1) o reconhecimento da ‘relatividade do objeto histórico’. De acordo com este princípio, inexistem leis de caráter geral que sejam válidas para todas as sociedades, e qualquer fenômeno social, cultural ou político só pode ser rigorosamente compreendido dentro da história. A historicidade do objeto examinado (uma sociedade humana, por exemplo, mas também uma vida humana individual, ou qualquer evento ou processo já ocorrido ou em curso) deve ser o ponto de partida da investigação – e não, como propunha o Positivismo, a universalidade das ‘sociedades humanas’ ou a unidade fundamental do comportamento humano. Aprender com radical historicidade toda e qualquer realidade, seja esta uma realidade social ou natural (ou as duas coisas) será aqui a palavra de ordem historicista: o ponto cego do qual tudo se origina.” (BARROS, 2012, p. 405)⁵

A relação entre História e legalidade na historiografia alemã também é destacado por Lukács, ele argumenta:

“A ciência burguesa, em particular a alemã depois de Ranke, construiu uma oposição entre lei e história. A história é vista como um processo cuja unicidade, incomparabilidade, irrepetibilidade etc. manifestas seriam antinômicas em

4 Historiador e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil).

5 Revista Antíteses v. 5, n.9, p. 391-419, jan/jul 2012

relação à “validade perene” das leis. Porém, tendo em vista que as questões ontológicas são aqui deixadas de lado, a antinomia se reduz ao dualismo entre pontos de vista que se excluem reciprocamente, sendo por isso não científica.” (LUKÁCS, 2012, p.358)

O trecho destacado para a atribuição de uma História “sem leis” é evidenciado pela manipulação da relação sujeito-objeto, reduzindo o ofício do historiador a singularidades desconectadas da realidade mais ampla. A apreensão dessa relação será necessária para apontarmos mais a frente as bases ontológicas e metodológicas do “Paradigma pós-moderno” que em muito conversa com o tipo determinado da relação sujeito-objeto do Historicismo Alemão.

Ainda dentro da Historiografia alemã, a relação entre História e legalidade é questionada tanto pela influência de Nietzsche quanto, e principalmente, por Hegel, que inaugura uma nova visão de mundo acerca da História.

Cabe mencionar, sem muito alongar pois não se trata de nosso objeto, que a relação de Marx e Hegel com a História foram parte de uma mesma síntese no seio do marxismo. A concepção teleológica da História, sob uma perspectiva de uma linearidade hiper determinada em muito influenciou o marxismo por todo século XX, como apontaremos futuramente, os clássicos da Historiografia Econômica brasileira foram fortemente acometidos por essa concepção.

O atestamento de uma Teoria (ou Filosofia) da História em Marx ainda é um ponto polêmico entre os marxistas, no entanto, desde seus escritos sobre uma nova concepção de História na Ideologia Alemã, é possível estabelecermos seus princípios ontológicos acerca da ciência. “Só conhecemos uma única ciência, a ciência da história” (MARX & ENGELS, 2007, p. 86). Esse atestamento revela em Marx que a História possui uma centralidade para a apreensão metodológica da realidade, é nela que ocorre também o processo de socialização do ser social, se singularizando de qualquer outro ser da Natureza. Como apontam Marcelo Carcanholo⁶ e André Guimarães⁷, principais intérpretes da Teoria Social Marxista, a interpretação acerca de uma filosofia da História se dá no apontamento das bases materiais que possibilitaram a reprodução do ser social, desvinculando-se dos entendimentos - quase futurólogos - de transição ao socialismo por determinação “histórica”. Ambos apontam:

“Assim, não há filosofia da história em Marx porque a história não pode ser derivada de princípios abstratos. Não se trata de uma contraposição de uma

6 Doutor e Professor do Departamento de Economia/UFF.

7 Doutor e Professor do Departamento de Economia/UFF.

filosofia da história idealista – história como desenvolvimento da consciência - e uma materialista - história como desenvolvimento das forças produtivas - esta última supostamente presente em Marx. Uma teoria da história em Marx, presente desde *A Ideologia Alemã*, pode ser resumida nos princípios de que as forças produtivas são sociais, de que relações de produção e forças produtivas se determinam reciprocamente e que o papel das forças produtivas como momento predominante é apenas o de condicionante, de limitador de possibilidades.” (CARCANHOLO & GUIMARÃES, 2014, p. 21)

Por fim, retomando os entendimentos do Historicismo Alemão acerca da relação entre a História e suas legalidades exposto anteriormente, Gyorgy Lukács oferece a interpretação do Materialismo Histórico, apontando na categoria *Trabalho* a base do movimento em que a História é feita, o húngaro diz:

“Em Marx, ao contrário, a lei é o movimento interno, imanente e legal do próprio ser social (...) eleva - historicamente - sobre o mundo inorgânico e orgânico, mas não pode jamais, por necessidade ontológica, abandonar essa sua base. O elo central de mediação, que desse modo se coloca cada vez mais energeticamente além da mera naturalidade, mas conservando-se, de maneira irrevogável, radicado nela, é o trabalho.” (LUKÁCS, 2012, p. 359)

Concluída a primeira parte da exposição do artigo, fundada na articulação acerca das interpretações sobre Economia e História antes, com e após Marx e seu método, podemos concluir portanto que a ontologia marxista oferece novas interpretações teórico-metodológicas acerca das Ciências. A exposição dessas interpretações foram necessárias para colocarmos futuramente, ao apontar as bases do paradigma pós-moderno, que a virada do paradigma é também um atestamento para determinar o fim de interpretações globais conexas na apreensão da realidade, tal qual o marxismo se propõe.

A virada pós-moderna

O professor Ciro Flamariom, na introdução da obra *Domínios da História*, examina os principais pontos ontológicos e metodológicos que os autores da virada pós-moderna utilizaram para desenvolver sua linha de pensamento irracionalista contemporânea. Ciro expõe:

“O primeiro ponto, se aplicado à história-disciplina, levaria a afirmar que os pretensos centros (entenda-se: lugares de onde se fala) a partir dos quais se afirmariam as diversas posturas diante da mesma não são legítimos ou naturais, mas sim ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são universais: são sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder (em outras palavras: não há História; há histórias “de” e “para” os grupos em questão).” (CARDOSO, 1997, p. 39)

Há evidente, na exposição acima, a negação da categoria da universalidade

de, bem como suas relações. Essa afirmação implica na quebra de articulação do objeto-História com sua realidade material, bem como na estratificação dos complexos que articulam a reprodução da vida social, independente de sua determinação temporal. A definição do objeto para os autores da virada pós-moderna implica na apreensão de uma História recortada e desarticulada, um retorno à História sem complexidade e sem cientificidade.

No ponto seguinte de exposição, Ciro também coloca a centralidade do *metadiscurso* e do estudo da culturalidade na sociedade dentro da teoria pós-moderna, articulada aos processos de descrença de uma teoria global da História, ele expõe:

“O segundo ponto significa que, no mundo em que agora vivemos, qualquer “metadiscurso”, qualquer teoria global, tornou-se impossível de sustentar devido ao colapso da crença nos valores de todo tipo e em sua hierarquização como sendo universais, o que explicaria o assumido niilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose e interpretação (hermenêutica) impossíveis de ser hierarquizados de algum modo que possa pretender ao consenso.” (CARDOSO, 1997, p. 39)

E mais adiante na resposta sobre a indagação da centralidade da episteme na construção da história-narrativa:

“seria recomendável abandonar o analítico, o estrutural, a macroanálise, a explicação — ilusões cientificistas — em favor da hermenêutica, da microhistória, da valorização das interações intencionalmente dirigidas, da concepção da história como sendo narrativa e literária. (CARDOSO, 1997, p. 42)

Os trechos destacados evidenciam os aspectos da projeção pós-moderna sobre a realidade e a História na determinação do fim de interpretações globais, bem como da universalidade. Essa perspectiva, que buscaremos desenvolver em nossa conclusão, objetivou o combate ao marxismo, e por conseguinte do eixo de História Econômica que sempre esteve lotada com intérpretes do marxismo, e também para além destes, de teses globais e universalizantes da História, como a braudeliana.

História Econômica e as raízes marxistas no Brasil

A historiografia brasileira adentra uma nova era a partir dos anos 30. É com Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. que o campo se modifica e inicia uma nova tradição no modo de produção do conhecimento, lidando com fontes e metodologias antes não trabalhadas, é a partir desse momento que os estudos da História Econômica Brasileira buscam

entender as raízes da sociedade e a formação da economia do Brasil. Livros que posteriormente vem a se tornar clássicos são publicados desse período em diante, como *Casa-Grande & Senzala* de Freyre em 1933, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de 1936, e Caio Prado, já um pouco depois, com *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942. O momento de agitação política e econômica tanto mundial quanto do país da década de 30 pode explicar as novas reflexões sobre a sociedade brasileira que impulsionaram esses estudos. A crise de 1929, a famosa Revolução de 30 - ou Golpe dependendo das bases de análise - e a Segunda Guerra geram debates sobre como organizar a economia dos Estados para alcançar o desenvolvimento.

A tríade mencionada possui cada um suas especificidades mas são constantemente apresentados juntos pela relevância que ganham no contexto em que escrevem inaugurando um novo objeto de análise: o Brasil em sua totalidade. Gilberto Freyre aparece primeiro com um postulado que até o hoje permeia o imaginário da população brasileira que é a ideia da formação de um povo mestiço resultado das interações entre os povos indígenas, os europeus e os escravizados africanos. A sua interpretação se destaca muito pelo método que é utilizado na época, contendo elementos que foram conseguidos graças a aproximação a outras áreas das Ciências Humanas. O sociólogo Antônio Cândido⁸ coloca o poder dessa articulação em palavras:

“*Casa-grande & Senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. Digo isso em virtude da preocupação do autor com os problemas de fundo biológico (raça, aspectos sexuais da vida familiar, equilíbrio ecológico, alimentação), que serviam de esteio a um tratamento inspirado pela antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país.”
(CÂNDIDO, p.10, 1995)

Apesar de ser passível de diversas críticas - como uma certa visão idealizada das relações entre os grupos que compuseram a formação social e cultural do que chamamos de brasileiro e que não compreende as violências que permearam esse processo - os trabalhos de Freyre foram fundamentais para abrir caminho para reflexões referentes à construção a realidade brasileira, sendo essas contribuições posteriores colocadas em contraposição às ideias dele mas também produções que se propõe somar com as formulações de Gilberto Freyre.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como Freyre, é considerado um dos fundadores do ensaísmo e tem grande importância para a historiografia por

8 Antônio Cândido foi um sociólogo e crítico literário brasileiro, ele foi o responsável por escrever o prefácio e o post-scriptum do livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda em edição publicada pela Companhia das Letras.

ser capaz de uma grande articulação disciplinar no seu clássico através de um jogo dialético.

“O seu respaldo teórico prendia-se à nova história social dos franceses, à sociologia da cultura dos alemães, a certos elementos de teoria sociológica e etnológica também inéditos entre nós. No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um rigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo, que faz lembrar Simmel e nos parecia um corretivo à abundância nacional.”(CÂNDIDO,1995, p.10)

É pensando o “homem cordial” que Holanda analisa a construção social, política, econômica e cultural no Brasil, da colonização ao século XX, apontando os efeitos de uma herança ibérica, da escravidão e de uma economia agrária. Ele mostra como o afeto e os laços comunitários são algumas das fraquezas das estruturas políticas brasileiras, que funcionam em tom informal devido a tal cordialidade. Em *Raízes do Brasil* é pontuado “com fina sensibilidade, algumas das mazelas de nossa vida social, política e afetiva, entre elas a incapacidade secular para separar o espaço público do privado” (HOLANDA, 1995).

Já Caio Prado foi o responsável por olhar para o país colocando em prática pela primeira vez o materialismo histórico como chave de “interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo”(CÂNDIDO, p,11, 1995). Antes mesmo de *Formação do Brasil Contemporâneo* ele já trazia o método para o cenário intelectual, no livro *Evolução Política do Brasil* de 1933 o autor se utiliza da base marxista para construir a sua análise, porém em tom mais ensaístico que a obra de 1942.

A perspectiva pradiana tem tamanha importância que constitui um paradigma. A História Econômica de Caio Prado Jr. gerou a Teoria dos Ciclos Econômicos, modelo que se propõe a sistematizar a rotatividade das atividades econômicas do Brasil dando foco para os produtos agrícolas de exportação. Por meio de uma visão mais global, Prado posiciona o Brasil no cenário do comércio mundial colonial. São identificados, por exemplo, os ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar e ouro.

O paradigma pradiano, até mais que uma interpretação sócio econômica do Brasil pautada em fontes inaugurando uma nova tendência, se impõe como uma obra de caráter político muito forte. Como comunista, membro do PCB, Prado se dedicou a transmitir um referencial teórico marxista que, através da Teoria dos Ciclos, mostrava como desde os primórdios da colonização toda a produção brasileira, fruto de exploração e com características de uma “vasta empresa comercial” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 19-20), era controlada pela

demanda e interesses das metrópoles europeias.

O marxismo no Brasil da década de 1950, ganha alguns outros expoentes como Nelson Werneck Sodré⁹. Nesse momento ele discute as possibilidades do desenvolvimento nacional através de primeiro uma revolução burguesa para depois alcançar uma revolução comunista. No seu texto *Quem é o Povo no Brasil?* escrito para a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* organizada pelo Centro Popular de Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes) ele resume esse pensamento:

“Mas chegou, sem a menor dúvida, a fase em que as tarefas progressistas e revolucionárias desta etapa histórica, em nosso País, têm de ser cumpridas, em que o seu cumprimento é inevitável. Se elas se cumprirão por um processo meramente político ou se serão cumpridas por um processo violento, depende das classes dominantes superadas e do imperialismo a que servem sendo certo que o povo prefere o caminho pacífico.” (SODRÉ, 1962? p.59-60)

A construção dessa perspectiva de uma revolução por etapas, assim como a teoria de Caio Prado, sofre de uma linearidade hiper determinada, como citado anteriormente. Uma crítica justa que instiga outros trabalhos, que apreendam uma pluralidade de tempos e realidades, sejam produzidos para se somar ao que se construiu, principalmente, por Prado. Acontece que a partir da segunda metade dos anos 60, e adentrando os 70, o marxismo, que vinha criando suas bases no Brasil, começa a ser questionado, assim como a Escola dos Annales, esses que são os dois maiores referenciais com olhar para a História Total.

“A partir de 1968 os dois principais paradigmas, a escola dos annales e a historiografia marxista, começam a ser questionados refletindo uma destotalização da História visto que as duas linhas buscam uma abordagem de “longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, locus privilegiado até mesmo para a compreensão da política e da cultura.” (FLORENTINO; FRAGOSO, 1997, p. 56)

A partir dos anos 70 com o descarte das bases teóricas globalizantes da História, fruto da virada pós-moderna, percebe-se um crescimento na produção de uma História recortada e desarticulada. A limitação explicativa gerada pela mudança ontológica que reduz o objeto de análise e aliena ele de uma observação mais ampla que compreenderia os âmbitos social, cultural e econômico ignora também as possibilidades de se trabalhar a interdisciplinaridade, método que foi essencial para Gilberto Freyre e Sérgio Buarque já que articulavam principalmente a sociologia e a antropologia com o saber histórico. Em consequência da popularização da “História em migalhas”¹⁰ há uma tendência mun-

9 Nelson Werneck Sodré foi um historiador e militar brasileiro, integrante do PCB.

10 Expressão utilizada pelo historiador francês François Dosse.

dial de diminuição de produção de trabalhos com o foco no entendimento de estruturas e conjunturas dentro do campo da História Econômica, momento esse que se difere de um período anterior. No Brasil, isso começa a ser sentido pelas décadas de 80 e 90, quando se observa nos Programas de Pós-Graduação que as teses do campo passam a se concentrar em apenas 20% do total de defesas, cenário em que se encontrava a Universidade Federal Fluminense.

“Mais dramática ainda é a retração verificada nos programas de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (esta última a maior universidade federal do Brasil) entre 1980 e 1992. Aqui se demonstra que, se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se à história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores.” (FLORENTINO; FRAGOSO, 1997, p. 55)

A Reforma Curricular de 1992 na História UFF

De antemão, acreditamos ser necessário colocar que até a presente data, não conseguimos localizar o documento do Projeto Político-Pedagógico de 1992, o qual nós utilizaríamos para uma abordagem comparativa com o PPP mais recente. No entanto, nos ancoramos nas entrevistas com os professores César Honorato e Carlos Gabriel, ambos do Departamento de História da UFF e da área de História Econômica.

É possível identificar, a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) mais recente, além das justificativas citadas ao longo do artigo, um dos principais objetivos dessa reformulação: a formação de historiadores com base sólida tanto em pesquisa quanto em docência. Para tanto, o curso foi estruturado em dois núcleos de estudo e a grade curricular foi organizada em eixos cronológicos e temáticos. (PPP, 2016-2018).

Apesar de não termos tido acesso às discussões e a essa reforma de 92 na íntegra, pudemos contar com o relato da experiência de dois professores do departamento de História que estavam presentes na universidade à época da discussão. Perguntado a eles qual tinha sido o posicionamento em relação a retirada de História Econômica do currículo, foi respondido pelo professor Cezar Honorato que ele foi contra a retirada.

“É óbvio que eu fui contra a retirada da história econômica. Embora eu concordasse com a argumentação do Ciro Cardoso de que a história é total, e aí a formação do Ciro é nesse sentido, eu, com outros professores, defendemos que era um absurdo como estava se pensando, por quê? Porque retiraria do aluno um conteúdo fundamental na formação desse aluno, especialmente para quem fosse virar, que era a maioria, professor de história.” (HONORATO, 2024).

Já o professor Carlos Gabriel respondeu que não atuava como docente à época da decisão, mas que vivenciou como graduando o currículo antigo, em que eram oferecidas três disciplinas obrigatórias de História Econômica. Segundo o professor, é perceptível uma diferença na formação daqueles historiadores que tiveram contato com as disciplinas e dos que não tiveram contato, em entrevista, o mesmo estabeleceu as relações com o antigo currículo, ele argumenta:

“No currículo antigo, nós tínhamos três disciplinas de História Econômica. Eu fiz História na graduação de História na UFF, então eu tive História Econômica geral I, II e III, tá? E eu fui monitor também de história econômica geral na época. Então, eu percebi muito bem que aquele currículo tinha tudo a ver com o que era a escrita da História até então, não é isso? Aquela história total, aquela história estrutural, não é isso? Toda aquela leitura dos anais do marxismo está muito presente na feitura da história, não é isso? E é bom perceber que nos anos 80 os novos métodos, as novas abordagens e os novos objetos do famoso Le Goff, Nora e toda a influência, vamos dizer assim né, a nível mais macro com a derrota do mundo de Berlim, com a queda do muro e o próprio declínio daquela “leitura marxista” mais do Partido Comunista, mas não do marxismo que acabou continuando com o Thompson, com o Hobsbawm, com o Hilton, Anderson e outros, mas com essa derrota política mais macro, que foi a queda do muro de Berlim, isso fez com que o marxismo, que estava por detrás, ou na verdade o marxismo que estava por detrás de uma das vertentes da história econômica, vamos dizer assim, isso fez com que enfraquecesse na luta dentro do campo da história, a permanência da história econômica no currículo de História da UFF.” (GUIMARÃES, 2024)

O professor ainda complementa a sua insatisfação.

“Foi uma grande perda. Eu não sei se voltará para o currículo. Eu gostaria muito que tivesse uma história econômica geral. Uma só, não precisa de duas não, mas justamente para dialogar com essa história que vocês cursam, a nível da história política, a nível da história social quando fala de Antigo Regime, quando fala de século XIX, do capitalismo, da construção dos Estados Nacionais. Então eu acho que sem história econômica não dá para estudar história política, não dá para fazer história cultural, ou seja, está tudo interligado. É a minha visão, é a visão de um historiador que busca sempre a história total.” (GUIMARÃES, 2024)

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar um pouco do contexto de mudanças que antecederam a retirada de História Econômica da grade curricular obrigatória da História na UFF. Para isso, foram abordadas discussões teóricas de grande importância que influenciaram no modo como as pesquisas na área eram pensadas e conduzidas. Nesse sentido, com o processo de vira-

da de paradigma, aliado ao contexto histórico da queda da União Soviética, o desmantelamento do Bloco Socialista e a concretização da hegemonia do Capital - e de seu pensamento - abriu brecha para a revisão das abordagens que buscavam uma *História Total*. Como aponta o professor César Honorato em entrevista concedida:

“Sim, é um momento político, de crítica. A história econômica sempre teve uma forte pegada do marxismo. Sempre teve. Embora você tivesse a história econômica de tradição norte-americana, etc. Então, você tem um momento político de questionamento desses grandes paradigmas. E o primeiro que se questiona é Marx.” (HONORATO, 2024).

Ao longo do artigo, argumentamos a favor de uma produção historiográfica que se dedica à abordagem global e total. À medida que a História Econômica é deixada de lado, autores como Karl Marx, Fernand Braudel, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e outros correm o risco de serem descartados.

Consideramos que um currículo que priorize a desarticulação de várias esferas de análise histórica é prejudicial à formação de futuros historiadores. Ambos os professores entrevistados ressaltam essa questão de que há um grande déficit teórico-metodológico na formação da geração de estudantes que não tem contato com a disciplina de História Econômica no currículo básico e obrigatório. Porém, na opinião do historiador Carlos Gabriel, recentemente tem acontecido um movimento crescente de interesse dos graduandos pela área da História Econômica. Tal fato ressalta uma ampliação nas categorias de pesquisa e pode vir do movimento de alguns professores do departamento de começarem a valorizar um pouco mais algumas análises voltadas para essa área da História, que engloba aspectos políticos, sociais e até religiosos de uma sociedade. Por isso, tem aumentado gradativamente a oferta de disciplinas - mesmo que não obrigatórias - no campo da História Econômica, gerando assim cada vez mais interesse dos estudantes. O professor pontuou o seguinte:

“E o que eu percebo é que os alunos, como vocês agora fazendo esse questionário, estão tendo interesse novamente pela história econômica, porque faz falta mesmo. A gente tem que entender que a história econômica, ela tem os números como um dos dados mais importantes. Não é isso? Preços, juros, lucros, escravos, é aquela coisa que vocês já ouviram falar. Mas o que o historiador econômico quer não é só o número em si, é saber o que está por detrás dos números. É isso, entendeu? Essa que é a verdadeira história econômica.” (GUIMARÃES, 2024)

Apesar de não estar obrigatoriamente no currículo, as disciplinas de História Econômica têm aparecido cada vez mais na grade de optativas, ou instrumentais, gerando assim o aumento do interesse por parte dos estudantes. Mes-

mo após ter ficado por alguns anos “apagada” pelos holofotes das pesquisas em História Social, ou Cultural, na UFF, a História Econômica nunca deixou de produzir trabalhos importantíssimos. O crescimento de pesquisas voltadas para análises econômicas demonstra que, assim como o título do trabalho, tal campo da historiografia “agoniza, mas não morre”, já que se faz presente nos mais atuais debates historiográficos.

Por fim, acreditamos ser necessário apontar a necessidade de retomar os estudos sobre as publicações do eixo de História Econômica, como foi feito por Fragoso e Florentino em *Domínios da História*, bem como a localização do Projeto Político-Pedagógico de 1992, do qual sintetizou os debates durante a reforma de 1992 a 1994. A necessidade de retomada da História Econômica, aliada a perspectivas totalizantes da História e também de renovação do Materialismo Histórico, parece apontar para uma saída melhor para a História, em comparação aos processos que foram tomados há cerca de 40 anos atrás. A perspectiva do colapso ambiental provocada pelo modo de produção capitalista, bem como o aumento dos índices da miséria e da desigualdade social, podem tendenciar a objetivação de interpretações globais, bem como a retomada da categoria da *universalidade* e suas relações na História. Nesse sentido, encontramos a partir desse trabalho, a necessidade da retomada de um debate crítico acerca do currículo da História UFF, uma vez que os aspectos do paradigma pós-moderno ainda influenciam não apenas a grade curricular mas principalmente a limitação no acesso à novos campos do conhecimento histórico, e daqueles campos que foram mais afetados no passado recente.

Referências Bibliográficas

AUGUSTO, A. G; CARCANHOLO, M. D. (2014). **Ainda sobre a teoria da história em Marx.** *Lutas Sociais*, 18(33), 9–22.

BARROS, José D. Assunção. **Historicismo: notas sobre um paradigma.** Antíteses, p. 391-419, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. **O significado de Raízes do Brasil.** In: HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil.* Companhia das letras: São Paulo, 1995.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Editora Campus: Rio de Janeiro, 1997.

GUIMARÃES, Carlos. **Entrevista concedida à Alice Dias.** Niterói, 19 de Agosto. 2024.

HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** Companhia das letras: São Paulo, 1995.

HONORATO, Cezar. **Entrevista concedida à Alice Dias.** Niterói, 4 de Agosto. 2024.

Licenciatura em História UFF. Projeto Político Pedagógico (Reforma Curricular 2016-2018). Niterói, 2018.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Ontologia do ser social - os princípios ontológicos fundamentais de Marx.* São Paulo: Editora Lech, 1979.

MANZANO, Sofia. **Economia Política para Trabalhadores.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013.

MARX, Karl; FERNANDES, Florestan. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____. **Crítica ao programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **O Capital.** São Paulo, Boitempo, 2023.

MOTTA, José. **Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira.** *Revista de Economia PUC-SP*, São Paulo, n. 1, p.117-138, jan.jun./2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WERNECK, Nelson. **Quem é o povo no Brasil?** Editora Civilização Brasileira S.A.: Rio de Janeiro, 1962.

Neoliberalismo e Crise Ambiental: A Privatização das Águas em Foco¹

Lucas Trotte Oliveira², Monique Castello Branco Lopes³ e Thomas Comin Gregorio Vidal⁴

1. Introdução

Para comentar sobre o conceito de economia política do meio ambiente sob a lógica marxista é necessário que se aborde, inicialmente, o contexto da palavra ecologia e como ela pode se alinhar com o conteúdo das obras de Karl Marx. A palavra ecologia deriva de “oikos” que significa casa e “logos” que quer dizer estudo. Sendo assim, podemos considerar que se trata de um estudo da casa. Essa palavra foi criada inicialmente pelo cientista alemão chamado Ernest Haeckel (1866) e foi usada para designar uma ciência que estuda a relação entre os seres vivos e o meio ambiente.

No estudo da economia há, principalmente, duas abordagens majoritárias referentes ao meio ambiente, sendo elas a Economia Ambiental e a Economia Ecológica. Segundo Eduardo Sá Barreto (2021, p. 18), embora a Economia Ambiental apresente “uma perspectiva muito mais compatível com a lógica do capital”, a Economia Ecológica convergiu ao longo do tempo com muitas semelhanças à corrente que, originalmente, era crítica. Assim, buscamos neste trabalho seguir uma linha ecossocialista de crítica ecológica ao capitalismo.

O artigo a seguir é um estudo sobre como o cenário de crise estrutural do capital condiciona as táticas de acumulação perante a natureza expansiva do capital, utilizando como exemplo o processo da privatização da CEDAE no estado do Rio de Janeiro. Buscamos relacionar, também, a hegemonia das políticas neoliberais nas últimas décadas em todo o globo e a crise ecológica que

1 Gostaríamos de agradecer aos professores Eduardo Sá Barreto, pela sua orientação ao longo desta pesquisa, e Bianca Bonente, tutora do PET Economia UFF, que sempre nos apoiou.

2 Estudante de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do grupo Programa de Educação Tutorial da Economia UFF (PET Economia UFF).

3 Estudante de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do grupo Programa de Educação Tutorial da Economia UFF (PET Economia UFF).

4 Estudante de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do grupo Programa de Educação Tutorial da Economia UFF (PET Economia UFF).

se apresenta diante de nós.

Em suas obras, Marx não se debruça extensivamente sobre a relação que o capitalismo possui com o meio ambiente, contudo, isso não significa que ele deixa de abordar questões ecológicas. Pelo contrário, “Marx frequentemente exhibe uma sensibilidade à frente de seu tempo para questões ecológicas” (Sá Barreto, 2021, p. 30), sendo possível extrair argumentos importantes de suas obras para analisar essa relação, incluindo o caso particular que abordaremos no artigo acerca da privatização da Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

Muitas das categorias apresentadas ao longo das obras de Marx servem como base para dimensionar e compreender a essência do funcionamento da lógica do capital, tanto de sua expansão ao longo do tempo, quanto como isso afeta diretamente a vida das pessoas inseridas nesse modelo socioeconômico.

O texto divide-se em duas seções, além desta introdução e da conclusão. A segunda seção, que apresenta nosso referencial teórico, encontra-se dividida em três partes: i) a teoria do valor presente no pensamento marxista; ii) considerações sobre a crise estrutural do capital, apoiando-se nas ideias de István Mészáros e Robert Kurz; iii) ponderações sobre a relação do neoliberalismo, privatizações e a crise estrutural do capital. Na terceira seção abordamos especificamente o caso da privatização da CEDAE, trazendo uma síntese de como se deu o processo. Por fim, concluímos o trabalho e trazemos implicações ecológicas geradas por este cenário na sociedade capitalista. Ressaltamos, contudo, que o presente artigo trata-se de uma versão preliminar da pesquisa.

2. Referencial Teórico

2.1 Valor

Apresentaremos de forma inicial algumas considerações sobre o valor na teoria marxista, buscando introduzir alguns conceitos que julgamos importantes para nossa discussão sobre a crise do valor.

Primeiramente, a sociedade capitalista, tal como qualquer sociedade humana existente até então, possui uma noção particular de riqueza que condiciona o seu funcionamento econômico. De forma sintética, podemos afirmar que o que assume tal papel no capitalismo é o valor, cuja magnitude é determinada pelo trabalho humano abstrato socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria (Marx, 2013). Em suma e de maneira ainda mais simplificada, Marx compreende que “o trabalho é o fundamento do valor” (Sá

Barreto, 2021, p. 97).

O valor é uma qualidade invisível e puramente social das coisas, só aparecendo em comparação com outras mercadorias nas relações de troca, expressando-se quantitativamente através do que foi denominado como valor de troca. Deste modo, ao invés de um simples

modelo sobre os preços na economia, de acordo com Carcanholo (2021, p. 118), depreende-se que a teoria do valor de Marx deve ser compreendida como “uma teoria sobre a forma (estranhada/alienada) como as relações sociais se determinam (de forma indireta, mediada) no capitalismo, é uma teoria das relações sociais capitalistas”. A partir disso, o autor afirma ainda que “o valor (troca de equivalentes) é a forma pela qual as relações sociais, no capitalismo, se estabelecem, por intermédio da troca de mercadorias, segundo os seus valores” (Carcanholo, 2021, p. 115).

A produção de mercadorias, porém, não deve ser tomada como o objetivo final do capitalista. Na teoria marxista do valor, a mercadoria - a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista - é uma unidade dialética entre valor de uso e valor, possuindo uma duplicidade proveniente do duplo caráter do trabalho: trabalho abstrato que constitui valor e trabalho concreto que constitui valor de uso (Marx, 2013). O interesse primordial do capitalista é o aumento de suas riquezas, ou seja, a apropriação de uma parcela maior de valor. A mercadoria precisa possuir valor de uso para que possa ser vendida e ter seu valor realizado, entretanto, a finalidade da produção capitalista é a obtenção de mais-valor, nunca a satisfação das necessidades humanas - o que veremos mais adiante, traz implicações ambientais altamente destrutivas.

Assim, o capital se autovaloriza não exclusivamente para se conservar, mas para se multiplicar (Marx, 2011, p. 243), pois “para o valor que se mantém em si como valor, o aumentar coincide com o autoconservar, e ele só se conserva precisamente pelo fato de que tende continuamente para além de seu limite quantitativo” (Marx, 2011, p. 210). Em outras palavras, “nesta sociedade, a forma adequada de conservação da riqueza é, portanto, aquela que também impele a riqueza acumulada ao crescimento” (Sá Barreto, 2022, p. 44).

Desse modo, o valor é apropriado pelo capitalista através da exploração do trabalho estranhado durante o processo de trabalho sob o comando do capital, tomando o valor excedente gerado pelos trabalhadores através do consumo da mercadoria “força de trabalho” (Marx, 2013, p. 242). É essa quantia de valor, nomeada de mais-valor - segundo Marx (2013, p. 602), “a materialização de tempo de trabalho não pago” -, que é perseguida pela produção capitalista, ainda que os capitalistas não necessariamente tenham clara consciência disto.

Há basicamente duas formas principais de extração ampliada de mais-valor: o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo. O mais-valor absoluto se dá pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pela elevação da intensidade do trabalho, ampliando assim o tempo de trabalho excedente de cada trabalhador, sem que haja alterações no tempo de trabalho necessário (Marx, 2013).

Já o mais-valor relativo ocorre através da redução do tempo de trabalho necessário, que, segundo a teoria marxista, é o “tempo que o trabalhador precisa para reproduzir o valor de sua força de trabalho” (Sá Barreto, 2022, p. 49). Com isso, é alterada a proporção entre as duas partes da jornada de trabalho: o tempo de trabalho necessário e o excedente. O mais-valor relativo é gerado pelo aumento de produtividade das indústrias de ramos relacionados aos meios de subsistência dos trabalhadores, pois o aumento de produtividade leva cada mercadoria individual a ser produzida com a aplicação de menos tempo de trabalho humano, diminuindo assim o seu valor e, conseqüentemente, o valor da força de trabalho.

Como veremos de forma mais desenvolvida mais adiante neste texto, é esse movimento em busca de maiores lucros que, segundo Robert Kurz (2017, p. 64), faz com que o capital cave “historicamente sua própria cova com a produção de mais-valor relativa por meio do desenvolvimento das forças produtivas”. Vale mencionar que o capitalista persegue o aumento de produtividade com motivações individuais, visando apenas o aumento de seu lucro, ele não busca deliberadamente esse processo que leva ao barateamento da força de trabalho (Marx, 2013, cap. 10).

2.2 Crise Estrutural do Capital

Mesmo a privatização da CEDAE sendo um caso específico que tomamos para ilustração, temos o entendimento que não se trata de um evento isolado. Do mesmo modo, não pode ser simplesmente um fenômeno que se resume a causas morais, como a ganância de determinados indivíduos ou outros fatores subjetivos - ainda que tais fatores existam e estejam presentes, não são o foco deste trabalho e do entendimento que procuramos propor. Buscamos então uma explicação estrutural e objetiva, encontrando na discussão sobre a crise estrutural do capital, de Mészáros (2011), uma explicação rigorosa e profunda, não apenas para um caso particular de privatização, mas para a ascensão e consolidação do estado neoliberal nas últimas décadas em praticamente todo o globo.

Embora o termo “crise” não seja uma novidade na sociedade capitalista, a crise referida por Mészáros (2011, p. 75) é uma situação nova, nunca antes

vivenciada e que apresenta uma escala e uma cronicidade incomparáveis em relação às dificuldades enfrentadas anteriormente. Com efeito, não é apenas a possibilidade de avanços nas condições materiais de vida da população trabalhadora que se mostra cada vez menor, mas também a própria manutenção dos padrões conquistados está ameaçada (Mészáros, 2011). Deste modo, “pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser ‘adiados’ por muito mais tempo [...]” (Mészáros, 2011, p. 66).

Em consonância com o diagnóstico de crise estrutural, a reflexão acerca de uma crise do valor, de Kurz, nos fornece mais elementos para afirmarmos a crise da sociedade capitalista contemporânea: “A nova crise, portanto, não é mais uma crise passageira de superacumulação ou de superprodução, mas, antes, uma crise da própria criação de valor, diante da qual o capital não encontra mais saída” (Kurz, 2017, p. 59).

O cenário de crise na área econômica acarreta uma crise em outros campos, sendo verdadeiramente uma crise multidimensional - política, social, ecológica etc. - e permanente (Mészáros, 2011). As conhecidas crises econômicas cíclicas não apenas seguem ocorrendo, mas, além disso, sua maior intensidade e maior frequência nas últimas décadas são manifestações dos limites objetivos do capital (Mészáros, 2011). A crise estrutural é, portanto, uma crise geral, atingindo a totalidade dos trabalhadores e fruto do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo, não um desvio de seu suposto curso natural (Mészáros, 2011, p. 69).

Mas, de fato, quais seriam as raízes dessa crise estrutural do capital? Como afirmado anteriormente, na economia regida pelo capital é imperativo que os capitalistas busquem multiplicar suas riquezas. Aquele que não aumentar sua riqueza correrá o risco de deixar de pertencer à classe dos detentores dos meios de produção. Nesse sentido, ele não possui muitas opções se quiser, pelo menos, manter suas condições materiais de vida. Em outras palavras, “o capitalista condiciona sua própria subjetividade à objetividade do movimento [de reprodução do capital]” (Sá Barreto, 2021, p. 129).

De acordo com Sá Barreto (2019, p. 129), a lógica do capital que impulsiona o capitalista a buscar “níveis cada vez mais elevados de produtividade (impulso este explicado pela lógica do mais-valor relativo) tem como um de seus desdobramentos centrais o crescimento da desproporção entre capital constante e capital variável”. Ou seja, em termos relativos, a utilização de trabalho vivo tende a diminuir continuamente em relação ao capital constante no processo produtivo. Como a quantidade de valor (trabalho humano objetivado

na mercadoria) é a “lógica que rege o metabolismo social” (Sá Barreto, 2019, p. 129), a tendência de diminuição relativa do trabalho vivo na produção tende a se tornar um obstáculo para a reprodução do capital, posto que uma grandeza cada vez mais extraordinária de capital deve ser valorizada por uma base cada vez mais estreita de trabalho vivo. Sendo assim, tem lugar “um processo histórico em larga escala no qual o processo de trabalho material e o processo de criação de valor começaram a divergir e a se tornar cada vez mais desproporcionais entre si” (Kurz, 2017, p. 21). Em essência, é o que Kurz (2017, p. 54) chama de “contradição absoluta da produção do valor”.

Com o intuito de contornar essa contradição, o capital se amplia em termos absolutos, extensivos, expandindo-se “para novas áreas de produção, novos âmbitos da vida social, novas regiões geográficas etc.” (Sá Barreto, 2019, p. 129). Sobre esse mecanismo utilizado, Sá Barreto (2019, p. 129) ainda nos informa que “ao mesmo tempo em que tende a esgotar-se, tal mecanismo torna-se crescentemente necessário, à medida que a capacidade relativa do capital de empregar força de trabalho não só decresce, mas decresce continuamente”.

Sá Barreto (2019, p. 129) cita ainda que, conforme nos indica Kurz, esse “mecanismo de compensação teria se exaurido historicamente já na transição dos anos 60 para os 70 do século XX”. Deste modo, pode-se afirmar que a expansão do modo de produção capitalista começou a encontrar seu “limite material absoluto” na segunda metade do século passado (Kurz, 2017, p. 56).

Essa situação nova, causada pelo avanço da tecnologia, traria três resultados principais: aceleração da tendência de diminuição relativa do trabalho vivo; escassez cada vez maior de áreas que podem ser introduzidas pela lógica do capital; e a tendência de que as novas áreas que surjam já emerjam com menor capacidade de absorver trabalho vivo (Sá Barreto, 2019, p. 129-130). Assim, o autor nos afirma que isso “apontaria para uma massa de mais-valor potencialmente em contração e, no limite, uma crise do valor” (Barreto, 2019, p. 130).

Deste modo, como o aumento da extração do mais-valor absoluto possui “limites absolutos, fisiológicos, legais e, por vezes, até morais” (Sá Barreto, 2022, p. 50), o capital não possui opção além de seguir aumentando a exploração de mais-valor relativo, desenvolvendo tecnologias orientadas ao crescimento da produtividade. Em outras palavras, quando não se pode mais crescer a quantia do valor de forma extensiva, este deve crescer de forma intensiva e relativa, possibilitado pelo avanço das forças produtivas. Para Kurz (2017, p. 47), essa circunstância tornou o mais-valor relativo “necessariamente o principal meio de acumulação capitalista”.

Consequentemente, a contradição da realidade social é que o capitalismo

consegue derrubar suas limitações, mas apenas fazendo com que reapareçam diante de si a uma intensidade ainda maior mais à frente (Sá Barreto, 2019). E, desta forma, a utilização de trabalho vivo segue diminuindo na medida em que o trabalho morto se eleva na composição da mercadoria (Kurz, 2017, p. 28).

A produtividade, portanto, possui um papel importante na crise da sociedade contemporânea. Segundo Mészáros (2011), uma das dimensões da crise estrutural do capital é a contradição estrutural dos fatores mais importantes na dinâmica da expansão do capital no pós segunda guerra mundial, entre eles a produtividade. O aumento da produtividade durante o período seguiu alimentando ainda mais o crescimento do capital. A mudança, porém, se dá “quando a própria ‘produtividade’ crescente principiou a conflitar com a exigência de ampliação (ou mesmo apenas de manter estacionária) da força de trabalho” (Mészáros, 2011, p. 84). Sobre o sistema capitalista, Mészáros anuncia a “verdadeira natureza da produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável autoexpansão alienada como produtividade **destrutiva**” (Mészáros, 2011, p. 85, grifo nosso).

De acordo com Kurz (2017), foi através de um longo desenvolvimento histórico, com desfecho na fusão entre as ciências da natureza e ciência do trabalho no século passado, que encaminhou a sociedade do capital ao clímax da contradição em que o trabalho humano, que se configura como fundamento do valor nessa sociedade, ao mesmo tempo tende gradativamente a desaparecer do processo produtivo. Trata-se da contradição essencial da lógica do capital, afinal, o trabalho humano socialmente necessário objetivado nas mercadorias é o fundamento da riqueza na sociedade do capital, e é repellido do processo produtivo pelo próprio movimento de reprodução dessa sociedade, com o crescimento contínuo da produtividade (Kurz, 2017, p. 58).

Contudo, isso não implica que os capitalistas simplesmente deixarão suas riquezas progressivamente diminuírem. Na realidade, com a queda tendencial das taxas de lucro, o capital continua buscando formas de prosseguir com sua valorização em escala sempre ampliada (Kurz, 2017). Para superar as perturbações que ocorrem como fenômenos a partir da própria natureza do ciclo de reprodução do capital há uma busca constante por terrenos ainda intocados - ou pouco explorados -, conformando novos mercados propícios à sua lógica. Com a realização desse movimento, há a superação momentânea e parcial dos obstáculos para a reprodução do capital. Assim, a partir do entendimento dessa objetividade do modo de produção do capital é possível compreendermos não somente o surgimento das políticas econômicas neoliberais, mas também sua adesão em quase todo o globo nas últimas décadas.

2.3 Neoliberalismo e o avanço das privatizações

Agora, sobre as formas que o capital tem para contornar a crise estrutural do valor, Eduardo Sá Barreto salienta que

é uma possibilidade sempre em aberto ao capital compensar o arrefecimento do ímpeto da acumulação pela expansão do mais-valor relativo e que tal expansão pode também ser obtida pelo ataque coordenado bem-sucedido a conquistas da classe trabalhadora que, em algum momento da história, fizeram parte de seu conjunto de meios de subsistência. [...] trata-se do esbulho da propriedade coletiva para dar sobrevida ao capital (em geral) incapaz de reconstituir em escala suficiente suas bases para a acumulação. (Sá Barreto, 2019, p. 136-137)

Em suma, podemos citar alguns pontos fundamentais das políticas neoliberais aplicadas atualmente, entre eles, a “redução dos gastos públicos com a ‘questão social’, privatizações, pagamento religioso da dívida pública, cumprimento dos acordos e contratos internacionais, etc.” (Demier, 2017, p. 41). Trata-se, portanto, de políticas que vão ao encontro das necessidades apresentadas pelo capital nesta quadra histórica.

Deste modo, a ideologia neoliberal avança fortemente com seu projeto, pois, “a doutrina neoliberal confere razão teórica e instrumentos práticos a esse momento” (Sá Barreto, 2019, p. 142) da sociedade capitalista. Ou seja, não apenas justifica a apropriação de bens coletivos pela iniciativa privada, mas, igualmente importante, possibilita efetivamente a execução dessas táticas que visam contornar a queda de seus lucros através de ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores no século passado, enfraquecendo o conjunto da classe trabalhadora como um todo (Sá Barreto, 2019, p. 136).

Todavia, embora a ideologia neoliberal tenha surgido na Inglaterra, Mészáros (2011) nos informa que se estendeu, de certo modo, a todos os cantos do globo nas últimas décadas. Atualmente, as políticas neoliberais são aplicadas por partidos e correntes de diferentes tradições políticas em diferentes nações, tanto em âmbito nacional como regional dentro dos países. Segundo o autor húngaro, essa disseminação – inclusive nos territórios anteriormente soviéticos – foi provocada

pelo aparecimento da crise estrutural do sistema, devido às margens perigosamente reduzidas da expansão do capital sustentável. Em resposta a essa crise estrutural qualitativamente nova, só era possível assumir uma postura ainda mais agressiva. Desse modo, ao longo da sua evolução, nas últimas três décadas, o capital teve de pôr de lado as ‘concessões’ do Estado de bem-estar social, anteriormente concedidas aos trabalhadores. (Mészáros, 2011, p. 105)

Ou seja, a partir da teoria da crise estrutural de Mészáros, podemos afir-

mar que a aplicação do neoliberalismo é muito mais do que uma simples alternativa: é uma necessidade histórica do capitalismo contemporâneo para a manutenção das taxas de valorização do capital, buscando proporcionar uma sobrevida à sociedade regida pelo capital ao deslocar suas barreiras para o futuro; e um futuro cada vez mais próximo (Sá Barreto, 2019). Encarar o avanço neoliberal como essa necessidade do sistema socioeconômico para diminuir os efeitos da crise do valor sobre a acumulação capitalista, portanto, mostra-se vital para compreendermos a propagação dessa ideologia e a massificação das privatizações em âmbito global.

A ascensão do neoliberalismo e a aplicação de suas políticas econômicas prossegue, mesmo com diversos enfrentamentos ao longo dessas décadas (Sá Barreto, 2019, p. 119). Ainda que medidas isoladas consigam ser aplicadas, são “estruturalmente incapazes de produzir realizações cumulativas, independentemente de eventuais sucessos que possam impor temporariamente na sociedade” (Mészáros, 2011, p. 95). Ademais, a instabilidade social - provocada pelo acúmulo de problemas sociais que não estão sendo resolvidos, mas amplificados - gera táticas de controle mais intensas (Mészáros, 2011).

Em relação a essas táticas de controle, achamos interessante citar o conceito de Democracias Blindadas concebido pelo historiador Felipe Demier (2017). As democracias blindadas seriam as democracias liberais atuais, que ao mesmo tempo em que se legitimam através de processos eleitorais democráticos, cerram cada vez mais os espaços de participação popular na política. Forma-se, assim, um ambiente decisório impermeável às demandas populares e dos trabalhadores, configurando-se como verdadeiros “monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante” (Demier, 2017, p. 40), o que favorece a aplicação das políticas neoliberais voltadas ao (re)estabelecimento de condições de acumulação de capital.

Ainda, a privatização das águas e o neoliberalismo têm andado lado a lado, podendo ser mencionado o caso do *Water Act* de 1989, na Inglaterra (Glynn, 1992) como, de certa forma, um marco neste sentido ao transferir para a iniciativa privada os serviços de abastecimento de água, além da coleta e tratamento de esgotos. Importante ressaltar que a privatização da água não se deu em um vácuo, mas acompanhada da desestatização em outros setores. Entretanto, antes de Margaret Thatcher no Reino Unido, o governo ditatorial de Augusto Pinochet no Chile já servia como experiência para a implementação de políticas neoliberais, tais como a própria privatização da água em 1981, oito anos antes da concessão ocorrer na Inglaterra (Siqueira; Magalhães; Iacomini, 2019).

No Brasil, temos dois casos recentes e muito emblemáticos. O mais recente

se deu no estado de São Paulo com a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), iniciada em 2023 e concluída em julho deste ano (Bocchini, 2024). Já o segundo caso ocorreu no estado do Rio de Janeiro e será abordado de forma mais profunda a seguir, no próximo capítulo. Estamos falando da privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), que, segundo Pinto e Silva (2024, p. 12), “explicita a tendência neoliberal de gestão do Estado na contemporaneidade”. Por tal motivo, o caso da desestatização da CEDAE servirá de ilustração neste artigo como um caso particular de aplicação de políticas neoliberais em países da periferia do sistema econômico.

3. O processo da privatização da CEDAE

A privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do estado do Rio de Janeiro (CEDAE) ocorreu no final de 2021, como uma medida de garantia do Plano de Recuperação Fiscal firmado com o governo do estado e o governo federal, tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como ator para a modelagem dessa concessão (Pinto; Silva, 2024).

A respeito desse processo é preciso esclarecer alguns pontos. Um deles é que a CEDAE não deixou de existir como empresa estatal, mas sim o serviço de distribuição de água que passou a ser fornecido por empresas privadas, sendo que a captação de água continua sendo feita por esta. Outro ponto importante é que a CEDAE não era uma empresa deficitária, sendo uma das poucas empresas públicas do estado do Rio de Janeiro lucrativa (Pinto; Silva, 2024). Antes de tratar o processo de privatização parcial desta companhia é preciso voltar um pouco e entender como está o cenário nacional a respeito do saneamento básico.

Em 2020, foi homologado o Novo Marco Legal no Saneamento Básico, a nível nacional, através da Lei nº 14.026/2020 sancionada pelo senado federal. Dentre muitas novidades que esse marco proporciona, destacam-se duas medidas: a primeira delas é que até 31 de dezembro de 2033 o Brasil tem como meta 99% da população com acesso à água potável e 90% ao esgotamento sanitário adequado (Brasil, 2020). A outra tange o principal foco deste artigo: a partir dessa nova medida, abriu-se uma oportunidade para que concessionárias privadas estrangeiras possam ofertar o serviço de água e esgoto em território brasileiro, atraindo capital externo para esse setor (Sotero-Martins *et al.*, 2024).

Com isso, o estado do Rio de Janeiro foi dividido em 4 blocos regionais para serem arrematados em leilões para a oferta do serviço de saneamento

a entidades privadas. Dentre as empresas que arremataram os blocos estão o Consórcio AEGEA Saneamento e Participações (controlado pelo Fundo Soberano de Cingapura, Corporação Financeira Internacional, pertencente ao Banco Mundial, e o Itaú), a Iguá Saneamento S.A. (administrados pelo *Canada Pension Investment Board* e o BNDES Participações S.A.) e o grupo Águas do Brasil (Pinto; Silva, 2024).

Chamam a atenção algumas especificidades estabelecidas no contrato de concessão para as empresas privadas oferecerem esse tipo de serviço. Um ponto crítico deste documento é que os investimentos propostos em “áreas irregulares não urbanizadas” não serão quantificados para a meta de universalização do acesso à água e esgoto, ou seja, ficará a critério da concessionária investir na infraestrutura da distribuição de água nessas regiões (Pinto; Silva, 2024). Para essa classificação, compreende-se que os espaços de “áreas irregulares não urbanizadas” são classificados como aqueles que não receberam investimentos públicos de urbanização e cerca de 1,2 milhão de pessoas vivem nessas regiões no estado do Rio de Janeiro.

Além de estar previsto em contrato uma falta de objetividade e isonomia para que todas as partes do estado sejam contempladas com o acesso à água e esgotamento sanitário (Pinto; Silva, 2024), a própria privatização prejudica o acesso da sociedade (principalmente a população negra) ao saneamento básico, conforme afirmam Talita Gantus-Oliveira e Jéssica Barcellos (2024, p. 239):

[...] as desigualdades socioespaciais, a atomização do cuidado, os ajustes fiscais, a **privatização** dos serviços públicos e a desresponsabilização do Estado – fomentados pelo **neoliberalismo** – vêm tornando o acesso ao saneamento ambiental básico em contextos urbanos cada vez mais precário, e, portanto, um debate premente. (Gantus- Oliveira; Barcellos, 2024, p. 239, grifo nosso).

Por último, a disputa em torno da concessão não podia deixar de refletir a luta de classes existente na sociedade. Neste sentido, foram identificados dois grupos conflitantes: um a favor e um contra o processo. O grupo com interesse na concessão era formado pelos governos a níveis Federal, Estadual e Municipal, empresas privadas, o BNDES e as agências reguladoras; já o grupo que lutava contra era constituído por deputados estaduais através da ALERJ, associações como a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e a Associação das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), sindicatos, a própria CEDAE e grupos de estudos em universidades sobre a questão das águas e saneamentos (Reis et al, 2023). Fica nítido, portanto, o interesse da iniciativa privada e de gestores do Estado Burguês pela entrega do serviço de distribuição de águas para o Capital.

4. Conclusão

Procuramos demonstrar ao longo do texto a conexão entre as privatizações - como um todo, mas da CEDAE em específico -, o neoliberalismo e a crise estrutural do capital. É a necessidade do capital em crise, em última instância, que determinará os caminhos econômicos possíveis tomados pelos Estados e pelos grupos em luta.

Deste modo, de acordo com Sá Barreto (2019), a realidade atual da sociedade capitalista é distinta de outras fases anteriores do capitalismo, não portando as condições para que alternativas passadas voltem a ser utilizadas. Em outras palavras, “nessa quadra histórica, ao contrário de todas as demais, o rol das plataformas executáveis (efetiváveis) reduziu-se dramaticamente” (Sá Barreto, 2019, p. 143), nos deixando com alternativas factíveis cada vez mais limitadas frente ao avanço do neoliberalismo.

Assim, a lógica que possibilitou a privatização da CEDAE não foi a de uma melhoria do serviço, mas sim a lógica de reprodução do capital. Ou seja, a CEDAE, como outras empresas do setor de diferentes localidades que foram desestatizadas, não foi entregue à iniciativa privada buscando a diminuição dos impactos ambientais ou alcançar a meta de universalização do saneamento, como afirmado durante o processo de privatização (Pinto; Silva, 2024 p. 9), mas sim para disponibilizar mais uma oportunidade de rendimentos ao capital.

Contudo, algo importante a destacar, a privatização recente da CEDAE e da Sabesp vão de encontro à tendência global de reestatização do serviço de águas e saneamento (Pinto; Silva, 2024, p. 12), Deste modo, estamos tratando de uma pressão internacional dos países centrais para os dependentes, partindo da “necessidade de abrir ao grande capital qualquer espaço disponível ainda não completamente explorado capaz de conferir algum dinamismo expansivo que não esteja ancorado exclusivamente no jogo especulativo da esfera financeira” (Sá Barreto, 2019, p. 134).

Além disso, é indispensável afirmar que a crise ambiental está presente, e seus efeitos são cada vez mais visíveis – e sentidos –, ano após ano. Entretanto, por mais que a crise ambiental seja uma ameaça para qualquer forma de organização social (como a própria sociedade capitalista), também traz novas oportunidades de reprodução para o capital, afinal, novas condições materiais, por piores que sejam, abrem espaço para novas necessidades. Não seria correto, portanto, afirmarmos que a sociedade regulada pelo capital não possui alternativas para tratar das suas crises ambientais. Ao contrário, as alternativas dentro da lógica do capital existem, “mas nenhuma delas é capaz de dar conta

da erosão persistente das condições naturais que impelem o sistema a uma efetiva crise ecológica” (Sá Barreto, 2022, p. 131).

Se a forma mais adequada para a reprodução do capital for a que é mais destrutiva para o nosso planeta, o capital será indiferente às suas consequências, afinal, como seu objetivo é a sua reprodução em um patamar quantitativo cada vez maior, pouco interessa para ele quais os impactos ao meio ambiente. E, desta forma, “[...] o capital vai criando um mundo cada vez mais adequado à sua lógica. Um mundo cada vez mais degradado e hostil, é verdade. Porém, adequado à lógica do capital” (Sá Barreto, 2022, p. 36). Além disso, embora soluções que buscam operar mudanças na consciência dos indivíduos sejam propostas constantemente (sem apresentarem conquistas sociais concretas), devemos ter em mente que a ética que submete todos os valores no capitalismo não pode ser outra senão a ética do capital, uma ética objetiva sob a qual todos os valores devem se curvar (Sá Barreto, 2022, p. 77).

É neste contexto que podemos visualizar, a partir do trecho abaixo, a ênfase que Marx (2011) atribuiu à produção material na determinação das subjetividades na sociedade capitalista, servindo como um elemento central, por exemplo, para o desenvolvimento dos hábitos de consumo:

[...] não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. [...] A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. [...] Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. [...]. (Marx, 2011, p. 47).

Por fim, caracterizar a irracionalidade ambiental destrutiva do capitalismo como uma anormalidade é uma abstração otimista da realidade. A partir desse discurso, críticas mais profundas ao capital são interditas com argumentos sobre a possibilidade de construção de uma sociedade capitalista diferente, mais racional em um sentido ecológico. Contudo, a erosão das condições materiais de reprodução da vida humana no planeta não é uma falha, é a consequência da aplicação do modo de produção capitalista e de sua racionalidade própria (Sá Barreto, 2022). Já para a humanidade, em específico à classe trabalhadora, é importante terminarmos este trabalho com a afirmação de que a máxima neoliberal (thatcheriana) de que não há alternativa torna-se verdadeira se a complementamos para afirmar que “não há alternativa, **no capitalismo**” e que, portanto, qualquer alternativa real exige sua superação (Sá Barreto, 2019, p. 144, grifo nosso).

Referências Bibliográficas:

BOCCHINI, Bruno. **Governo de SP conclui privatização da Sabesp ao vender 32% dos papéis. Com negociação, Estado passa a deter 18,3% da empresa. 2024.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/governo-de-sp-conclui-privatizacao-da-sabesp-ao-vender-32-dos-papeis>>. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL (2020) Lei 14026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o Marco Legal de Saneamento Básico. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/875819060/lei-140260>

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Valor e Preço na Teoria de Marx: o significado da lei do valor.** In: Medeiros, J.L.; Barreto, E. S. (Org.). Para que Leiam O Capital: interpretações sobre o Livro I. 1ed. São Paulo: Usina Editorial, 2021, v. 1, p. 115-132.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GANTUS-OLIVEIRA, T.; BARCELLOS, J. de S. G. Segregação socioespacial, insegurança hídrica e saneamento: um olhar interseccional sobre a cidade de São Paulo. **Geografia**, v. 49 n. 1, p. 236–262, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/17975/13052>. Acesso em: 13 set. 2024.

GLYNN, D. R. et alii. **Economic issues in water privatization and regulation.** Water Science and Technology, v. 26, n. 7-8, 1992, p. 1921-1928.

KURZ, Robert. **A crise do valor de troca.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1.** São Paulo: Boitempo, 2013. MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINTO, João Roberto Lopes.; SILVA, Caroline Rodrigues da. Capítulo 1: Porque a meta de universalização do saneamento no estado do Rio de Janeiro não será alcançada: análise do processo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro à iniciativa privada. In: Handam, Natasha Berendonk (Org.), Sotero-Martins, Adriana (Org.), **Saneamento, Saúde e Ambiente - Volume 2.** Belo Horizonte: Editora Poisson, 2024. p. 8-18. REIS, F. de C. M. et al. A efetividade social e a concessão do saneamento à iniciativa

privada: o caso do leilão da CEDAE no Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 547-559, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CGMNdRMq5YnZyNbR4mHHnjm/?lang=pt#>. Acesso em: 13 set. 2024.

SÁ BARRETO, Eduardo. **Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência**. *REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA*, v. 53, p. 118-146, 2019.

SÁ BARRETO, Eduardo. **De Smith a Marx: curso introdutório em dez aulas**. São Paulo: Usina Editorial, 2021.

SÁ BARRETO, Eduardo. **Ecologia marxista para pessoas sem tempo**. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

SIQUEIRA, A. C. de C.; MAGALHÃES, R. D. P.; IACOMINI, V. Privatização dos recursos hídricos no Chile e sua prevalência sobre o direito fundamental à água / Privatization of water resources in Chile and its prevalence on the fundamental right to water. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 846–849, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/1734>. Acesso em: 3 set. 2024.

SOTERO-MARTINS, Adriana, et al. Capítulo 11: Aspectos dos serviços de saneamento de água e esgotamento sanitário na região metropolitana do Rio de Janeiro antes e depois da Lei 14.026/2020. In: Handam, Natasha Berendonk (Org.), Sotero-Martins, Adriana (Org.), **Saneamento, Saúde e Ambiente - Volume 1**, p. 166-188. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2024.

A Dinâmica Econômica em Keynes: Uma Exposição dos Conceitos Econômicos Contidos nos Capítulos 1 a 14 da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Thomas Comin Gregorio Vidal¹

1. Introdução

John Maynard Keynes foi, indiscutivelmente, um dos economistas mais proeminentes do século passado (Fracalanza, 2010). Igualmente, sua influência na política econômica e seu posicionamento revolucionário em relação à Lei de Say (Possas, 2009) também podem ser colocados como importantíssimos para o rumo das ciências econômicas até hoje. Por si só, isso já justifica o motivo de suas obras serem tão estudadas na universidade em áreas como a macroeconomia e o pensamento econômico.

Dessa forma, o intuito deste artigo é realizar uma exposição sobre como Keynes descreve aspectos inerentes à dinâmica econômica nos capítulos 1 a 14 de sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1996). O texto não tem a intenção de debater outras obras do autor, apenas pretende servir como um resumo cuidadoso que auxilie os interessados, abordando o entendimento acerca de conceitos econômicos importantes para a teoria de Keynes, tais como emprego, demanda efetiva, propensão marginal a consumir, preferência pela liquidez, moeda, eficiência marginal do capital, taxa de juros e investimento. Além disso, outra questão a ser demonstrada neste trabalho é a posição do economista britânico em relação à famosa e influente Lei de Say contida em sua *Teoria Geral*.

¹ Estudante de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do grupo Programa de Educação Tutorial da Economia UFF (PET Economia UFF).

* Agradeço ao professor Javier Walter Ghibaudo pela oportunidade de me aprofundar nessa temática por meio do projeto de monitoria em Pensamento Econômico IV, sem o qual este texto não teria sido possível.

Antes de mais nada, optamos por trazer ao leitor uma breve descrição do cenário em que a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda foi escrita por Keynes. Para esta tarefa utilizamos principalmente a obra “Era dos extremos” de Eric Hobsbawm (1995), em específico o capítulo 3 de seu livro. O capítulo trata do colapso econômico que atinge o mundo no período entre as guerras mundiais, abordando os graves impactos globais da Grande Depressão. Com o intuito de auxiliar a exposição, utilizaremos o livro de Galbraith (1972) intitulado “O Colapso da Bolsa, 1929” como fonte de suporte.

Portanto, a segunda seção deste artigo conterà uma curta descrição dos impactos da crise de 29 para situar o leitor. Esse contexto se prova importante para que compreendamos melhor o desafio que se impunha perante os economistas da segunda quadra do século passado. A seguir, passaremos à terceira parte deste texto, no qual será apresentado o conteúdo da Teoria Geral dos capítulos 1 a 14. Por último, na quarta seção apresentamos as considerações finais sobre o estudo realizado.

2. A Conjuntura do Período Entreguerras do Século XX

A existência de crises econômicas não era uma novidade, mas, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 92), o “que parecia ser novo na recente situação era que, provavelmente pela primeira e até ali única vez na história do capitalismo, suas flutuações apresentavam perigo para o sistema”. Até a ocorrência da crise de 1929, pode-se dizer que as crises econômicas duravam menos e exibiam um alcance menor. Em comparação, a crise de 29 teve não apenas um alcance global, mas uma força e duração nunca antes vistas na sociedade capitalista (Hobsbawm, 1995). Para Galbraith (1972, p. 163), “nunca houve uma época em que mais gente precisasse de mais dinheiro mais urgentemente do que naqueles dias”.

Entre os principais impactos da crise, podemos citar: as altas taxas de desemprego, a diminuição da capacidade industrial e as grandes variações nos preços dos produtos. Inclusive, a depressão freia o processo de globalização - não só o fluxo global de capital, tecnologia e comércio, mas também o fluxo de pessoas (Hobsbawm, 1995). De fato, enquanto a crise ia se formando nos anos anteriores, os especuladores da bolsa de valores demonstraram um otimismo inquebrável – propagado por políticos, jornais e especuladores da bolsa de valores –, que só desmoronou quando a situação se mostrou incontornável (Galbraith, 1972).

A crise se mostrava tão mais séria que as anteriores, que as “pessoas acos-

tumadas às flutuações de emprego ou a passar temporadas cíclicas de desemprego ficaram desesperadas quando não surgiu emprego em parte alguma” (Hobsbawm, 1995, p. 98). Desse modo,

A globalização da economia dava sinais de que parara de avançar nos anos entreguerras. Por qualquer critério de medição, a integração da economia mundial estagnou ou regrediu. [...] Durante a Grande Depressão, até mesmo o fluxo internacional de capital pareceu secar. Entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais caíram mais de 90%. (Hobsbawm, 1995, p. 93)

Fortalecendo o argumento acima, Galbraith (1972) declara que, embora a crise de 1929 tenha pego a grande maioria dos agentes econômicos de surpresa, esta já vinha dando vários sinais ao longo dos anos anteriores. Sem dúvida, os economistas do início do século passado não conseguiam encontrar explicações satisfatórias para a Grande Depressão em seu arcabouço teórico tradicional. O livre-comércio e as políticas econômicas liberais, descredibilizadas na época por sua ineficiência na resposta à crise, deram lugar a um forte protecionismo em quase todas as nações (Hobsbawm, 1995). De fato, foram intensas as mudanças sofridas na sociedade capitalista neste período. A incerteza reinava e parecia que a economia mundial estava ruindo, sem chance de salvação (Hobsbawm, 1995).

Por fim, vale mencionar que a União Soviética, criada a partir de uma revolução de inspiração socialista no final de 1917 na Rússia, seguiu na contramão da crise (Hobsbawm, 1995, p. 100). Seus avanços econômicos eram observados pelos outros países com espanto - deve-se recordar que, poucas décadas atrás, a Rússia era um país praticamente agrário. O sucesso de seu planejamento econômico, realizado através de seus Planos Quinquenais, influenciou a política econômica de diversos países ao redor do mundo, levando vários Estados a aplicar variações dos planos soviéticos. Além disso, o sucesso soviético colocou pressão sobre as costas dos tomadores de decisões dos países capitalistas liberais, levando-os a buscar diminuir os impactos da crise na classe trabalhadora, principalmente a alta taxa de desemprego. Isso pode ser compreendido melhor através dos parágrafos abaixo:

Mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso — radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita — eram demasiado ameaçadores [...] O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. (Hobsbawm, 1995,

3. A Dinâmica Econômica na Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

Agora, já adentrando a obra de Keynes, algo que pode gerar confusão entre os estudantes das ciências econômicas, ao mencionar os economistas clássicos, Keynes não se refere apenas aos economistas que convencionamos chamar de clássicos, tais como Adam Smith, David Ricardo e James Mill. O autor engloba, também, os neoclássicos como Alfred Marshall, Arthur Pigou e John Stuart Mill. Assim, buscando expor o conteúdo da forma mais semelhante ao encontrado na obra, **usaremos a nomenclatura dada por Keynes.**

No minúsculo primeiro capítulo deste livro – possuindo apenas 1 página –, Keynes (1996, p. 43) é taxativo ao enfatizar o caráter geral de sua teoria, explicando desde o começo que sua teoria defrontar-se-ia com a teoria econômica clássica hegemônica em seu tempo. Por tal motivo, o economista britânico inicia sua argumentação com a exposição dos dois postulados que julga serem essenciais para a teoria clássica no que tange o emprego (Keynes, 1996), demonstrados no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Postulados fundamentais da teoria clássica do emprego

I	O salário é igual ao produto marginal do trabalho
II	A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego

Fonte: Keynes, 1996, p. 46. Elaboração própria.

Entre estes dois, o primeiro é preservado em sua Teoria Geral, enquanto o segundo é rejeitado. De acordo com Keynes (1996, p. 46), o postulado era compatível com o desemprego friccional e o desemprego voluntário, mas não com o que o autor chamou de **desemprego involuntário**, um tipo de desemprego que não era admitido pela teoria econômica clássica do emprego. Dessa forma, nas palavras de Keynes (1996, p. 54): a “igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do emprego, presumida pelo segundo postulado, corresponde, quando interpretada de maneira realista, à ausência de desemprego ‘involuntário’”.

Contudo, embora não fosse admitida a existência de desemprego involuntário na teoria, a realidade se impôs, principalmente com a eclosão da crise econômica de 29, deixando exposta aos observadores honestos a sua veracidade. Vale mencionar que Keynes (1996, p. 50-51) atenta para o fato de que a teoria

clássica aplica esses postulados igualmente em sistemas abertos e fechados, ignorando as características distintas dos dois sistemas. Ignora-se, portanto, que em um sistema aberto a diminuição do salário nominal em um país afeta seu comércio exterior – podendo chegar a impactar, também, o nível de emprego em outros países –, ao contrário de um cenário com sistema fechado (Keynes, 1996).

Conseqüentemente, a teoria clássica não funciona se não forem levados em consideração os salários reais nas funções matemáticas, enquanto, na prática, o que influencia na tomada de decisão dos trabalhadores em aceitar ou não um emprego é o salário nominal (Keynes, 1996). De acordo com o autor, se a “oferta de trabalho não for uma função dos salários reais como sua única variável, seu argumento desmorona-se por completo” (1996, p. 48). Keynes demonstra a contradição nítida entre a utilização dos salários reais na teoria econômica e a importância dos salários nominais no comportamento cotidiano dos trabalhadores, afirmando:

Ora, a experiência comum ensina-nos, sem a menor sombra de dúvida, que, em vez de mera possibilidade, a situação em que a mão-de-obra estipula (dentro de certos limites) um salário nominal, em vez de um salário real, constitui o caso normal. Se bem que o trabalhador resista, normalmente, a uma redução do seu salário nominal, não costuma abandonar o trabalho ao se verificar uma alta de preços dos bens de consumo salariais. Costuma-se, às vezes, dizer que seria ilógico, por parte do trabalhador, resistir à diminuição dos salários nominais e não resistir à dos salários reais. [...] Todavia, lógica ou ilógica, a experiência prova ser este, de fato, o comportamento do trabalhador. (Keynes, 1996, p. 49)

E prossegue, questionando a validade do segundo postulado:

A teoria tradicional sustenta, em essência, que as negociações salariais entre trabalhadores e empresários determinam o salário real, de tal modo que, supondo que haja livre-concorrência entre os empregadores e a ausência de combinação restritiva entre os trabalhadores, os últimos poderiam, se desejassem, fazer coincidir os seus salários reais com a desutilidade marginal do volume de emprego oferecido pelos empregadores ao dito salário. Não sendo assim, desaparece qualquer razão para se esperar uma tendência à igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho. (Keynes, 1996, p. 50)

Trataremos, agora, da visão de Keynes sobre a Lei de Say, considerada por ele como a “base sobre a qual se assenta toda a teoria clássica, que sem ela desmoronaria” (1996, p. 57). É possível perceber já através dessa citação o papel de destaque que o economista britânico confere à lei dos mercados de Say dentro da teoria econômica ortodoxa. O autor critica fortemente a ideia contida na teoria dos economistas clássicos de que a “oferta cria sua própria procura” (1996, p. 56).

Segundo o economista inglês, a teoria ortodoxa afirma que “qualquer ato individual de abstenção de consumir necessariamente leva e equivale a um investimento na produção de riqueza sob a forma de capital” (Keynes, 1996, p. 56). Desse modo, fica nítido como a economia clássica igualou a poupança individual ao investimento individual, transferindo esta igualdade para os termos agregados: o total da poupança agregada necessariamente deve se transformar no investimento agregado. Em outras palavras, os economistas clássicos teriam incorrido no erro de crer que haveria algum vínculo direto entre as decisões de poupar e consumir, “quando não há nenhuma relação simples entre os motivos que determinam as primeiras e os que determinam as segundas” (Keynes, 1996, p. 58).

De fato, Keynes (1996, p. 57) afirma que o “pensamento contemporâneo está ainda fortemente impregnado da noção de que, se o dinheiro não for gasto de uma forma, o será de outra”. Não haveria incerteza nesta economia, o produto agregado poderia continuar crescendo sem preocupações, pois a demanda agregada seria igual à oferta agregada. Essa visão, entretanto, não surgiu do nada, mas de uma provável – e errônea – equivalência entre a economia capitalista real e um tipo de economia não-monetária. Conforme nos indica Keynes, as respostas encontradas pelos economistas clássicos

[...] podem ter-se aplicado ao tipo de economia em que realmente vivemos por falsa analogia com algum tipo de economia sem trocas, como a de Robinson Crusóé, na qual a renda que os indivíduos consomem ou poupam como resultado de sua atividade produtiva é real e exclusivamente constituída pela produção *in specie* dessa atividade. (Keynes, 1996, p. 57)

Desse modo, o economista avalia que as conclusões da teoria clássica em relação à taxa de juros, o desemprego e a moeda, entre muitas outras, seriam deduções naturalmente advindas da aceitação da Lei de Say (Keynes, 1996, p. 58).

No entanto, embora Keynes (1996) critique a aplicação destas conclusões em uma economia monetária de produção, fato que estava acarretando em resultados econômicos e sociais desastrosos em sua época, para ele a teoria clássica “deveria ser logicamente considerada uma teoria da distribuição em condições de pleno emprego” (1996, p. 54), ou seja, os “postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio” (1996, p. 43). Haveria, portanto, lugar para a teoria clássica em uma determinada situação muito específica.

Já no início do capítulo 3, Keynes deixa clara a divergência entre sua teoria

e a teoria clássica do emprego. Para ele, os empresários contratam força de trabalho individualmente até o ponto em que, conforme suas estimativas, obterão o maior lucro possível. Dessa forma, não se trata apenas de contratar trabalhadores o suficiente para otimizar os custos de produção, mas de haver demanda para as mercadorias - recordando que, ao aceitar a Lei de Say, a teoria clássica não admitia a possibilidade da não realização do valor das mercadorias: o que fosse produzido encontraria um consumidor. O raciocínio de Keynes pode ser verificado no trecho abaixo, no qual ele anuncia que

[...] o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores. (Keynes, 1996, p. 60)

De fato, este enunciado vale tanto para o empresário individual quanto para a indústria como um todo. Assim, o nível geral de emprego seria definido a partir da expectativa dos empresários com relação ao nível de demanda agregada da indústria. Lembrando que, para Keynes (de maneira simplificada, abstraindo o comércio internacional e o Estado), a renda (**Y**) é igual ao consumo mais o investimento, ou em termos algébricos: $Y = C + I$. Continuando com a demonstração de seu pensamento em termos algébricos, sendo **D** a função da demanda agregada, i.e., a expectativa de produto gerado através do emprego de **N** trabalhadores, Keynes expõe no trecho abaixo a essência de sua Teoria Geral do Emprego:

[...] o volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas. Chamaremos **d-demanda efetiva** o valor de D no ponto de interseção da função da demanda agregada com o da oferta agregada. (Keynes 1996, p. 60-61)

Desse modo, através desta explicação algébrica fica ainda mais perceptível que, embora Keynes discorde de pressupostos da teoria econômica clássica, sua Teoria Geral não rompe com explicações econômicas obtidas através do equilíbrio entre funções matemáticas.²

De todo modo, a esta altura já deve começar a ficar nítido ao leitor: enquanto a teoria econômica ortodoxa coloca toda a importância da determinação do nível de produção na oferta agregada, a Teoria Geral do economista britânico confere à demanda agregada a importância fundamental. Logicamente, não se trata de uma simples inversão de sentido, mas de uma conclusão diferente a

² Contudo, alguns economistas como Andrade (1987, p. 252) afirmam que a “noção de equilíbrio possui um significado bastante particular e difere substancialmente do conceito propugnado pelo bastião ‘clássico’”.

partir de pressupostos diferentes, incorporando evidências empíricas da realidade econômica de sua época.

Como a demanda efetiva foi mencionada no trecho anterior, vale um rápido esclarecimento: o princípio da demanda efetiva explica a contratação de mão-de-obra para Keynes. É o ponto de equilíbrio, no qual as funções de oferta agregada e demanda agregada se encontram. O nível de emprego, portanto, é definido com base nas expectativas dos empresários, e não através do equilíbrio no mercado de trabalho como no modelo clássico. Como nos explica Keynes,

a demanda efetiva é simplesmente a renda agregada (ou produto) que os empresários esperam receber, incluídas as rendas que fazem passar às mãos dos outros fatores de produção, por meio do volume de emprego corrente que resolvem conceder. (Keynes, 1996, p. 85)

Assim, segundo o autor, a “renda do empresário tem importância vital para o emprego” (Keynes, 1996, p. 84), enquanto o consumo agregado também se apresenta como uma função da própria renda agregada, ou seja, também depende do emprego. Consequentemente, temos em essência que o determinante do nível de renda é a demanda realizada.

Keynes (1996, p. 62-63) nos explica que, ao aumentar o volume de emprego na economia, a renda agregada crescerá, fazendo com que o consumo total também cresça, porém, não na mesma medida em que a renda aumenta. Para explicar isso, o economista britânico utilizou-se de um pouco de teoria psicológica de sua época, aplicando o conceito de propensão a consumir (1996, p. 63). Este termo indica que nem todo o valor que virá na forma de renda será consumido, ficando uma parcela – variando para cada indivíduo, mas que tende a ser percentualmente maior para os trabalhadores do que para os empresários – da renda para a poupança agregada. É importante ressaltar que uma mudança na propensão a consumir pode resultar em uma variação no nível de emprego sem a necessidade de uma modificação no nível de investimento (1996, p. 133). Eles nos informa ainda que

A propensão marginal a consumir não é constante para todos os níveis de emprego, e é provável que, em geral, tenda a diminuir quando o emprego aumenta, ou seja, quando a renda real cresce, a comunidade só desejará consumir uma parte gradualmente decrescente da mesma. (Keynes, 1996, p. 138)

Ou seja, uma população, grupo ou classe social com uma renda alta tenderá a possuir uma propensão marginal a consumir menor do que uma com renda menor. A partir daí podemos começar a compreender porquê políticas econômicas voltadas à populações de menor renda, como políticas de redistribuição

de renda, são vistas por economistas de inspiração keynesiana como úteis para alavancar a economia como um todo.

Sobre a determinação do nível de emprego na sociedade, tendo em mente a não aceitação por Keynes do segundo pressuposto fundamental da teoria clássica do emprego – aquele que iguala o salário real à desutilidade marginal do trabalho, ele afirma que

Não é, portanto, a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salários reais, que determina o volume de emprego [...]. A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais — não o inverso. (Keynes, 1996, p. 64)

Já em relação à definição do valor do salário real em sua teoria, Keynes (1996, p. 63) afirma que a “cada volume de N corresponde certa produtividade marginal da mão-de-obra nas indústrias de bens de consumo dos assalariados, e é isto que determina o salário real”. Sendo N o volume de trabalho empregado, podemos verificar nesta passagem a manutenção do primeiro postulado fundamental da teoria clássica do emprego em Keynes.

Vale mencionar que Keynes demonstrou não ser um economista que desprezava o pensamento crítico e filosófico, tanto que, no fim do capítulo 3 ele analisa alguns dos fatores que levaram a teoria Ricardiana – impregnada com a Lei de Say – ao sucesso hegemônico em sua época, destacando questões ideológicas. Por exemplo, Keynes menciona que, por David Ricardo ter “formulado certa justificativa à liberdade de ação do capitalista individual, atraiu-lhe o apoio das forças sociais dominantes agrupadas atrás da autoridade” (Keynes, 1996, p. 66).

Uma questão importante dentro desses capítulos iniciais é a relação que o autor realiza entre poupança e investimento. Para os clássicos, a existência de uma poupança precede a realização de um determinado investimento, bem como o investimento e a poupança são quantitativamente iguais (Keynes, 1996, p. 91-92). Keynes, porém, embora concorde com a igualdade entre as duas variáveis macroeconômicas, discorda da determinação do nível de investimento pelo nível de poupança. De fato, o economista britânico enxerga a poupança como “um simples resíduo” (1996, p. 91). Desse modo, não é a abstenção do consumo dos ricos (como muitas vezes era entendida a poupança) que definirá o nível de investimento para Keynes (1996), pois não é a poupança que determina o investimento, pelo contrário, é o nível de investimento que determinará o nível de poupança – passando por mediação na variação do nível de renda.

Agora, abordaremos de maneira um pouco mais aprofundada os determi-

nantes principais do nível de investimento para o autor, a saber, a **Eficiência Marginal do Capital** (que chamaremos de EMgK daqui pra frente) e a **taxa de juros**.

A EMgK, nas palavras de Keynes (1996, p. 149), é a “taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta”. Ou seja, podemos obter a EMgK através da “relação entre a renda esperada de uma unidade adicional daquele tipo de capital e seu custo de produção” (1996, p. 149). Dessa forma, uma EMgK relativamente alta (como veremos logo adiante, a comparação da EMgK deverá ser feita com a taxa de juros) implicaria em maiores retornos para os investimentos, incentivando-os.

É possível percebermos que trata-se, portanto, de uma variável que depende da expectativa do capitalista pelos rendimentos futuros provenientes do montante de capital investido. Ademais, Keynes (1996, p. 153) nos alerta que a EMgK “depende também da renda esperada do capital e não apenas da sua renda corrente”. Segundo o autor, esse seria o motivo de confusão sobre a importância do conceito de EMgK entre os economistas clássicos.

Além disso, as mudanças tecnológicas e técnicas aparecem como fatores capazes de alterar a EMgK na Teoria Geral. Afinal, os produtos não são vendidos instantaneamente, implicando que

[...] **A produção obtida com o equipamento fabricado hoje terá de competir, enquanto durar, com a do equipamento fabricado mais tarde**, talvez a um custo menor em trabalho, talvez com uma técnica melhor que possibilite vender sua produção a preços menores e a aumente em quantidade até que seu preço tenha descido ao mínimo satisfatório. Além disso, o lucro do empresário (em termos monetários) advindo do equipamento velho ou novo será reduzido se todo o produto vier a ser produzido de modo mais barato. À medida que tais desenvolvimentos pareçam prováveis, ou mesmo apenas possíveis, a eficiência marginal do capital produzido no presente diminui apropriadamente. (Keynes, 1996, p. 153-154, grifo nosso)

Nesse sentido, enquanto a tecnologia estiver caminhando na direção de um aumento da produtividade – como vem avançando ininterruptamente no longo prazo na história do capitalismo – a EMgK tenderá a diminuir no presente. Do mesmo modo, o autor elabora sobre a influência do processo inflacionário sobre a determinação da EMgK do presente:

[...] A expectativa de uma baixa no valor da moeda estimula o investimento e, em conseqüência, o emprego em geral, porque eleva a curva da eficiência marginal do capital, isto é, a escala da demanda de investimentos; a expectativa de uma alta no valor da moeda produz, ao contrário, efeito depressivo, porque reduz a escala da eficiência marginal do capital. (Keynes, 1996, p. 154)

Dito de outra forma, a expectativa futura de um aumento da inflação, i.e., a diminuição do valor da moeda, levará a um aumento da EMgK no presente, o que tenderá a ocasionar um aumento no nível de investimento.

Vista a influência da tecnologia e da inflação na determinação da EMgK e do nível de investimento na Teoria Geral, falta agora abordarmos a importância da taxa de juros, ou melhor, da expectativa em relação à taxa de juros. De maneira direta, Keynes afirma que

[...] a expectativa de uma queda futura na taxa de juros terá por efeito fazer baixar a escala da eficiência marginal do capital, pois significa que a produção resultante do equipamento criado hoje terá de competir, durante parte de sua vida, com a produção proveniente de equipamento a que bastará uma retribuição menor. (Keynes, 1996, p. 155)

É possível notar mais uma vez a importância dada por Keynes às expectativas em relação ao investimento presente, existindo certa dependência entre as mudanças ocorridas nas expectativas e a EMgK. Inclusive, é “principalmente esta dependência que torna a eficiência marginal do capital sujeita a certas flutuações violentas que explicam o ciclo econômico” (Keynes, 1996, p. 155).

Portanto, “o estímulo à produção depende do aumento da eficiência marginal de certo volume de capital relativamente à taxa de juros” (1996, p. 154-155). Com a EMgK superior à taxa de juros, haverá estímulo ao investimento. De maneira semelhante, com a EMgK inferior à taxa de juros, haverá desestímulo ao investimento. Desse modo, chegamos à dedução da condição de igualdade que satisfaz o equilíbrio no nível de investimento:

Torna-se, portanto, evidente que a taxa efetiva de investimento corrente tende a aumentar até o ponto em que não haja mais nenhuma classe de bem de capital cuja eficiência marginal exceda a taxa de juros corrente. Em outras palavras, **o investimento vai variar até aquele ponto da curva de demanda de investimento em que a eficiência marginal do capital em geral é igual à taxa de juros do mercado.** (1996, p. 150, grifo nosso)

Assim, ao correlacionar esses dois conceitos, Keynes (1996, p. 172) afirma que a “curva da eficiência marginal do capital governa as condições em que se procuram fundos disponíveis para novos investimentos, enquanto a taxa de juros governa os termos em que esses fundos são corretamente oferecidos”.

Mas o que é a taxa de juros para Keynes e como esta é definida em sua teoria? Antes de abordarmos o sentido da taxa de juros na Teoria Geral, vale uma pequena revisão sobre o que representava a taxa de juros para os economistas clássicos. Keynes sintetiza a teoria clássica da taxa de juros no capítulo 14 de sua obra, sendo uma leitura importante para o leitor que necessita recordar

questões referentes à essa teoria:

É bastante claro, entretanto, que essa tradição considerou a taxa de juros o fator que equilibra a demanda de investimentos com a oferta para a poupança. O investimento representa a demanda por recursos para investir, a poupança representa a oferta, e a taxa de juros é o “preço” dos recursos investíveis que torna essas duas quantidades iguais. Da mesma forma que o preço de uma mercadoria é fixado, necessariamente, ao nível em que sua procura seja igual à oferta, a taxa de juros se regula, necessariamente, sob a ação das forças do mercado, no ponto em que o montante de investimento a essa taxa seja igual ao montante de poupança à mesma taxa. (Keynes, 1996, p. 180)

Ao contrário dos clássicos, Keynes afirma que a taxa de juros não seria o “preço que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato” (1996, p. 174-175), mas sim a “recompensa da renúncia à liquidez” (1996, p. 174). Em outras palavras, é o preço - ou custo - da liquidez, a variação futura necessária para se abrir mão do dinheiro que se tem em posse hoje.

Nas palavras do autor, podemos definir o conceito de preferência pela liquidez como “uma potencialidade ou tendência funcional que fixa a quantidade de moeda que o público reterá quando a taxa de juros for dada” (Keynes, 1996, p. 175), ou seja, impacta diretamente a quantidade de moeda em circulação em uma economia.

Contudo, o que explica a diferença de entendimento entre os clássicos e Keynes acerca do conceito de taxa de juros? A resposta reside, principalmente, nas diferentes compreensões que os economistas possuem sobre a moeda. A moeda não serve apenas como meio para as transações comerciais, mas também como reserva de valor (Keynes, 1996). Por sua vez, reter valor ao invés de aplicá-lo não faria sentido algum em um mundo em que todas as taxas futuras pudessem ser previstas. Infelizmente, a realidade concreta nos apresenta um cenário contrário ao existente na teoria clássica, dado que o conceito de incerteza se mostra vital – mais ainda em épocas de crise – para entendermos as complexas atitudes humanas e como isso se reflete na economia.

Buscando relacionar investimento, taxa de juros, moeda e preferência pela liquidez, temos uma excelente síntese do que foi apresentado até então na seguinte passagem:

Embora seja de esperar que, *coeteris paribus*, um aumento na quantidade de moeda reduza a taxa de juros, isto não ocorrerá se a preferência do público pela liquidez aumentar mais que a quantidade de moeda; e, conquanto se possa esperar que, *coeteris paribus*, uma baixa na taxa de juros estimule o fluxo de investimento, isto não acontecerá se a escala da eficiência marginal do capital cair mais rapidamente que a taxa de juros; quando, enfim, se possa esperar que, *coeteris*

paribus, um aumento do fluxo de investimento faça aumentar o emprego, isso não se produzirá se a propensão a consumir estiver em declínio. (Keynes, 1996, p. 178)

Cabe ressaltar que o autor britânico constata três motivações principais para a preferência pela liquidez, sendo eles:

(i) o motivo transação, isto é, a necessidade de moeda para as operações correntes de trocas pessoais e comerciais; (ii) o motivo precaução, ou seja, o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de certa parte dos recursos totais; e (iii) o motivo especulação, isto é, o propósito de obter lucros por saber melhor que o mercado o que trará o futuro. (Keynes, 1996, p. 176-177)

Há uma evidente contradição entre os investimentos produtivos, orientados por expectativas de retorno a longo prazo que carecem de uma base de cálculo sólida para previsões corretas, e a especulação financeira, orientada por expectativas de retorno a curto prazo. Keynes (1996) explicita nitidamente sua opinião ao afirmar que é o investidor produtivo, aquele com visão a longo prazo, que é mais útil à sociedade como um todo. Ele diferencia, ainda, a especulação como uma “atividade que consiste em prever a psicologia do mercado”, enquanto o empreendimento “consiste em prever a renda provável dos bens durante toda sua existência” (1996, p. 167).

Além disso, deve ser levado em conta que o aplicador financeiro muitas vezes sofre a ilusão de que está participando de um mercado líquido. Embora a liquidez no mercado financeiro seja maior do que a de investimentos em bens de capital – afinal, é mais “fácil” retirar o dinheiro aplicado no mercado financeiro do que de um investimento produtivo –, ele não é totalmente líquido. Isso acaba resultando em uma falsa sensação de segurança no especulador. Apesar dessa situação criar um dilema, Keynes é taxativo ao afirmar que “se a liquidez do mercado financeiro às vezes dificulta um novo investimento, em compensação facilita-o com mais frequência” (1996, p. 169).

Por fim, o capítulo 12 contém fragmentos importantes sobre a relevância da confiança no ciclo econômico, pois, de acordo com Keynes (1996), os mercados estão vulneráveis a decisões tomadas por otimismo ou pessimismo, principalmente em conjunturas econômicas atípicas. O autor afirma que “grande parte das nossas atividades positivas depende mais do otimismo espontâneo do que de uma expectativa matemática, seja moral, hedonista ou econômica” (Keynes, 1996, p. 164), o que entra em conflito com a teoria econômica ortodoxa clássica e seu *Homo Economicus* que toma sempre as decisões mais apropriadas para maximizar os seus interesses. Entretanto, no que parece ser um esforço de diálogo com o campo ortodoxo, Keynes não rechaça completa-

mente a lógica clássica, como podemos identificar na seguinte passagem:

Não devemos concluir daí que tudo depende de ondas de psicologia irracional. Pelo contrário, o estado de expectativa a longo prazo é, no mais das vezes, estável e, mesmo quando não o seja, os outros fatores exercem seus efeitos compensatórios. O que apenas desejamos lembrar é que as decisões humanas que envolvem o futuro, sejam elas pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender da estrita expectativa matemática, [...] sendo que a nossa inteligência faz o melhor possível para escolher o melhor que pode haver entre as diversas alternativas, calculando sempre que se pode, mas retraindo-se, muitas vezes, diante do capricho, do sentimento ou do azar. (Keynes, 1996, p. 170-171)

Em suma, “nossas decisões não dependem, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da confiança com a qual fazemos este prognóstico” (Keynes, 1996, p. 169). Dessa forma, enquanto impera um estado de confiança na economia é provável que investimentos sigam ocorrendo, mesmo que já não sejam mais tão lucrativos quanto outrora. Por fim, a confiança na continuidade de um cenário econômico positivo é essencial para que os empreendedores possuam segurança na validade de seu raciocínio individual, mantendo ou elevando seu nível de investimentos (1996, p. 163).

4. Considerações Finais

Daqui a cerca de 12 anos, a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda completará 100 anos de sua primeira publicação. Mesmo assim, a obra prossegue atual, servindo de referência para inúmeros economistas e correntes econômicas, tais como os keynesianos, pós-keynesianos e novo-keynesianos.

Sobre suas contribuições, a incorporação de elementos psicológicos na teoria econômica foi, sem dúvida, um passo importante na busca pela construção de um modelo econômico mais condizente com a realidade concreta. Outra contribuição muito importante, que vale a pena destacar, foi o desenvolvimento sobre o caráter da moeda, que chega a influenciar o investimento e outras variáveis, divergindo da neutralidade afirmada pela teoria econômica clássica.

Por fim, em meio às diversas interpretações sobre o pensamento de Keynes, retornar aos escritos do autor britânico revela-se uma ferramenta valiosa para a formação dos estudantes de Ciências Econômicas, permitindo uma apreensão mais direta e completa do conteúdo de sua obra-prima. A Dinâmica Econômica em Keynes: Uma Exposição dos Conceitos Econômicos Contidos nos Capítulos 1 a 14 da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.

Referências

ANDRADE, R. P. de. **Expectativas, incerteza e instabilidade no capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes**. Brazilian journal of political economy, São Paulo, n. 2, p. 245-260, apr-jun. 2010.

FRACALANZA, P. S. **As lições de Keynes**. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n. 88, p. 199-205, dez. 2010.

GALBRAITH, J. K. **O colapso da bolsa, 1929**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (Cap. 3)

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1996. Cap. 1 a 14, p. 43-196.

POSSAS, M. **Tempo e Equilíbrio na Teoria Geral de Keynes**. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, n. 9, p. 49-65, nov.(87)-mar. 1988.

Entre os Alimentos- Mercadorias e a Insegurança Alimentar: o Programa Moeda Social Arariboia no enfretamento à fome em Niterói – RJ

Danillo Bueno Lopes Gonçalves¹

A recente insegurança alimentar vivida no Brasil, acentuada pela pandemia de Covid-19, evidencia as profundas contradições do sistema alimentar contemporâneo, no qual o alimento é tratado como uma mercadoria, sujeito às dinâmicas de mercado que priorizam o lucro sobre a acessibilidade e a nutrição, levando milhões de brasileiros à fome. Nesse cenário, o Programa Moeda Social Arariboia, implementada em Niterói a partir de 2022, surge como uma resposta local para enfrentar esses desafios.

Ao atrelar a transferência de renda à circulação de uma moeda social dentro de um município, o programa busca não apenas proporcionar um aumento no poder de compra às famílias beneficiárias, mas também busca fortalecer os empreendimentos econômicos locais. Isso se reflete na predominância de gastos em alimentos entre os beneficiários e na promoção de práticas agroecológicas e da pesca artesanal, através de editais de fomento, e na estruturação de pontos de escoamento para produtos criados pelo movimento de Economia Solidária.

Neste artigo, buscaremos responder se o Programa Moeda Social Arariboia, ao integrar políticas de transferência de renda com uma moeda social, apresenta indícios de ser uma ferramenta eficaz no combate a fome local em meio as contradições do sistema alimentar moderno. Para isso, analisaremos o perfil dos beneficiários, a distribuição dos gastos e as ações complementares como feiras de economia solidária e editais voltados à agroecologia, sempre em diálogo com os dados da insegurança alimentar no país e as características dos sistemas alimentares modernos.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e parte da Equipe de Coordenação do Banco Comunitário Arariboia

1. “Tempos Obscuros de Destruição” e a volta da Fome no Brasil

Segundo o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (II VIGISAN) (PENSSAN, 2022), em 2022, apenas 41,3% dos domicílios brasileiros estavam em situação de Segurança Alimentar. Por outro lado, em 28% dos domicílios não se tinha certeza de quando, em qual a quantidade e qual a qualidade dos alimentos que seriam acessados (Insegurança Alimentar leve) e 15,5% já conviviam com a fome (Insegurança Alimentar grave). Após 2 anos de pandemia de Covid-19, mais de 125 milhões de brasileiros estavam residindo em domicílios com Insegurança Alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome.

Esse cenário, que não pode ser facilmente explicado somente pela pandemia de Covid-19, aparenta ser contraditório considerando que em 2014 o país saiu do mapa da fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) após uma década de políticas públicas exitosas. Em um relatório publicado pela FAO em 2014, destacou-se que algumas medidas adotadas foram determinantes para que o Brasil fosse retirado do mapa da fome, como

“a definição do problema da fome como prioridade política, com destinação de recursos orçamentários compatíveis com a envergadura do desafio; o aumento da renda da população por meio da geração de 20 milhões de empregos formais; o aumento do salário mínimo em 74% acima da inflação; e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (...) o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que chegava a 43 milhões de crianças e jovens; o fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, assistência técnica e compras públicas; e a articulação e gestão intersetoriais, com participação e controle social em instâncias de governança como o Consea (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional).” (Campello e Bortolletto, p. 106)

No entanto, o cenário vivido durante a pandemia é explicado a partir do entendimento da crise política-econômica-institucional que foi instaurada a partir de 2015, resultando no desmantelamento de políticas alimentares, o que Renato Maluf chama de “tempos obscuros de desconstrução” (Campello e Bortolletto, p. 119), baseando-se nos

expressivos ajustes fiscais (redução dos gastos e investimentos públicos) com a finalidade de manter a confiança dos agentes econômicos, e na retomada do crescimento econômico e da competitividade empresarial por meio da atuação do Estado na manutenção da estabilidade econômica, flexibilização de normas e regras trabalhistas, ou ainda em desregulamentações que favorecem a competitividade no mercado externo (Grisa e Porto, 2022, p. 14)

Ainda, contou com a presença de grupos políticos que assumiram o protagonismo em 2016 e 2019 e que negligenciaram o combate à fome, estando focados no ajuste fiscal (Grisa e Porto, 2022, p. 14), promovendo

[...] a redução de recursos do Programa Bolsa Família e do Programa Um Milhão de Cisternas (Vasconcelos et al., 2019), extinguiram o Consea, não deram continuidade às Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e não avançaram na construção de um novo Plano de SAN (2020-2023) [...] também extinguiram a Câmara Interministerial e o Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e, igualmente, não avançaram na construção de um novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2020-2023). (Grisa e Porto, 2022, p. 14)

Ao compreendermos a dimensão da desestruturação das políticas públicas que obtiveram êxito na redução da fome e da insegurança alimentar em nosso país, passamos a ter uma noção mais clara das causas que levaram grupos inteiros à fome e miséria extrema durante a pandemia. Observando as políticas públicas elencadas como centrais para a saída do Brasil do mapa da fome, vemos que todas são políticas que buscaram ir na direção contrária às tendências criadas pelos sistemas alimentares modernos. Políticas como o PBF, a criação de empregos formais e a valorização real do salário buscavam aumentar a renda das populações mais vulneráveis, aliando transferência de renda com empregos de certo grau de estabilidade. Já políticas como o PNAE e as políticas de crédito à agricultura familiar lidavam com as contradições vivenciadas no campo, apoiando empreendimentos que não produziam alimentos destinados ao mercado externo.

Retomando Sen, é importante também pensar quem foram os que mais sofreram com os “tempos obscuros de destruição”. Segundo os dados presentes no II VIGISAN (PENSSAN, 2022), domicílios nos quais a referência domiciliar (RD) são mulheres, a presença de alguma forma de insegurança alimentar (somando IA leve, moderada e grave) é de 64,1%, enquanto que em domicílios de chefiados por homens é de 53,6%. Residências em que a RD é uma pessoa que se identifica como parda ou preta, a presença de alguma forma de IA é de 65%, enquanto que em lares de RD autoidentificada como branca é de 46,8%.

Dentro do perfil detalhado pelo relatório, podemos também observar que há uma redução expressiva da segurança alimentar de uma família conforme se aumenta o número de moradores menores de 18 anos, reduzindo de 47,4% (somente adultos) para 17,5% (3 ou mais moradores menores de 18 anos). Também, notamos que a situação de trabalho das RD é determinante para a segurança alimentar dos moradores, com alguma forma de IA chegando à 70,6% para agricultores familiares, 69,2% para RD de emprego informal e

80,4% para RD desempregados (com destaque para a IA grave, que alcança 36,1%), enquanto que IA para trabalhadores formais alcança 46,5%.

O que é possível concluir a partir desse relatório é que o perfil dos brasileiros que mais sofreram com os “tempos obscuros de destruição” e com as tendências estabelecidas pelos sistemas alimentares modernos são famílias chefiadas por mulheres negras que se encontram, no geral, ou subempregadas ou desempregadas buscando a sobrevivência para seus filhos.

Feita essa breve análise e traçando um perfil das pessoas mais afetadas pelos desmontes das políticas públicas, é importante compreender o processo de mercantilização dos alimentos, sua transformação em alimento-mercadoria e as consequências sob as dinâmicas dos sistemas alimentares modernos.

2. Da Comida à Mercadoria: o Capitalismo Histórico e Sistemas Alimentares

Compreender a fome na atualidade é uma tarefa complexa, mas deve se iniciar pela análise da partícula fundamental desse fenômeno. Assim, é crucial compreender a transformação do alimento em alimento-mercadoria e as consequências dessa mudança nos sistemas alimentares. Immanuel Wallerstein (2001) ao caracterizar o “Capitalismo Histórico”, descreve-o como um “locus concreto — integrado e delimitado no tempo e no espaço — cujas atividades econômicas têm como objetivo a acumulação incessante de capital” (p. 18), onde a lei do valor vai aprofundando sua influência e consolidando sua ordem social, penetrando o tecido das relações sociais e econômicas, mercantilizando todos os processos.

Na esfera econômica, não só os processos de troca, mas também os de produção e investimento foram inseridos no circuito do capital. Na esfera social, a mercantilização avançou da mesma forma, envolvendo até aspectos do cotidiano que antes não eram vistos como transações comerciais, como rituais diários e tarefas comuns (Wallerstein, 2001). Dessa maneira, com o desenvolvimento do Capitalismo Histórico, todas as relações sociais e valores de uso tornaram-se valores de troca e capital, operando sob a lógica da lei do valor (Wallerstein, 2001).

Nessa transformação, o alimento também não escapa dessa lógica, deixando de ser apenas um bem para suprir as necessidades humanas e tornando-se uma mercadoria. Ele perde sua função primária de nutrir e passa a operar, como todas as outras mercadorias, como uma ferramenta para a autoexpansão do capital (Teixeira, 2022). Essa transformação altera toda a estrutura de produção de alimentos, a qual chamamos de sistemas alimentares, um conjunto de

operações e processos que transformam alimentos *in natura* e matérias-primas em alimentos (Sobal, Kettel Khan e Bisogni, 1998), introduzindo novas técnicas de produção e circulação dessas mercadorias, e modificando, progressivamente ao longo dos séculos, os sistemas alimentares globais.

Para Ericksen (2008), antes havia um sistema alimentar com maior número de empregos na produção de alimentos, uma cadeia de suprimentos mais curta e local, uma produção diversificada e predominantemente voltada para mercados e feiras locais. Como consequência da mercantilização dos alimentos, temos agora um sistema alimentar moderno, caracterizado por um maior número de trabalhadores nas etapas de processamento, embalagem e comercialização, uma extensa rede de abastecimento verticalmente integrada, uma produção monocultural intensiva em capital, e o acesso aos alimentos se dando principalmente por meio de grandes redes de supermercados, homogeneizando gradualmente os sistemas alimentares ao redor do mundo (Ericksen, 2008; Machado, Oliveira e Mendes, 2016; Teixeira, 2022)Oliveira e Mendes, 2016; Teixeira, 2022. Em suma, essa mudança essencial para captar a natureza da fome estrutural, marca a transição de uma produção familiar de alimentos para uma produção industrial de alimentos-mercadorias/*commodity*.

É necessário notar é que a transformação do alimento em alimento-mercadoria assume duas faces distintas, mas conectadas no sistema alimentar moderno. Por um lado, ele também assume a face do alimento ultraprocessado, trazendo consigo todos os processos industriais pelo qual passou; por outro, assume a forma da matéria-prima principal para a expansão da agropecuária e da indústria alimentícia no Brasil, como a soja e o milho.

Iniciando pela primeira face, a indústria alimentícia inunda os supermercados com alimentos ultraprocessados, fabricados a partir de matérias-primas modificadas por tecnologia industrial avançada, ditando o que se consome. Ofertado em grande escala nas inúmeras redes de supermercado, principal ponto de abastecimento para muitas famílias, os ultraprocessados são alimentos nutricionalmente desbalanceados, com baixa quantidade de fibras, calorias em excesso e um alto teor de sódio (Elias, 2021).

Para além das características nutricionais descritas acima, o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) evidencia que consumir alimentos ultraprocessados tende a afetar negativamente a cultura, fazendo com que “culturas alimentares genuínas passam a ser vistas como desinteressantes, especialmente pelos jovens” e promovendo o “desejo de consumir mais e mais para que as pessoas tenham a sensação de pertencer a uma cultura moderna e superior” (p. 45); a vida social, ao tornar desnecessários rituais diários de inte-

ração social, como o preparo do alimento, as refeições à mesa e o compartilhamento do alimento, transformando o ato de comer em um comportamento que reforça a individualidade (Machado, Oliveira e Mendes, 2016);

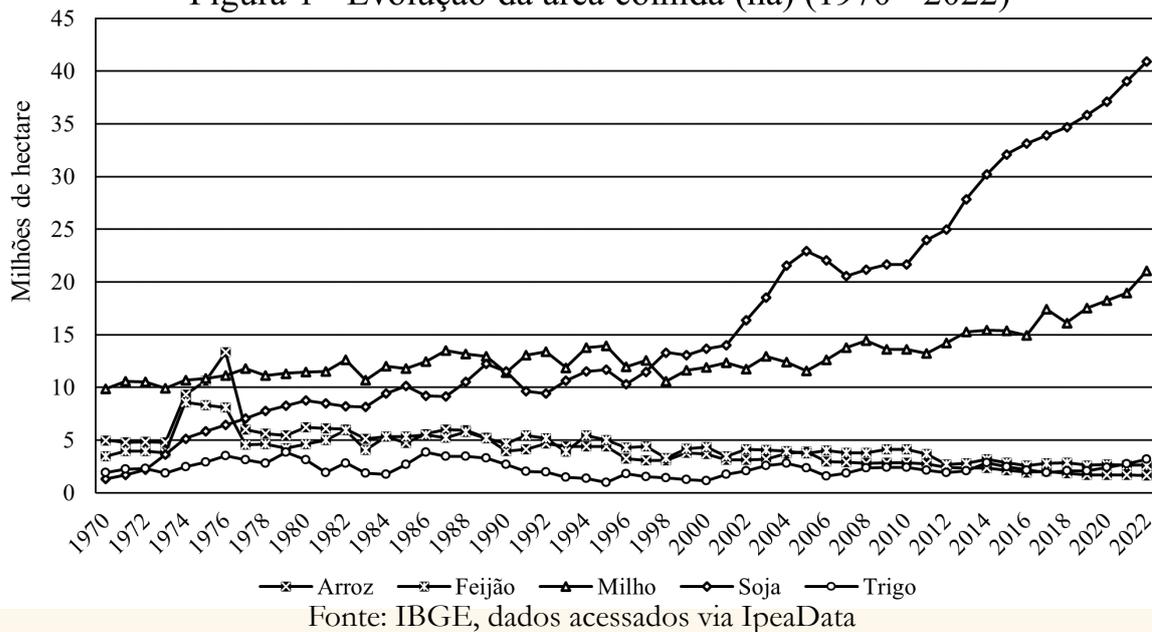
Além dos impactos listados acima, a produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos ultraprocessados é também danosa ao meio ambiente, com um crescimento no número de embalagens produzidas, estímulo à monocultura de uso intenso de agrotóxicos, pulverizados por meio de aviões ou drones, que espalham substâncias tóxicas a longas distâncias, afetando moradores e cultivos familiares, além de fertilizantes químicos e água. O transporte dos alimentos, majoritariamente rodoviário, gera poluentes e transformações na paisagem pela construção e ampliação de estradas, além de gerar projetos e debates envolvendo a construção de ferrovias em áreas protegidas e terras indígenas.

Retomando a segunda face do alimento-mercadoria, temos a soja como um exemplo, onde podemos observar as consequências sociais e ambientais que a transformação do alimento em *commodity* tem sob outras produções. Sua expansão se inicia no Brasil a partir da segunda metade dos anos 70 na região Sul, em virtude das crescentes demandas internacionais, e, posteriormente, para o cerrado a partir dos anos 80. Segundo dados do IBGE, a área colhida de soja desde de 1970 se expandiu em mais de 30 vezes, saindo de 1.318.809 ha para 40.894.968 ha em 2022, sendo sua taxa de crescimento anual é de 6,83%.

Como Teixeira (2022) vai apontar, ainda que a soja seja a commodity campeã nas exportações brasileiras, tendo exportado, segundo dados do IBGE, 101.869.890,46 t no ano de 2023, ela está ligada ao milho no processo de expansão da agricultura comercial. Como veremos na Figura 1, o milho aparece logo atrás da soja, ainda que por uma distância considerável, com uma taxa de crescimento de sua área colhida de 1,47%.

Em comparação, a área total colhida tem uma taxa de crescimento de 1,82% desde os anos 70, enquanto produções como a de arroz, feijão e trigo reduziram suas áreas colhidas, com taxas de decréscimo de -2,13%, -0,86% para o arroz e o feijão, enquanto o trigo contou com uma taxa de crescimento de 0,99%.

Figura 1 - Evolução da área colhida (ha) (1970 - 2022)



A expansão da agricultura comercial para a produção de alimentos-mercadorias trará externalidades negativas nos campos tanto social, quanto ambiental. No social, os autores vão destacar a perda de espaço no cultivo de outras culturas de base familiar, a redução de emprego na área rural e na capacidade de produção de alimentos que fazem parte de dietas alimentares tradicionais, comprometendo, de diversas formas, a segurança alimentar não somente da população rural, como também urbana (Domingues e Bermann, 2012).

Além disso, com a utilização intensa de agrotóxicos e o não fornecimento de Equipamentos de Proteção Individuais tem provocado uma piora nos níveis de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, evidenciado pelo crescimento no pedido de auxílios relacionados à saúde e pedidos de aposentadoria (Teixeira, 2022).

Nas consequências ambientais, contrastando com os avanços técnicos vividos no campo — expansão da fronteira agrícola, mecanização do campo e aceleração da urbanização —, os autores vão destacar como efeitos negativos a

compactação e impermeabilização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas; erosão; contaminação por agrotóxicos nas águas, alimentos e animais; impactos danosos da retirada da vegetação nativa de áreas contínuas extensas; assoreamento de rios e reservatórios; aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas; risco à sobrevivência de espécies vegetais e animais com a perda de habitat natural devido à expansão agrícola; e alterações no clima local (Cunha, 1994 apud Domingues e Bermann, 2012).

Ao entender o que é produzido e o modo em que são produzidos alimentos-mercadorias, torna-se possível compreender o que Sen (2021) vai apontar

como a causa das fomes coletivas, em que a dificuldade para acessar alimentos aumenta, pois, mesmo sem queda na produção ou na disponibilidade total, a falta de recursos financeiros e/ou restrições espaciais e políticas reduzem a capacidade da população de acessá-los. Esse fato tem sua explicação na alteração da função do alimento dentro do capitalismo e as consequências dessa mudança nos sistemas alimentares. Portanto, estudar o alimento, par dialético da fome (Teixeira, 2022), não só nos permite compreender parte das raízes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, como também pensar formas de mitigar seus efeitos, visto que, sendo uma característica estrutural do sistema econômico no qual nos reproduzimos, somente a troca desse sistema trará uma solução definitiva.

3. Programa Moeda Social Arariboia no combate à fome

Tendo iniciado seu pagamento em janeiro de 2022, o Programa Moeda Social Arariboia é um programa de transferência de renda do município de Niterói que é parte de um programa mais amplo. Como apontado em Silva *et al.* (2020), as bases do programa são lançadas na lei n° 3.473/2020 que instaura a Política Municipal de Economia Popular Solidária, criando órgãos responsáveis para a sua implementação, juntamente com o estabelecimento da Economia Popular Solidária como ferramenta de enfrentamento à extrema pobreza, promovendo inclusão social e garantia de acesso aos cidadãos a trabalho e renda.

Posteriormente, é instituído o “Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Niterói”, que tem por objetivo “combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios para atingir a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município” (Lei n° 3.621/2021). Destaca-se na lei o art. 11, que estabelece a utilização do CadÚnico para a definição dos contemplados, a moeda arariboia ser um benefício complementar ao PBF e outros programas federais e estaduais, a incorporação de outros benefícios no futuro e a paridade da moeda social para o real de 1:1. Além disso, a cada transação realizada em arariboia, uma taxa de 2% é cobrada e direcionada para um fundo social, com o objetivo de realizar ações de microcrédito, editais de fomento, criação de espaços para comercialização e apoio às atividades do movimento social da Economia Solidária (Decreto n° 14.928/2023).

Desde o início do programa, já foram feitos até o momento 34 pagamentos

para os beneficiários. Assim que lançado (janeiro de 2022), eram mais 27 mil famílias recebendo 90 arariboias para cada pessoa no seu cadastro (limitado a 6 pessoas, totalizando um limite de 540 arariboias por família), alcançando 6 milhões de reais de investimento mensal (Lei nº 3.621/2021). Já em março de 2022, ocorre a primeira atualização da folha de pagamento dos beneficiários, elevando o número de famílias beneficiárias para mais de 31 mil, recebendo 250 arariboias de valor base, acrescido de 90 arariboias por pessoa (novamente limitado a 6 pessoas, totalizando um limite de 700 arariboia por família), um investimento de 11 milhões de reais mensais (Lei nº 3.694/2022).

A próxima atualização da moeda acontece em junho de 2023, cobrindo mais de 37 mil famílias beneficiadas, com elas recebendo 293 arariboia de valor base mais 106 arariboias por pessoas no cadastro (limitado à 823 arariboias), totalizando um investimento mensal de 16,5 milhões de reais (Lei nº 3.796/2023). A última atualização ocorreu em maio de 2024, alcançando mais de 45 mil famílias, pagando 308 arariboia como valor base e mais 112 arariboias por pessoa no cadastro (limitado à 868 arariboias), totalizando um investimento de mais de 20 milhões de reais por mês (Lei nº 3.888/2024).

Sintetizando as informações acima, a Tabela 1 apresenta o mês de atualização, o número de famílias beneficiadas, o valor base, o valor limite e o investimento mensal.

Tabela 1 – Evolução do Benefício Moeda Social Arariboia

Data da Atualização	Famílias Beneficiadas	Valor Base	Valor Variável	Valor Limite
Janeiro de 2022	27 mil famílias	90 arariboias	90 arariboias	540 arariboias
Março de 2022	31 mil famílias	250 arariboias	90 arariboias	700 arariboias
Junho de 2023	37 mil famílias	293 arariboias	106 arariboias	823 arariboias
Maior de 2024	45 mil famílias	308 arariboias	112 arariboias	868 arariboias

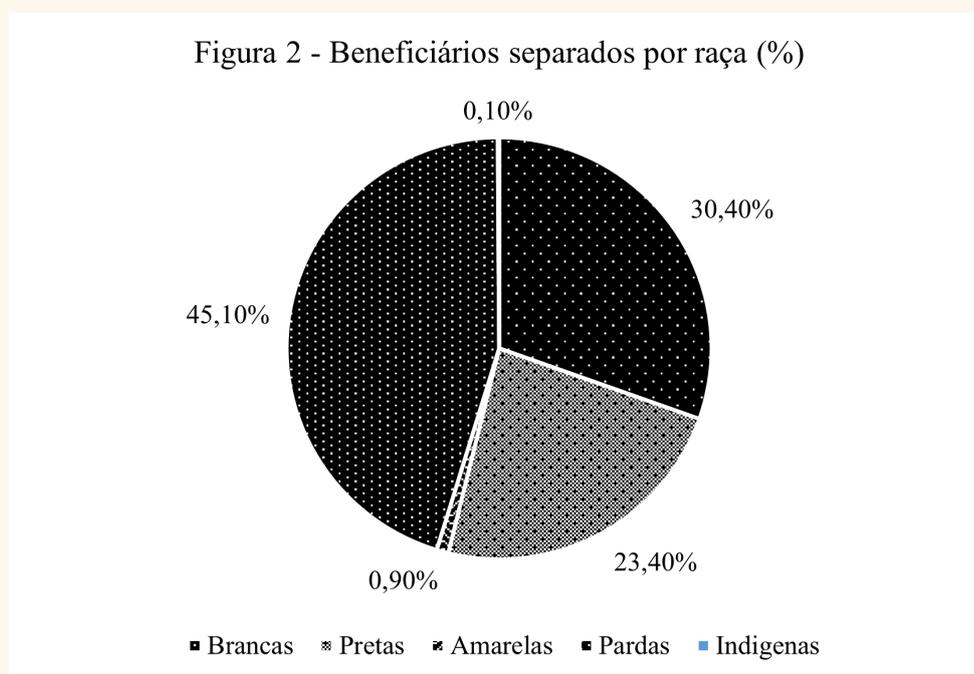
Fonte: Elaboração própria, adaptado das Leis Municipais de Niterói nº 3621/2021, nº 3694/2022, nº 3796/2023, nº 3888/2024 e das Folhas de Pagamento do Benefício Moeda Social Arariboia (documento não publicado)

Para continuar a análise do programa, é importante traçarmos um perfil do beneficiário do Programa Moeda Social Arariboia. Tomando por base a folha de pagamento do mês de agosto de 2024, que possui 44955 beneficiários², e cruzando com a base de dados Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) de março de 2024 chegamos aos seguintes dados. O programa é composto por 33367 mulheres (74,2%) e 11588 homens (25,8%), dos quais pretos

² Após o Acórdão 018608/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) passou a fazer buscas constantes para encontrar funcionários ou pensionistas de autarquias municipais ou estaduais na folha de pagamento do Programa Moeda Social Arariboia.

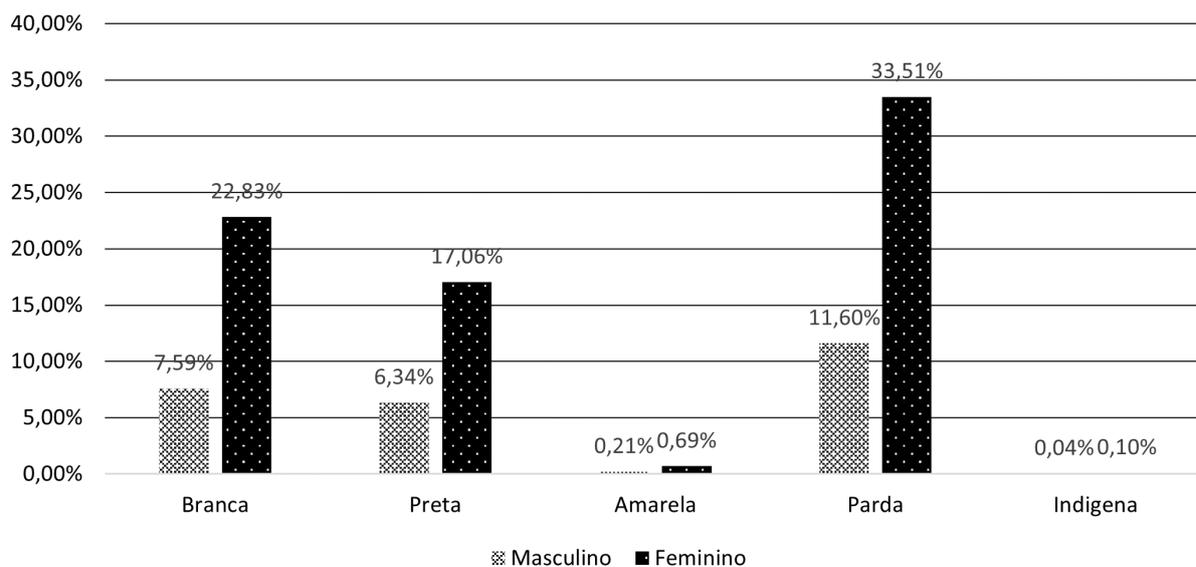
e pardos são 68,5% dos beneficiários do programa, em comparação aos 30,4% de brancos, 0,9% de amarelos e 0,1% de indígenas. A média de idade dos beneficiários do programa é de 42 anos, ainda que o maior número de beneficiários esteja na faixa etária dos 30 aos 39 anos (24,62%). Na questão do tamanho das famílias, temos as famílias unipessoais sendo o maior de número de famílias beneficiadas pelo programa (42%), ainda que o tamanho médio das famílias beneficiadas pelo programa seja 2 pessoas por cadastro.

Podemos ainda cruzar os dados entre o sexo dos beneficiários e ver que a maior parcela de beneficiários são mulheres pretas e pardas, representando o total de 50,59% do programa no total. Assim, é possível assumir que o público-alvo definido pelo Programa Moeda Social Arariboia, a partir de seus critérios estabelecidos em lei, é o mesmo público que sofreu com a desestruturação das políticas públicas de transferência de renda e segurança alimentar.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados não publicados da Folha de Pagamento do Benefício Moeda Social Arariboia (ago. 2024) e na base de dados do CadÚnico (mar. 2024).

Figura 3 - Beneficiários por Sexo e Raça (%)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados não publicados da Folha de Pagamento do Benefício Moeda Social Arariboia (ago. 2024) e na base de dados do CadÚnico (mar. 2024).

Também é interessante olharmos para o perfil dos gastos da Moeda Social Arariboia. Segundo o balanço geral da Moeda Social Arariboia (dados ainda não publicados), desde o início do pagamento do benefício, 50,50% das transações realizadas foram feitas em estabelecimentos da categoria alimentos. Se somarmos os estabelecimentos da categoria comércio varejista, como o supermercado Guanabara segundo a categorização realizada pelo Instituto E-Dinheiro Brasil, o volume de transações sobe para 78,95%, totalizando mais de 3.209.879 transações e movimentando R\$ 294.178.730,52.

A partir do relatório, é notável que o Programa Moeda Social Arariboia tem se mostrado uma importante ferramenta para o combate à fome em Niterói. No entanto, ao observarmos o top 50 estabelecimentos vemos que há um grande número de estabelecimentos que são parte de grandes redes de supermercados (24 estabelecimentos). Dentro do top 10, todos fazem parte das grandes redes atacadistas e varejistas do setor alimentício.

O Programa, através do Banco Arariboia, também realizou outras ações com impacto direto e indireto sob a segurança alimentar e o combate à fome no município. A partir do fundo criado pelas taxas de circulação da moeda, foram lançados dois Editais de Fomento, de fundo não retornável, à Economia Solidária no valor de 2 milhões cada. Foram contemplados no primeiro edital, lançado em agosto de 2023, 23 empreendimentos de 9 ramos diferentes, com destaque 2 empreendimentos do ramo da agroecologia e 5 empreendimentos da pesca artesanal (em sua maioria, cooperativas), totalizando um investimen-

to de R\$ 455.006,42 de reais nesses setores. Já em abril de 2024, é lançado o segundo edital de Fomento à Economia Solidária, contemplando 3 empreendimentos de agroecologia e 2 empreendimentos de pesca artesanal. Convém ainda destacar que foram contemplados também 1 cooperativa de reciclagem e 1 empreendimento de gastronomia de viés sustentável, realizando práticas de uso integral do alimento.

Também é importante ressaltar a composição dos coletivos que acessaram os dois editais. No primeiro, dos 233 trabalhadores impactados pelo edital, 156 eram mulheres (67%) e 116 pessoas negras (49,8%), além de 87 pessoas de povos e comunidades tradicionais³. No segundo edital, dos 138 trabalhadores impactados, 93 eram mulheres (67,39%) e 45 negros (32,61%), além de 18 pessoas de povos e comunidades tradicionais⁴.

Além disso, o Banco Arariboia em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) também financia a estrutura de 8 feiras da Economia Solidária do Circuito Arariboia, colocando-as como um importante espaço de comercialização e escoamento da produção, com a presença de coletivos de produtos orgânicos e da agricultura familiar. Também, em abril de 2024, foi lançado o Centro de Comercialização Justa e Solidária da Economia Solidária, popularmente conhecida como Loja EcoSol, para ser também um espaço de comercialização, escoamento, articulação e encontro dos membros participantes do movimento de Economia Solidária na cidade de Niterói.

Em suma, o Programa Moeda Social Arariboia, desde sua implementação, tem demonstrado ser uma ferramenta vital para mitigar os efeitos da insegurança alimentar e promover o desenvolvimento econômico e social em Niterói. Com um crescimento significativo no número de beneficiários e um investimento crescente, o programa não apenas garante um auxílio financeiro, mas também estimula a economia local através de editais de fomento e pontos de comercialização da Economia Solidária. A predominância de gastos em alimentos e a participação de mulheres e pessoas negras como beneficiárias refletem a urgência em atender um público historicamente sobreafetado pelas

³ Segundo o Decreto nº 6.040/2007, são povos e comunidades tradicionais “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

⁴ O baixo número de trabalhadores que se reconhecem como povos ou comunidades tradicionais em ambos os editais é possivelmente explicado não obrigatoriedade de inserir todos os membros da cooperativa no ato de inscrição, sendo somente necessário 5 pessoas na ficha técnica anexada na inscrição.

crises econômicas.

Além disso, as iniciativas de fomento à Economia Solidária e a estruturação de feiras e centros de comercialização ressaltam o compromisso do programa em promover o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade. À medida que analisamos o desenho do programa, suas ações e as dinâmicas envolvidas, fica evidente que a Moeda Social Arariboia tem beneficiado o público mais vulnerável ao mesmo tempo que promove a expansão de empreendimentos que podem gestar um modelo econômico mais justo, inclusivo e ambientalmente sustentável.

4. Conclusão

O Programa Moeda Social Arariboia tem obtido sucesso nos objetivos colocados para si na Lei nº 3621/2021, ao conseguir direcionar para a população mais vulnerável um programa de transferência de renda que é utilizado em sua grande maioria na compra de alimentos para as famílias beneficiadas pelo programa. Além disso, podemos observar um ciclo positivo na circulação da moeda, com as taxas cobradas na utilização da moeda retornando à Economia Solidária, através de editais e espaços de comercialização. Com os editais de fomento, além de gerarem emprego e renda sob a ética e os princípios da Economia Solidária, também impactou povos e comunidades tradicionais, conhecidos por suas práticas de convivência equilibrada entre o homem e a natureza, e coletivos e cooperativas de agroecologia e agricultura familiar, que produzem alimentos sem a presença de agrotóxicos ou fertilizantes.

Contudo, há aspectos que exigem atenção para o futuro do programa. Analisando o padrão de gastos das famílias beneficiadas, podemos notar que grande parte das compras é realizada em grandes redes de supermercado do setor atacadista e varejista, característica marcante do abastecimento nos sistemas alimentares modernos. Assim, é possível concluir que embora os beneficiários tenham passado a consumir mais alimentos, isso não se traduz de forma automática em uma melhora na qualidade nutricional dos alimentos consumidos, já que o consumo de produtos in natura e minimamente processados não acompanham o crescimento do consumo de ultraprocessados de forma proporcional.

Diante disso, tornam-se essenciais ferramentas inovadoras de combate à fome para além da transferência de renda e de editais de fomento. Valendo-se da flexibilidade do programa, é possível pensar formas de restringir o consumo de ultraprocessados utilizando a moeda e, ao mesmo tempo, estimular o consumo de alimentos in natura e minimamente processados.

A fome é um fenômeno social total, que expressa, de uma só vez, as mais diversas instituições — religiosas, jurídicas, morais, políticas, familiares e econômicas, nos exigindo respostas inovadoras às tendências impostas pelo sistema alimentar moderno.

Nesse contexto, a moeda, apesar de refletir e reforçar algumas características dos sistemas alimentares modernos — como o grande volume de compras em grandes redes de supermercado —, oferece uma base promissora para inovar e propor novas formas de combate à fome e a insegurança alimentar. Se forem desenvolvidas novas ferramentas que incentivem o consumo de alimentos e minimamente processados, bem como estratégias para desestimular o consumo de ultraprocessados, o programa pode se tornar um exemplo de política pública que, ao mesmo tempo, combate à fome, fortalece a saúde alimentar e promove a sustentabilidade.

Com essa trajetória de sucesso e as possibilidades futuras, o Programa Moeda Social Arariboia apresenta-se como uma ferramenta promissora para redefinir políticas alimentares públicas, não só em Niterói, mas em outros contextos que buscam enfrentar os desafios da fome e da insegurança alimentar em um sistema econômico que, até agora, não tem favorecido a equidade social.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília, 2014.

CAMPELLO, Tereza; e BORTOLLETO, Ana Paula. Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022.

DOMINGUES, Mariana Soares; e BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & Sociedade*, v. 15, p. 1–22, 21 nov. 2012. ISSN 1414-753X, 1809-4422. DOI 10.1590/S1414-753X2012000200002.

ELIAS, Denise. O ALIMENTO-MERCADORIA E A FOME NO BRASIL: THE FOOD AS A COMMODITY AND THE HUNGER IN BRAZIL. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 41, n. 1, 18 nov. 2021. ISSN 1984-8501. DOI 10.5216/bgg.v41.69103. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/69103>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ERICKSEN, Polly J. Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global Environmental Change*, v. 18, n. 1, p. 234–245, fev. 2008. ISSN 09593780. DOI 10.1016/j.gloenvcha.2007.09.002.

GRISA, Catia; e PORTO, Silvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais seto-

riais na trajetória brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, 25 jul. 2022. ISSN 0103-2003, 1806-9479. DOI 10.1590/1806-9479.2022.259390pt. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/resr/a/qFd6RZg9Ct5zX5vY8Rwsw-Nh/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; e MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde e Sociedade*, [s. l.], v. 25, p. 505–515, jun. 2016. ISSN 0104-1290, 1984-0470. DOI 10.1590/S0104-12902016151741.

MALUF, Renato. Fome e desigualdades no Brasil: de Josué às disputas contemporâneas. IN: CAMPELLO, Tereza; e BORTOLLETO, Ana Paula. *Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Elefante, 2022.

NITERÓI. Decreto nº 14.928/2023. Regulamenta a circulação da Moeda Arariboia através do Banco Comunitário do Município de Niterói, Instituído pela Lei nº 3.621, de 30 de julho de 2021. Prefeitura do Município de Niterói. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0ndui>. Acesso em: 30 set. 2024.

NITERÓI. Lei nº 3.473, de 20 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a Política Municipal de Economia Solidária. Niterói: Câmara Municipal de Niterói, 2020. Disponível em: <http://leismunicipa.is/xupcv>. Acesso em: 30 set. 2024.

_____. Lei nº 3621, de 30 de julho de 2021. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Niterói. Niterói: Câmara Municipal de Niterói, 2021. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aflzr>. Acesso em: 30 set. 2024.

_____. Lei nº 3694, de 24 de fevereiro de 2022. Altera dispositivo da Lei nº 3621, de 30 de julho de 2021. Niterói: Câmara Municipal de Niterói, 2022. Disponível em: <http://leismunicipa.is/zvusc>. Acesso em: 30 set. 2024.

_____. Lei nº 3796, de 22 de junho de 2023. Altera o artigo 17 da Lei nº 3621/21 com Redação dada pela Lei nº 3694/2022. Niterói: Câmara Municipal de Niterói, 2023. Disponível em: <http://leismunicipa.is/0ndtz>. Acesso em: 30 set. 2024.

_____. Lei nº 3888, de 27 de fevereiro de 2024. Altera o artigo 17 da Lei nº 3621/21 com Redação dada pela Lei nº 3796/2022. Niterói: Câmara Municipal de Niterói, 2024. Disponível em: <http://leismunicipa.is/15syi>. Acesso em: 30 set. 2024.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-. II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Friedrich Ebert, 13 set. 2022. (Aná-

lise). ISBN 9786587504544.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 7 jul. 2021. ISBN 978-85-359-1646-1.

SILVA, Jessica; SILVA, Rodrigo; FREITAS, Fernando; e WALTENBERG, Fabio. Políticas Socioeconômicas de reação à crise da Covid-19 no município de Maricá, Rio de Janeiro. Livros, 10 ago. 2020. DOI 10.38116/978-65-5635-042-4/capitulo26.

SOBAL, Jeffery; KETTEL KHAN, Laura; e BISOGNI, Carole. A conceptual model of the food and nutrition system. *Social Science & Medicine*, v. 47, n. 7, p. 853–863, 1 out. 1998. ISSN 0277-9536. DOI 10.1016/S0277-9536(98)-00104-X.

TEIXEIRA, Leile Silvia Candido. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. *Revista Katálisis*, v. 25, p. 449–458, 19 ago. 2022. ISSN 1982-0259. DOI 10.1590/1982-0259.2022.e86274.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico E Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 30 jan. 2001. ISBN 978-85-85910-38-9.

A Desigualdade Social no Território do Rio de Janeiro

Ana Clara de Almeida Silva e Guilherme Santos

RESUMO

Este trabalho foi elaborado em equipe por alunos do primeiro período de Economia durante a disciplina de Introdução à Extensão Universitária. O objetivo original do trabalho foi apresentar uma proposta de ação de extensão. Para a elaboração dessa proposta, o tema escolhido foi “A desigualdade social no território do Rio de Janeiro”. Para uma melhor compreensão da problemática das diferenças socioeconômicas que existem na cidade, dois bairros foram escolhidos como objeto de investigação para a submissão deste artigo: a Rocinha e a Gávea. Ainda que ambos sejam localizados na Zona Sul - considerada região nobre do Rio de Janeiro -, esse fato não garantiu condições igualitárias em relação à indicadores socioeconômicos e acesso aos equipamentos urbanos (saúde, educação, lazer, etc.). O objetivo da pesquisa foi compreender a origem da desigualdade e o porquê de sua manutenção até os dias atuais. Portanto, para encontrar respostas para esse óbice social e propor ações de políticas públicas, foram aplicadas entrevistas a cidadãos moradores e foi considerado o histórico de ocupação destes territórios. Os principais resultados apurados foram que a desigualdade social e a sua perpetuação ocorrem pela falta da presença do Estado nos bairros ocupados por trabalhadores de baixa qualificação e/ou desempregados, apesar de esses habitantes serem cruciais para o funcionamento, como um todo, da cidade.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa feita por alunos do 1º período do curso de Ciências Econômicas visando investigar a desigualdade social entre bairros do município de Rio de Janeiro. Contando inicialmente com uma equipe de cinco alunos, foram selecionados seis bairros/comunidades vizinhas, organizados em pares onde fossem flagrantes as diferenças econômicas e sociais. Os bairros/comunidades escolhidos foram: Gávea/Rocinha; Jardim Guanabara e Morro do Dendê (ambos na Ilha do Governador); e Barra da Tijuca/Cidade de Deus.

Para cada par de Bairro/Comunidade, foram levantados dados secundários sobre tamanho da população e número de domicílios (Censo IBGE 2022), indicadores de desenvolvimento da educação básica (IDEB, 2021) e dados de rendimento médio mensal familiar por faixas de renda (Censo IBGE, 2010). Além dos dados secundários, foram feitas visitas de campo aos seis territórios escolhidos para coletar informações primárias por meio de um roteiro de entrevistas aplicado a dois moradores de cada bairro/comunidade, totalizando doze entrevistas realizadas.

Por motivos de espaço e para atender às regras de submissão de trabalhos, limitaremos este artigo às conclusões que obtivemos para os bairros da Gávea e da Rocinha, conclusões estas que podem ser estendidas aos outros quatro territórios em termos das dualidades encontradas em uma “cidade partida” (ZUENIR VENTURA, 1994). A hipótese do trabalho é que esta dualidade foi construída ao logo do tempo, e que jamais foi superada pela ausência de políticas públicas capazes de efetivamente integrar estes territórios. Mostraremos o desenvolvimento de nossa pesquisa estruturando este texto em duas outras seções, além desta Introdução e das Conclusões finais.

Na segunda seção, mostraremos como se deu a ocupação histórica dos bairros da Gávea e da Rocinha, mostrando também como estes dois territórios foram tratados de forma desigual em termos de planejamento urbano e instalação de equipamentos públicos (seção 2.1). Na terceira seção, relataremos a nossa pesquisa e os principais dados nela coletados, fazendo um paralelo com os conceitos de “espaços luminosos” e “espaços opacos” (SANTOS & SILVEIRA, 2001) e demarcando a formação histórica de constituição destes territórios como o resultado de um processo de construção e invenção social (COSTA, 2024).

Por fim, atendendo à problemática que nos foi colocada pela disciplina, proporemos ações de políticas públicas que atendem às demandas da população local e dos territórios assim constituídos.

2. Breve histórico da ocupação da Gávea e Rocinha

A Gávea, considerada um bairro nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro, surgiu em meados do século XVI, sendo um dos bairros de origem mais remota da cidade de acordo com a sua ocupação inicial, que se deu na zona portuária. Além disso, foi o primeiro governador a sancionar o nome Gávea em documento oficial de concessão de sesmarias, garantindo a sua ocupação por famílias portuguesas (COLEÇÃO BAIRROS DO RIO, 2019).

A origem da Gávea está relacionada com a atividade econômica desenvol-

vida na região. Por meio da instalação de engenhos, desenvolveu-se a pastagem e o cultivo de lavouras, e posteriormente iniciou-se a plantação de cana-de-açúcar. Entretanto, a Gávea não se manteve nessa atividade econômica, mas acompanhou alguns dos ciclos econômicos do Brasil, visto que no século XIX grandes fazendas desenvolveram a cultura de café. No ano de 1884 houve a instalação de fábricas de tecidos na região. A primeira delas se chamava Carioca; na década de 1930, houve um zoneamento da cidade e excluiu a área industrial da Zona Sul (COLEÇÃO BAIROS DO RIO, 2019).

A origem da Rocinha ocorreu em um período mais tardio e teve desdobramentos diferentes do bairro que faz limite com seu território, a Gávea. Atualmente uma das maiores comunidades do país, surgiu na segunda metade do século XX, a partir da fazenda de Quebra-Cangalha, cujos donos eram os irmãos Castro Guidão. Originalmente, a área tinha características majoritariamente rurais. Na década de 1930, com a construção da Estrada da Gávea e a instalação de energia elétrica, os proprietários da terra tiveram um projeto de ocupação de terras e colocaram à venda lotes da região; todavia, no final da década de 1930 a companhia dos irmãos faliu, fazendo com que a população ocupasse o território de maneira desordenada, pois acreditavam que as terras não tinham donos. (Disponível em: <https://www.falaroca.com/mapa/historia-da-rocinha>. Acesso em: 15 jun, 2024.)

Diferentemente do histórico da Gávea de grandes mudanças de atividades econômicas, a Rocinha, no início do século XX, possuía cultivo de frutas e hortaliças, realizadas pelos próprios moradores e muitas vezes vendidas no Largo das Três Vendas (atual Praça Santos Dummont, na Gávea). A Rocinha expandiu-se na década de 1950 com a chegada de população nordestina em busca de melhores condições de vida e emprego. Entre a década de 1960 e 1970, houve uma segunda expansão, devido à oferta de emprego a partir da construção dos Túneis Rebouças e Dois Irmãos. Isso fez com que a população da Rocinha fosse predominantemente de origem nordestina, mineira e do interior do Estado. (Disponível em: <https://www.falaroca.com/mapa/historia-da-rocinha>. Acesso em: 15 jun, 2024.)

2.1 O planejamento urbano e a ação do Estado nestes territórios

O planejamento e a infraestrutura são responsabilidade do Estado, porém os níveis de investimento dos bairros que fazem limites entre si são muito desiguais. Desde a década de 1920 até os dias atuais, a Gávea passou por grandes obras infraestruturais, como o aterro que deu lugar à Av. Epitácio Pessoa, o Jo-

ckey Club, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), construída pelos Jesuítas, o Túnel Dois Irmãos e o Planetário da Cidade do Rio de Janeiro (COLEÇÃO BAIROS DO RIO, 2019).

Já a Rocinha, desde a sua formação, sempre sofreu com a falta de acesso ao saneamento básico e às atividades de lazer. Por isso, os investimentos feitos na Rocinha sempre ocorreram devido às reivindicações dos moradores, como é o caso do CMS Dr. Albert Sabin (Disponível em: <https://rocinha.oticsrio.com.br/2022/03/17/40o-aniversario-de-inauguracao-do-cms-dr-albert-sabin/>. Acesso em: 15 jun, 2024.) Além disso, durante o Governo Lula em 2003, o Ministro da Cultura Gilberto Gil inaugurou a Casa da Cultura, em uma das primeiras casas da Rocinha. (TV ROC, 2003) Em 2010, a passarela da Rocinha, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi inaugurada e fazia parte da primeira fase do Processo de Aceleração do Crescimento (PAC) (Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/passarela-feita-por-niemeyer-para-rocinha-e-inaugurada.html>. Acesso em: 15 jun, 2024.).

3. Caracterização dos territórios e coleta de informações na pesquisa de campo

A Gávea e a Rocinha apresentam contrastes marcantes quando observados através de dados quantitativos. A Gávea possui uma população de 14.176 pessoas distribuídas em 7.502 domicílios, enquanto a Rocinha possui uma população significativamente maior, com 70.894 habitantes em 32.330 domicílios (Censo 2022; *apud* DATA.RIO). Essas diferenças também se refletem na área educacional, como demonstra o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador criado pelo Governo Federal que mede a qualidade do ensino nas escolas do Brasil, tendo o Rio de Janeiro, no ano de 2021, a média de 5,4 em anos finais acadêmicos. No mesmo ano, a Gávea superou essa média e apresentou 5,6. A Rocinha ficou abaixo da média com 5,2 (IDEB, 2021).

Além disso, esse óbice é evidente ao analisar a renda domiciliar per capita: na Gávea, o quinto mais pobre apresentou a renda domiciliar de 513,12 reais e o quinto mais rico possuía a renda de 28.188,45 reais (CENSO 2010; *apud* DATA.RIO). Já na Rocinha a renda per capita do quinto mais pobre era de 50,14 reais e o quinto mais rico era de 1.337,76 reais (CENSO 2010; *apud* DATA.RIO).

Para uma melhor compreensão das disparidades dos bairros vizinhos foram realizadas entrevistas com os cidadãos moradores. Conforme foi explicado na Introdução deste trabalho, foram entrevistados dois moradores da

Gávea e dois da Rocinha. Sabendo que este número de entrevistados não tem representatividade estatística (não foi feito um desenho amostral da população), queremos realçar aqui que o nosso objetivo foi coletar informações e falas do cotidiano destas populações, que pudessem confirmar a nossa hipótese da dualidade entre os territórios vizinhos.

Neste trabalho relataremos apenas as respostas coletadas junto a um morador da Gávea (Morador 1) e uma moradora da Rocinha (Moradora 2). Quando perguntado ao morador da Gávea o que mais o agradava e o desagradava em seu bairro, ele respondeu:

- “O que me agrada muito no local onde eu moro, é a acessibilidade que tenho a diversos tipos de comércio. E o que mais me incomoda no meu bairro é o poder aquisitivo necessário para que se tenha uma vida confortável”. (Morador 1 - Gávea, entrevistado no dia 27 de maio de 2024)

A mesma pergunta foi feita à moradora da Rocinha, que respondeu da seguinte forma:

- “O que mais me agrada é que na Rocinha tem sempre muitas atividades, não é muito fácil de encontrar, difícil ter vagas, mas se tiver sorte você consegue uma “vaguinha”. Tipo, cursos, atividades, como futebol. O que eu menos gosto, no geral é a bagunça, a falta de respeito, a falta de organização. Lógico que tem a situação do saneamento básico. Mas além disso, ainda tem a parte da infraestrutura no geral, de organização, por exemplo, nos eventos que acontecem, falta organização, acho que isso “deixa a desejar” para os moradores.” (Moradora 2 - Rocinha, entrevistada no dia 22 de maio de 2024)

Além disso, os entrevistados também foram questionados sobre como eles definiriam a desigualdade social. O morador da Gávea respondeu da seguinte forma: “A desigualdade social, em minha opinião, se dá pela diferença de acesso às oportunidades de crescimento profissional entre determinadas classes sociais, de forma resumida” (Morador 1). A moradora da Rocinha foi mais pessoal e definiu a desigualdade explicitando o seu cotidiano:

- “Isso são coisas que eu evito pensar, né? Sabe quando você só segue o “fluxo” e pensa “beleza, isso não dá para mim”, mas é difícil quando você vê certas pessoas em situações que você fala: “Poxa, eu deveria estar “ai”, porque o fulano está e eu não estou”. Então, tipo é difícil, mas acaba que em certas situações a gente só vai seguindo o “fluxo” e acaba aceitando menos do que a gente deveria”. (Moradora 2)

Durante a entrevista, também foi levado em consideração a percepção dos cidadãos em relação aos grupos mais afetados. Por isso, eles foram questionados se acreditavam na existência de grupos mais impactados pela desigualdade social e as respostas obtidas foram: “sim atrelado ao fato do preconceito

enraizado na sociedade, os membros de comunidades” (Morador 1 - Gávea). No entanto, a moradora da Rocinha destacou a desigualdade social dentro da própria comunidade:

- “Sim, os que moram nas áreas mais pobres da Rocinha. Porque a Rocinha é dividida em partes, tem a parte “nobre” e a parte mais necessitada, que fica localizada perto da pedra, como na Roupa Suja e Valão. Nessa região, ainda tem pessoas com casas de madeira”. (Moradora 2 - Rocinha).

O trabalho desenvolvido é corroborado pelo estudo do Geógrafo Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001) sobre o território brasileiro:

“Uma geografia que se propõe ativa não pode considerar o espaço geográfico apenas como território, mas território usado pelos seus habitantes. O território é resultado do processo histórico e a base material e social das novas ações humanas.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264)

Logo, as diferenças entre a Rocinha e a Gávea não só se mantiveram desde a origem desses bairros, mas se aprofundaram com o passar do tempo.

Essas disparidades não são vistas pelos moradores da Rocinha como algo normal nem tampouco são aceitas passivamente. Estes moradores reivindicam os seus direitos desde a origem da comunidade até os dias atuais. De acordo com a historiadora Mariana Costa (2024), a comunidade da Rocinha teve o seu processo de formação a partir da atuação e reivindicação dos próprios indivíduos/trabalhadores que lá moravam:

A partir dos interesses desses próprios indivíduos, e não dos empresários da companhia, que aquela comunidade ganhava forma, congregando trabalhadores oriundos de vários pontos da região e até mesmo da cidade. É o que mostrava a reclamação de um morador da Rocinha (...) que numa carta endereçada a uma folha vespertina carioca em 1932 reclamava da atuação das autoridades públicas em relação à questão sanitária na localidade. (COSTA, 2024, p. 20).

A ausência do Estado nessa região está diretamente associada com o fato da população da Rocinha ser predominantemente de trabalhadores e operários. Ainda que a comunidade seja localizada entre bairros que se valorizavam e continuam se valorizando rapidamente, como a Gávea, isso não garantiu a presença dos Órgãos Públicos na região. Por isso, os moradores da comunidade, ao longo do tempo, tiveram que lutar pelos seus direitos para tentar diminuir as disparidades entre bairros vizinhos.

Milton Santos e Maria Laura da Silveira (2001) dissertaram sobre essas diferenças territoriais presentes na sociedade brasileira. Os autores desenvolveram os conceitos de “Espaços Luminosos” e “Espaços Opacos”. Evidenciando os Espaços Luminosos como aqueles bem servidos pelas redes informacionais,

telecomunicações, transporte, infraestrutura urbanas, sendo essas regiões atrativas para altos investimentos e de grande intensidade de capital. Porém, nos Espaços Opacos as modernizações e as políticas públicas não chegam, apesar de seus habitantes participarem da lógica que move a cidade enquanto trabalhadores de baixa qualificação e/ou desempregados. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264). No caso carioca, o “Espaço Luminoso” representa a Gávea e o “Espaço Opaco”, representa a Rocinha.

Mesmo que as dificuldades façam parte do cotidiano dos moradores da Rocinha, eles continuam a resistir por melhores condições de vida. É necessário desenvolver medidas para diminuir as disparidades sociais para que, com os desdobramentos dessas ações, se possa ter uma sociedade mais justa e igualitária. Investimentos públicos precisam ocorrer nos espaços opacos, especialmente em áreas básicas, como saneamento, saúde, segurança e educação. Além disso, é essencial que as Universidades Públicas permaneçam presentes nas regiões mais vulneráveis levando informação aos mais carentes e levando ao Governo as demandas da população.

4. Conclusões

Várias ações de políticas públicas podem ser implementadas para melhorar as condições de vida da população destes territórios. Conforme o estudo que foi feito pelo grupo de pesquisa sobre a história e a ocupação destes territórios, a observação *in loco* dos territórios durante a pesquisa de campo e as informações coletadas nas entrevistas, podemos destacar que as ações prioritárias se dariam no campo da educação primária, creches e saneamento, pelo lado da comunidade da Rocinha. Já pelo lado da Gávea, seria importante a criação de espaços culturais, feiras artesanais e equipamentos de recreação em praças e parques públicos que fossem inclusivos e favorecessem a integração e a convivência entre as populações dos dois bairros. Além disso, destaca-se a contribuição dos moradores entrevistados sobre quais ações podem ser feitas para reduzir a desigualdade na cidade do Rio de Janeiro. A moradora da Rocinha disse que é preciso investir na educação dos moradores da comunidade e realizar a distribuição de cestas básicas. Para o morador da Gávea é necessário que os indivíduos mais abastados se juntem à luta dos mais desfavorecidos da sociedade com objetivo de cobrar ao Estado a democratização do acesso à educação e aos serviços essenciais. Portanto, a integração dos moradores da Rocinha e da Gávea em espaços públicos possibilita a construção da luta coletiva contra a desigualdade social, permitindo também a desconstrução de preconceitos contra a população da comunidade, a transferência de renda por

meio de trocas comerciais e a valorização das diversas culturas presentes no território da Gávea e da Rocinha.

REFERÊNCIAS

COLEÇÃO BAIROS DO RIO. **Gávea, Rocinha e São Conrado**. Editora Fraiha. Disponível em: <https://www.amagavea.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Uma-história-da-Gávea-extraído-da-coleção-Bairros-do-Rio-Editora-Fraihia.pdf>. Acesso em: 15 jun 2024.

COSTA, M. B. C. da. **Da Rocinha ao bairro operário: processo de ocupação e formação do espaço nas três primeiras décadas do século XX**. Topoi. Rio de Janeiro, 2024. /Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, UFRJ, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/bdyD-MSPFmm6qrVSq7mv4Wrc/>. Acesso em: 15 jun, 2024.

FALAROCA. **História da Rocinha**. Disponível em: <https://www.falaroca.com/mapa/historia-da-rocinha/>. Acesso em: 15 jun, 2024.

GOOGLE ARTS & CULTURE. **TV Roc Special Report with Gilberto Gil about the opening of the Casa de Cultura da Rocinha**. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/tv-roc-special-report-with-gilberto-gil-about-the-opening-of-the-casa-de-cultura-da-rocinha>. Acesso em: 15 jun, 2024.

G1 RIO DE JANEIRO. **Passarela feita por Niemeyer para Rocinha é inaugurada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/>. Acesso em: 15 jun, 2024.

IBGE. **Censo 2022 e Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2022> e <https://www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 20 jun, 2024.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (**IDEB**). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 20 jun, 2024.

OTICS ROCINHA. **40º aniversário de inauguração do CMS Dr. Albert Sabin**. Disponível em: <https://rocinha.oticsrio.com.br/2022/03/17/40o-aniversario-de-inauguracao-do-cms-dr-albert-sabin/>. Acesso em: 15 jun, 2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil, Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. 1994. São Paulo: Companhia das Letras.

BRICS: Identificação das Principais Barreiras ao Comércio Intrabloco

Lívia Adriana Costa Estevam da Silva

RESUMO

O Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul compõem o maior bloco econômico formado por países emergentes no mundo, o BRICS, que juntos representam quase metade da população global. O artigo abordou a formação e evolução do bloco BRICS destacando a sua idealização e expansão em 2009. Outrossim, descreveu como a crise global de 2008 influenciou a ascensão do BRICS como um novo polo de poder econômico e político, bem como a importância do grupo no contexto do G20. O estudo teve como objetivo compreender as principais barreiras comerciais intrabloco e, por isso, analisou as características econômicas dos países membros, como o PIB, renda per capita, inflação, desemprego, população, território, corrente de comércio e consumo em energia renovável e, ficou claro, também, o papel significativo que a China possui ao se consolidar como a maior economia do grupo, devido seu PIB muito elevado e população muito grande, por isso, se tornou um aliado necessário para o desenvolvimento cultural, social, sustentável e econômico dos países que compõem o bloco. Algumas pesquisas revelaram que o investimento em energias renováveis pelo BRICS, aquece as suas economias e desenvolvem inovações tecnológicas capazes de reduzir as desigualdades sociais, promover o bem-estar social, emprego pleno, meio ambiente mais equilibrado e, principalmente, a redução dos custos comerciais. A pesquisa incluiu como base metodológica a Estatística Descritiva, fazendo uso da aplicação de média, valor máximo, valor mínimo e variância que foram adotados para a conclusão da análise de dados. A partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, analisou-se as similaridades e as diferenças entre o BRICS. Em suma, o artigo apontou que a união do bloco formado pelos países emergentes em meio aos desafios da globalização geopolítica foi necessária para os dias atuais, cooperando para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar o papel fundamental que o BRICS tem conquistado no cenário geopolítico e econômico global. Segundo Damicó (2017), em 2009, a idealização do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (atualmente, BRICS+, com Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã), basearam-se na coordenação financeira com a expectativa que os avanços tecnológicos e os fatores de competitividade aumentariam sua participação no PIB mundial, assim, tornando favorável ao investimento estrangeiro. Diante do exposto, fica evidente que tal união destaca-os dos demais países emergentes espalhados pelo mundo:

A crise¹ despertou a ideia de que os países centrais estariam perdendo poder na ordem mundial, e que a China, juntamente com outros países com economias chamadas “emergentes”, estaria desafiando a posição dominante dos EUA e Europa, e indicando um novo polo de poder no futuro. A crise consolida o novo papel do G20, com a cúpula de 2008 incluindo os chefes de Estado dos BRICS para negociar possíveis saídas (SAGGIORO, 2017, p.375).

Em conformidade com Coelho e Capinzaiki (2017) o BRICS pode ser caracterizado como uma coalizão político-diplomática. Isso se deve ao fato de que não pode ser categorizado de acordo com as classificações convencionais estabelecidas pelas teorias de integração regional. Embora o grupo não seja um bloco econômico em sentido estrito, pois não há um documento que o constitua, os “Acordos de Fortaleza” permitem que os membros trabalhem juntos de forma mais permanente.

De acordo com Baumann (2015), o BRICS foi criado a partir de um acrônimo criado por um economista do mercado financeiro que procurava um formato mnemônico para sintetizar as economias com boas perspectivas de negócios. Atualmente, o conceito tornou-se um objeto de estudo para todos os que buscam entender as tendências contemporâneas do cenário internacional. Para o autor, todos os países dos BRICS são membros do G20 financeiro, que é o fórum mais influente do mundo em termos de governança. Com as informações atualmente disponíveis, os acordos antes das reuniões do G20 foram mais significativos entre os países membros do BRICS do que entre nações localizadas na mesma região. Desse modo, as posições defendidas são mais vistas como refletindo a contraposição entre “economias emergentes” e “países industrializados” como um corte regional.

Conforme a nota emitida pelo Ministério das Relações Exteriores (2024), desde a primeira Cúpula, em 2009, o BRICS tem ampliado significativamente

¹ Para esclarecer como decorreu a crise Subprime, acesse o artigo “A crise do subprime e seu papel na crise financeira”.

suas atividades em múltiplos setores. No setor financeiro os países membros passaram a atuar de forma concertada, a partir da crise de 2008, no âmbito do G20, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, com alvitre de reformas concretas das estruturas da governança financeira global, em linha com o aumento do peso relativo dos países emergentes na economia global.

Em julho de 2014, na Cúpula de Fortaleza, houve um acordo para a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NBD). Assinado em 2015, a cidade de Xangai, na China, recebeu a primeira sede do novo banco. O antigo vice-presidente do banco do BRICS, Paulo Nogueira (2016), afirmou em uma entrevista para a revista “Estudos Avançados” que o objetivo de fundar o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) tem um aspecto geopolítico. A relevância dessa pesquisa expressa uma colaboração para desenvolvimento da economia nacional. É uma contribuição imprescindível para os estudos científicos e, ademais, apresenta possíveis caminhos para combater os entraves das barreiras comerciais, alavancando o crescimento econômico dos principais países subdesenvolvidos.

O presente artigo consiste, portanto, em uma análise do cenário das relações econômicas do BRICS e tem como objetivo central identificar o papel do bloco na economia mundial e na geopolítica contemporânea. A partir de uma abordagem interdisciplinar que abrange a Estatística Descritiva, a pesquisa busca compreender como as relações entre os países que compõem o bloco emergente configuram-se numa cooperação necessária para inserção do Brasil nos vínculos comerciais com o mundo. O artigo também discute os desafios e as oportunidades que o BRICS enfrenta para consolidar sua posição como um ator relevante na ordem global, bem como as implicações dessa participação para o desenvolvimento sustentável e a cooperação Sul-Sul.

Nas próximas seções as variáveis macroeconômicas dos países pertencentes aos BRICS serão apresentadas. Os dados em questão foram coletados, majoritariamente, nas plataformas virtuais, The World Bank e IBGE Países, suas respectivas informações foram analisadas e aplicadas à estatística descritiva para interpretação dos indicativos econômicos.

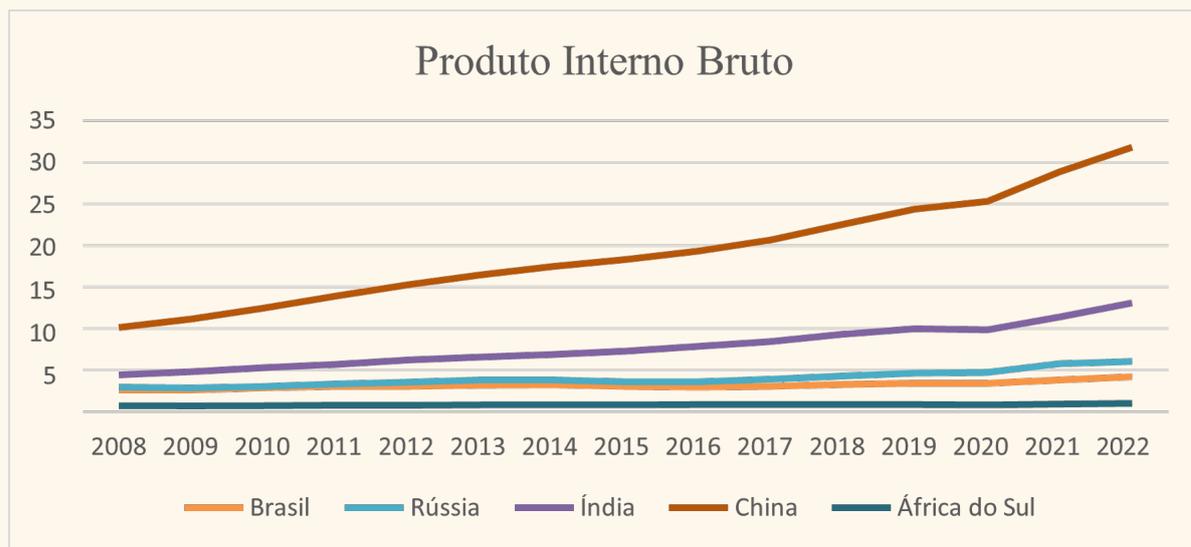
2. CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES PERTENCENTES AOS BRICS

Para melhor compreender o papel do BRICS na economia mundial e na geopolítica contemporânea, é importante conhecer as características dos países que integram esse bloco. Nesta seção, serão apresentados alguns dados e

informações sobre a população, o território e o desenvolvimento econômico e social de cada um dos membros dos BRICS. Esses aspectos são relevantes para entender as potencialidades e as limitações que cada país possui, bem como as semelhanças e as diferenças que existem entre eles. Além disso, essas características também influenciam nas relações que os países do BRICS mantêm entre si e com o restante do mundo. Neste instante, será apresentado um indicador econômico que é amplamente utilizado para medir o tamanho e o desempenho das economias nacionais: o Produto Interno Bruto (PIB).

No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), principal indicativo econômico que um país pode ter, é exibido no “Gráfico 1” o desempenho econômico do BRICS. O PIB chinês é o que mais se destaca dos demais, vale ressaltar que a economia de tal país asiático é menor, apenas, que os EUA no ranking mundial. A economia chinesa possui, aproximadamente, 18 trilhões (US\$) como PIB de valor máximo. A seguir analise os comportamentos econômicos dos cinco principais países emergentes:

Gráfico 1 – PIB nominal dos países pertencentes aos BRICS de 2008 a 2022 (em trilhões US\$)



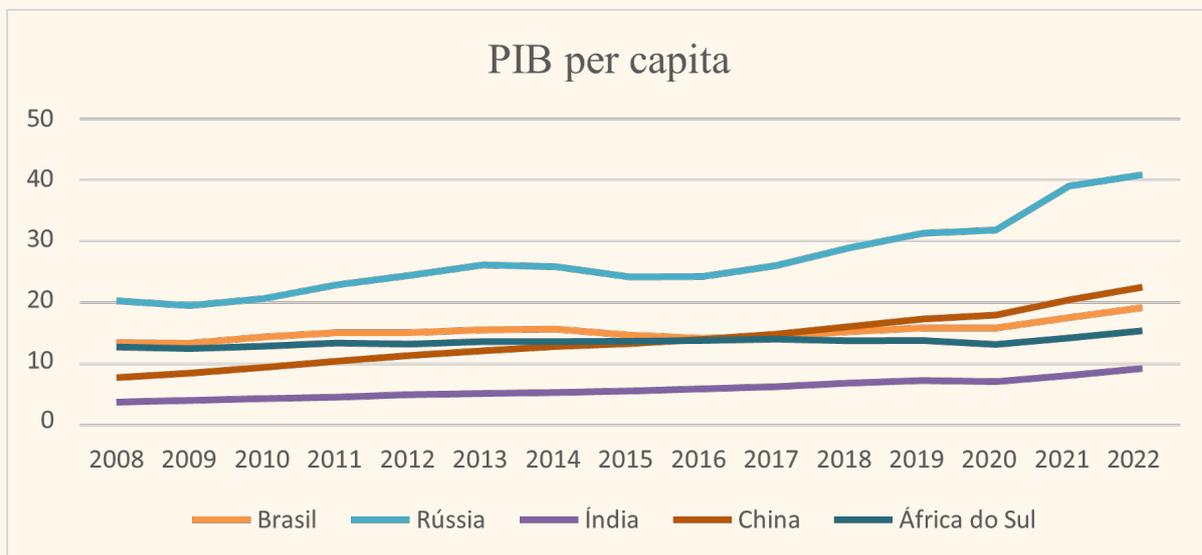
Fonte: Adaptado de The World Bank (2022)

No “gráfico 2”, apresentado abaixo, é possível explorar as flutuações econômicas em diferentes contextos históricos. Em 2009, por exemplo, o Brasil e a Rússia reduziram suavemente o PIB per capita de suas nações após a crise do Subprime se transparecer em 2008 – apesar de no ano de 2010 voltarem a crescer economicamente e, no Brasil isso foi possível devido às políticas anticíclicas² adotadas pelo governo - enquanto a Índia, China e África do Sul

² Para compreender o que é a política anticíclica, acesse o artigo “Eficácia da política fiscal anticíclica: evidências do desenvolvimento da Ásia”.

retomaram o aquecimento da economia de modo mais acelerado. Em 2020, período pandêmico da COVID- 19, todos os países revelam uma queda no crescimento econômico, apenas a China expressou um crescimento da renda per capita.

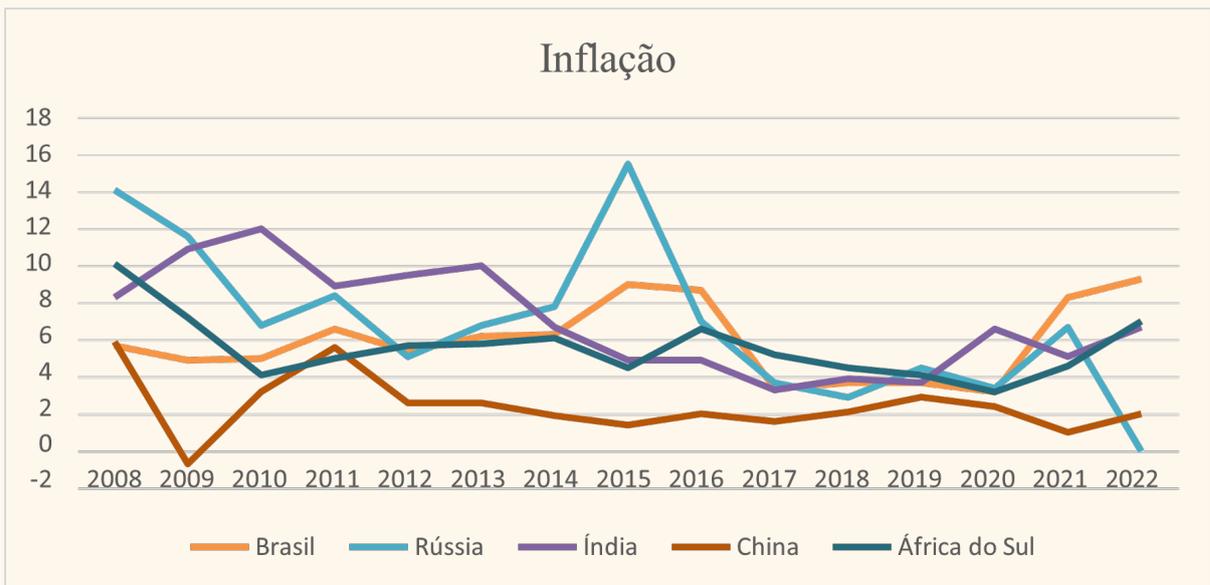
Gráfico 2 – PIB per capita nominal dos países pertencentes aos BRICS de 2008 a 2022 (em US\$)



Fonte: Adaptado de The World Bank (2022)

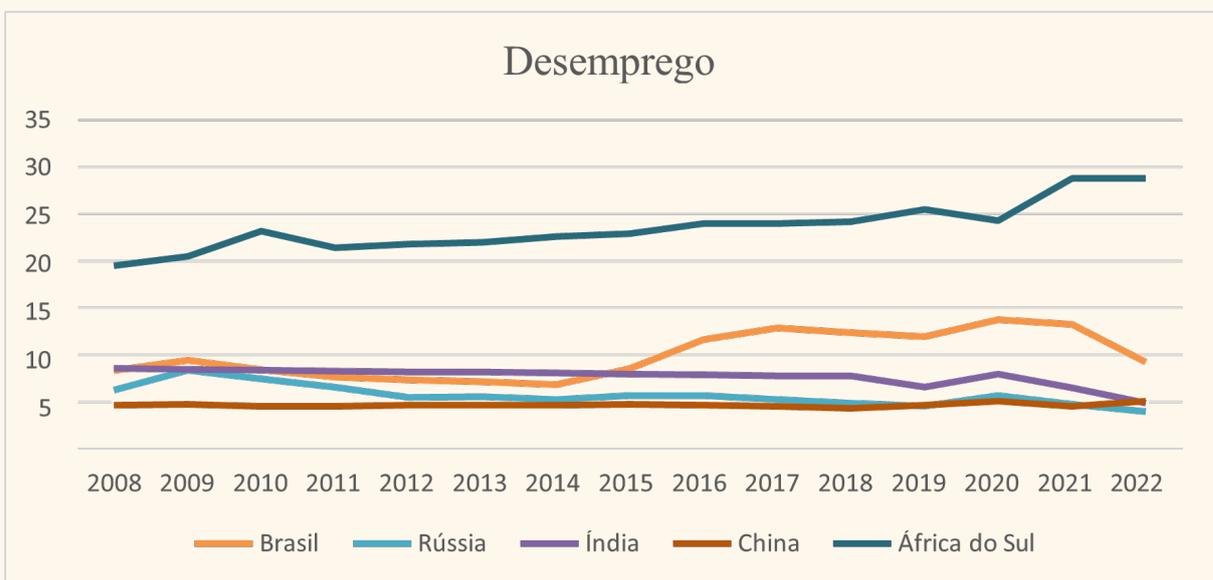
É fundamental ressaltar que, no PIB per capita, o número populacional possui grande atuação, em que interferem nos cálculos econométricos, mas ainda assim não é um indicador capaz de avaliar as desigualdades socioeconômicas.

No parâmetro inflacionário, todos os países analisados apresentam muitas oscilações. Entretanto, a China, por exemplo, alcançou em 2009 uma deflação. Enquanto a Rússia, uma hiperinflação, esses dados se destacam no “Gráfico 3”.

Gráfico 3 – Inflação dos países pertencentes aos BRICS de 2008 a 2022 (em %)

Fonte: Adaptado de The World Bank (2022)

No que diz respeito ao desemprego, a África do Sul está em evidência, se destacando fortemente dos demais países do bloco com suas taxas de desemprego muito elevadas. O Brasil, por sua vez, apresenta uma crescente em tal variável ao longo dos anos (apesar da redução após 2020), todavia, com oscilações durante os períodos analisados.

Gráfico 4 – Desemprego dos países pertencentes aos BRICS de 2008 a 2022 (em %)

Fonte: Adaptado de The World Bank (2022)

A população é uma das forças mais importantes do bloco. Nesse quesito, é perceptível que os países asiáticos, China e Índia, configuram-se em países altamente populosos e, juntos, os países que compõem o BRICS somam apro-

ximadamente 41% da população mundial, segundo o Apex Brasil (2024).

Tabela 1 – População dos países pertencentes aos BRICS em 2022

País	População
Brasil	215.313.498
Rússia	144.236.933
Índia	1.420.000.000
China	1.410.000.000
África do Sul	59.893.885

Fonte: Adaptado de The World Bank (2022)

Na tabela desenvolvida e apresentada abaixo é possível analisar a extensão territorial dos países que integram o BRICS, nota-se que três dos cinco maiores países do mundo abarca o bloco econômico e, ademais, a Rússia apresenta em sua extensão mundial o valor máximo.

Tabela 2 – Extensão territorial dos países pertencentes aos BRICS em 2022

País	Território (km ²)
Brasil	8.515.770
Rússia	17.098.250
Índia	3.287.260
China	9.562.910
África do Sul	1.219.090

Fonte: Adaptado de IBGE Países (2022)

Desse modo, percebe-se que os países que compõem o bloco BRICS possuem características econômicas muito relevantes, com perspectivas de transição para um novo cenário global. Devido a grande massa populacional do bloco, suas demandas por bens e serviços são altas e, por isso, na próxima seção será exposta a importância da formação e atuação do BRICS no comércio internacional.

2.1 CORRENTE DE COMÉRCIO

Muito utilizado para mensurar o volume total de bens e serviços comercializados pelos países, é imprescindível entender a posição comercial do país no cenário global. No ano de 2023, a China permaneceu sendo necessária para a corrente de comércio brasileira. De acordo com Dantas e Jabbour (2016), o

desempenho e a composição da corrente de comércio destaca a importância da China para o Brasil. Tal fato, fica claro, na Tabela 3 em que é imperceptível a presença do comércio brasileiro. Isso favorece o Brasil para que esteja bem-posicionado no cenário internacional e, ademais, torna-se um aliado indispensável para a conjuntura econômica global.

Tabela 3 – Corrente de Comércio dos países pertencentes aos BRICS em 2023 (em US\$)

País	Percentual (%)	Corrente de Comércio
Brasil	0,25	0,744 bi
Rússia	0,78	2,219 bi
Índia	40,22	115,592 bi
China	54,80	157,501 bi
África do Sul	3,95	11,356 bi

Fonte: Adaptado de Comex Stat (2023)

3. CONSUMO EM ENERGIA RENOVÁVEL

Conforme exposto por Goldemberg e Lucon (2007), acerca do desenvolvimento sustentável os autores esclarecem que com o crescimento populacional o consumo de energia aumentou. No século XX, o homem aprimorou o uso da tecnologia favorecendo a máquina a vapor e, desenvolveu motores de combustão interna, movidos a gasolina e diesel, que são derivados do petróleo. “Com o aumento da população há pouco mais de 7 mil anos, foi necessário aumentar a produtividade na obtenção dos recursos através da agricultura.” (GOLDEMBERG & LUCON, 2007, p. 9). As fontes de energia renováveis são aquelas geradas a partir dos recursos naturais como o caso dos potenciais hidráulicos (quedas d’água), eólicos (ventos), a energia das marés e das ondas, a radiação solar e o calor do fundo da Terra (geotermal).

Em contrapartida, as fontes de energias não-renováveis são caracterizadas pela reposição das fontes de energia fóssil e nuclear, em que requer um horizonte de tempo geológico para sua formação. De acordo com as expectativas, as fontes de energia limpa ultrapassarão muitos componentes de energia não renovável e ocuparão uma posição de liderança na quota global do consumo de energia. (MAAMAR, 2014).

Em conformidade com Danish *et al.* (2019), o BRICS tem apresentado um crescimento econômico que têm como um dos principais efeitos a melhoria no desenvolvimento tecnológico, que possibilita uma reforma no setor industrial. O uso intenso de combustíveis fósseis por todo o mundo, tanto nas economias

em desenvolvimento como nas desenvolvidas, possui graves desafios ecológicos, como a desflorestação, a escassez de água e as alterações climáticas (WU et al., 2017). Ao contrário da energia convencional, a energia renovável é pura, segura e infinita. Por consequência, os estudos indicam que o BRICS deve investir mais em energia sustentável para aquecer suas economias.

Tabela 4 – Ranking de consumo em energia renovável dos países pertencentes aos BRICS

Posição	País	Média (% do total)
1	Brasil	45,7
2	Índia	34,8
3	China	12,8
4	África do Sul	8,7
5	Rússia	3,3

Fonte: Adaptado de IBGE Países (2020).

É interessante analisar a tabela acima, relacionada ao consumo de energia renovável pelos países que constituem o bloco econômico BRICS. Todos os países possuem um nível estável no consumo de energia renovável ao longo dos anos em destaque (apesar do baixo nível de consumo) e, por sua vez, a Rússia é o país que manifesta maiores dificuldades em assumir um processo de transição energética, devido seus fatores climáticos. Entretanto, os demais possuem mais alternativas e menos obstáculos para adotar medidas mais sustentáveis.

4. BENEFÍCIOS DA COOPERAÇÃO

Segundo Stuenkel (2017), autor do livro: “BRICS e o futuro da ordem global”, o acrônimo BRICS apresenta grandes benefícios após a formação da cooperação técnica intrabloco, como, por exemplo, a facilitação no comércio, agricultura, estatísticas e até mesmo fóruns empresariais, do judiciário e da defesa. Serão explícitos alguns benefícios de participação intrabloco.

Quadro 1- Benefícios de participação dos países pertencentes ao bloco

Benefícios	Detalhes	Referências
Criação do Novo Banco de Desenvolvimento	Etapa inicial de uma cooperação financeira institucionalizada.	Stuenkel (2017)
Responsabilidade de Proteger (R2P)	Fortalecimento dos agentes estatais nos assuntos globais e envolvimento ativo no combate às principais causas de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade.	Stuenkel (2017)
Acordo de facilitação de comércio	Redução das barreiras e custos comerciais para o desenvolvimento econômico dos países emergentes e em desenvolvimento.	Martins e Bispo (2022), Besharati e Esteves (2015)
Aumento da participação no PIB mundial	Transformação fundamental na economia global devido à acumulação de ativos cambiais de longo prazo.	Griffith-Jones (2014)
Inovação tecnológica e qualidade ambiental	Uso de tecnologia <i>block-chain</i> para a facilitação do comércio e promoção da qualidade ambiental.	Gyamfi et al. (2022); UNECE (2019)

Fonte: Elaboração própria (2024).

De acordo com Martins e Bispo (2022), após os desdobramentos da pandemia da Covid- 19, a Organização Mundial do Comércio (OMC) apresentou no “Acordo de Facilitação de Comércio” a necessidade de reduzir as barreiras e custos comerciais, sobretudo dos países emergentes e em desenvolvimento. O objetivo central de tal política é para que o fluxo comercial e possibilidade de desenvolvimento econômico para as nações proativas sejam desempenhadas, Besharati e Esteves (2015), afirma que os ganhos de desenvolvimento mais relevantes são relacionados à remoção de barreiras ao comércio.

Assim, fica claro a importância de políticas que mitigam os custos das barreiras impostas pelo comércio internacional e, por isso, a união das economias emergentes é necessária para a cooperação e desenvolvimento de seus países. Na próxima seção, para concluir essa análise, será exposto algumas dinâmicas do comércio intrabloco e suas implicações.

5. CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos, o BRICS vem se consolidando como uma cooperação econômica e política necessária para o desenvolvimento de suas nações. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento somada à contribuição do bloco no G20 e acordos de facilitação ao comércio, são respostas de um novo cenário político que vem se formando. Ademais, a inovação tecnológica que vem sendo investida pelos países pertencentes ao bloco, desempenha um papel fundamental para as indústrias e, também, a tecnologia *Blockchain* que agrega fortemente para a facilitação comercial. Profissionais experientes neste campo identificaram padrões comuns que impulsionam o sucesso e o valor comercial da experimentação com *Blockchain* (UNECE, 2019).

Em síntese, é evidente que a união dos países que, atualmente, formam o bloco BRICS, foi fundamental para a expansão econômica e social de suas economias e, no parâmetro nacional não é diferente. Isso porque após a cooperação ser estabelecida, a contribuição internacional, entre os BRICS, se tornou crucial para a elaboração de políticas econômicas mais eficientes, políticas sociais capazes de amenizar as desigualdades e políticas ambientais sustentáveis reduzir os impactos causados pelas mudanças climáticas dos maiores países emergentes do mundo, assim, encaminhando o protagonismo do bloco para o cenário global e, incorporando o Brasil para cenários mais relevantes da economia mundial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. **O papel dos BRICS na economia mundial**. Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas. Rio de Janeiro, p. 57-65, 2009.
- Apex Brasil. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço**. Brasil, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/estudos/perfil-brics.html>>. Acesso em: 20 Maio 2024.
- BATISTA Jr, P. N. **Brics-Novo Banco de Desenvolvimento**. Estudos Avançados, v. 30(88), p. 179-184, 2016.
- BAUMANN, R. **BRICS: oportunidade e desafio para a inserção internacional do Brasil**. In: BAUMANN et al. BRICS: estudos e documentos. Brasília: FUNAG, p. 21-52, 2015.
- BESHARATI, N., & ESTEVES, P. **Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional**. Contexto Internacional, v. 37, p. 289- 330, 2015.
- COELHO, J. C., & CAPINZAIKI, M. R. **Hierarquia dos Estados no regime econômico- financeiro: os BRICS e a governança econômica global**. 2017.
- COOPER, A. F. **O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS: Mudando da alavancagem material para a capacidade inovadora**. Política Global, v. 8(3), p. 275-284, 2017.
- DAMICÓ, F. **História Anterior: Do Acrônimo de Mercado ao Diálogo Político- Diplomático**. In: DAMICÓ et al. BRICS estudos e documentos. Brasília: FUNAG, p. 53-76, 2017.
- DANIS, B., BALOCH, M. A., MAHMOOD, N., & ZHANG, J. W. **Effect of natural resources, renewable energy and economic development on CO2 emissions in BRICS countries**. Science of The Total Environment, p. 632-638, 2019.
- DANTAS, A. T., & JABBOUR, E. M. **Estratégia e comércio internacional: A importância da China ao Brasil**. SÉCULO XXI, 2016.
- GOLDEMBER, J., & LUCON, O. (2007). **Energias renováveis: um futuro sustentável**. Revista USP, (72), 6-15.
- Governo Federal. **Ministério das Relações Exteriores**. Brasil, Brasília, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/brics>>. Acesso em: 03 Maio 2024.
- GRIFFITH-JONES, S. **Um banco de desenvolvimento do BRICS: um so-**

nho se tornando realidade? (Nº 215) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 2014.

GYAMFI, B. A., AGOZIE, D. Q., & BEKUN, F. V. **Será que a inovação tecnológica, o investimento estrangeiro direto e os recursos naturais podem aliviar parte do fardo para as economias dos BRICS dentro da era industrial atual?** Tecnologia na Sociedade, p. 70, 2022.

JHA, S., MALLICK, SK, PARK, D., & QUISING, PF. **Eficácia da política fiscal anticíclica: evidências do desenvolvimento da Ásia.** Jornal de Macroeconomia , 40 , 82-98, 2014.

MAAMAR, S. & BEM-SALHA, O. **On the causal dynamics between economic growth, renewable energy consumption, CO2 emissions and trade openness: Fresh evidence from BRICS countries.** Renewable and Sustainable Energy Reviews, V. 39, 14-23, 2014.

MARTINS, M. M. V., & BISPO, S. Q. A. **Facilitação de comércio e tecnologias digitais: análise para os países do BRICS.** IPEA, Nota Técnica, p. 6-11, 2022.

SAGGIORO, A. E. **Brics: Um Balanço Crítico.** Cadernos do CEAS, v. 241, p. 374-391, 2017.

SANDERS, A. **A crise do subprime e seu papel na crise financeira.** Jornal de Economia Habitacional, 17 (4), 254-261, 2008.

STUENKEL, O. **BRICS e o futuro da ordem global.** Editora Paz e Terra, 2017.

UNECE. **Documento Branco sobre Blockchain.** p. 7-25, 2022.

WU, R., GENG, Y., & LIU, W. **Trends of natural resource footprints in the BRIC (Brazil, Russia, India and China) countries.** Journal of Cleaner Production, Part 2, p. 775-782, 2017.

Sustentabilidade no Ecoturismo e Infraestrutura Ecológica: O Papel da Fitorremediação

Luiz Carlos Castro de Araujo Lima

RESUMO

A relação entre ecoturismo e infraestrutura ecológica se fortalece através do uso estratégico de técnicas como a fitorremediação, que não apenas reabilitam áreas degradadas, mas também promovem a conservação ambiental enquanto suportam atividades econômicas sustentáveis. Este artigo é dedicado à pesquisa da potencialização do ecoturismo diante do consórcio entre esses elementos, preservando ao mesmo tempo a integridade ecológica e promovendo o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

1. Ecoturismo e Sustentabilidade

“O ecoturismo é definido por Morrison (2015) como uma modalidade de turismo que se baseia em deslocamentos para áreas naturais de forma responsável, visando à conservação do meio ambiente e ao empoderamento das comunidades locais.

Este gênero turístico, não apenas gera renda, mas também proporciona experiências enriquecedoras e educativas aos turistas. Assim, o Ministério do Turismo entende como Ecoturismo as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza e as comunidades receptoras, comprometidas com a conservação, a educação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, 2010).

Fennel (2002, p. 49), diz que um atividade desenvolvida em áreas naturais é ecoturística se ela atender a quatro requisitos, são eles:

- Causar mínimo impacto ambiental nas áreas visitadas
- Causar mínimo impacto as culturas e comunidades locais;
- Gerar o máximo de benefício econômico possível para as áreas;

- Gerar máxima satisfação para o turista.

A prática ideal do ecoturismo é ilustrado no gráfico de Venn (Fig. 1) pela interseção dos quatro círculos que representam requisitos para uma atividade ser reconhecida como ecoturística. Esta interseção simboliza a harmonia entre as exigências ambientais, sociais e econômicas, resultando em benefícios socio-econômicos e ecossistêmicos.

Fig. 1 – Requisitos para uma atividade ser reconhecida como ecoturística



Fonte: (Elaborado pelo próprio autor; FENNEL; 2002, p. 49).

O gráfico de Venn acima, explicita o ideal da atividade Ecoturística. O Círculo 1 representa o objetivo de causar o menor impacto possível no meio ambiente. O ecoturismo deve priorizar a conservação dos habitats naturais e a biodiversidade, garantindo a integridade das áreas visitadas para as futuras gerações. No Círculo 2 é destacada a importância de respeitar as culturas e modos de vida das comunidades locais, promovendo uma interação harmoniosa entre visitantes e populações anfitriãs, valorizando e integrando as tradições locais. Para o beneficiamento a partir do desenvolvimento que beneficie as comunidades anfitriãs, o Círculo 3 aborda a geração de benefícios econômicos para as áreas visitadas, com interesses de contribuir para a economia local, criando empregos e oportunidades de renda. Por fim, o Círculo 4, destaca a importância de proporcionar experiências significativas e satisfatórias para os turistas, a

partir de um contato profundo com a natureza e as culturas locais, como sendo um elemento essencial para o sucesso das iniciativas ecoturísticas. Diante da legenda do diagrama, a interseção dos Círculos, seria portanto a prática ideal do ecoturismo. A área central representa a prática ideal do ecoturismo, onde todos os requisitos se sobrepõem. Essa interseção simboliza a harmonia entre os quatro círculos, resultando em uma experiência de ecoturismo que respeita e preserva o meio ambiente, gera benefícios econômicos e proporciona satisfação aos turistas, alinhando-se com os princípios estabelecidos por Fennel (1999; 2002).

A prática do ecoturismo está intrinsecamente ligada à sustentabilidade, sendo indispensável para o equilíbrio entre as necessidades dos turistas e das comunidades locais. Badr (2022) enfatiza que um ecoturismo eficaz deve considerar as expectativas dos visitantes sem comprometer os recursos e a cultura das comunidades anfitriãs. Nesse contexto, Khambali *et al.* (2020) recomendam o uso da fitorremediação como uma ferramenta para a conservação ambiental através do turismo sustentável, criando um ambiente mais saudável tanto para turistas quanto para as comunidades locais ao utilizar plantas que melhoram a saúde geral das áreas afetadas.

2. O Conceito de Infraestrutura Ecológica

A infraestrutura ecológica (IE) refere-se a uma rede ecológica estrategicamente planejada e projetada para fornecer serviços ecossistêmicos, promovendo a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas, enfatizando a importância dessas estratégias na integração da natureza no meio social.

Este conceito foi introduzido pela UNESCO em 1984 pelo programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) e estabelece princípios para conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento sustentável, através de soluções ecológicas para problemas urbanos e rurais, conforme Chen *et al.* (2011) destaca.

A ascensão de projetos infraestruturais baseados na natureza, apresentados por corporações e estados como soluções biotécnicas para controlar crises ecológicas (BORG, POLICANTE, 2023), impulsionam as experiências no turismo sustentável equilibrando desenvolvimento turístico e preservação ambiental como, por exemplo, através da incorporação de fitotecnologias.

3. Fitorremediação: Conexão entre Ecoturismo e Restauração Ambiental

A restauração eco-ambiental, um campo da ecologia que remonta aos anos

1830, busca recuperar ecossistemas danificados (Chen *et al.*, 2011). Uma das técnicas que se alinha a esse conceito é a fitorremediação, pois atua diretamente na recuperação da qualidade ambiental, reabilitando habitats e promovendo a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas.

Conforme ilustrado na figura 2, essa técnica não apenas melhora a qualidade ambiental, mas também atua na extração de recursos, fortalece a resiliência dos ecossistemas, gera empregos e produtos de alto valor agregado, integrando-se perfeitamente às práticas de ecoturismo ao transformar áreas degradadas em locais sustentáveis para o turismo.

Fig. 2 - Diversos benefícios do uso de plantas para fitorremediação



Fonte: (Traduzido e adaptado pelo próprio autor de: KUMAR *et al.*, 2021).

A fitorremediação desempenha um papel importante no desenvolvimento do ecoturismo, pois oferece oportunidades de entretenimento e emprego no turismo ecológico e na educação ambiental, estimulando a indústria global de turismo de plantas e contribuindo para a conservação e restauração de áreas degradadas.

Desenvolve-se a proposta da incorporação da fitorremediação em projetos de ecoturismo, possibilitando a reversão da degradação ambiental e, ao mesmo tempo, educando os visitantes sobre a importância da conservação e do

uso sustentável dos recursos naturais para mitigação das mudanças climáticas. Incorporar a fitorremediação em programas educacionais pode ajudar as comunidades a entenderem a importância de soluções naturais para a restauração ambiental.

4. Implementação da Fitorremediação no Ecoturismo

Integrar a fitorremediação no contexto do ecoturismo permite contemplar uma variedade de benefícios em recursos turísticos sustentáveis e educativos, conforme apresentado no Quadro 1, atribuindo valor estético (LIU et al., 2018) ao mesmo tempo que promove um turismo responsável que beneficia tanto ambientalmente quanto economicamente.

A integração das comunidades locais no ecoturismo fomenta a conservação ambiental e a apreciação da natureza, oferece aos turistas uma eco-pedagogia enriquecedora sobre a restauração de áreas degradadas, aprendida diretamente daqueles que são parte integrante desses ecossistemas. Ferreira (2022) afirma que essa troca de conhecimentos gera narrativas autênticas e significativas, que não apenas conectam os visitantes ao contexto ecológico e cultural do local, mas também consolidam a identidade e o saber das comunidades locais.

Khambali *et al.* (2020) destaca o impacto positivo da fitorremediação no desenvolvimento do ecoturismo sustentável, fortalecendo a economia local e educando os visitantes sobre conservação ambiental e sustentabilidade. Dessa forma, ao incorporar a fitorremediação ao ecoturismo, através da conexão entre estudo, aplicação prática e participação da comunidade, é possível avançar rumo a um futuro mais sustentável.

Contudo, objetivando a estruturação de um empreendimento para o desenvolvimento da atividade ecoturística, o Ministério do Turismo destaca que é preciso considerar que a infraestrutura deve expressar e fortalecer a identidade característica do território em questão, sem agredir a paisagem (BRASIL, 2010). Verifica-se a importância de considerar os custos envolvidos nas intervenções de restauração ecológica, como planejamento, preparação do solo, propagação de plantas, plantio e gerenciamento, ao avaliar os benefícios monetários dessas ações (ELMQVIST *et al.*, 2015). A integração desses métodos não só amplia o envolvimento das partes interessadas, mas também estimula atividades ecológicas que são vantajosas localmente e globalmente.

5. Benefícios Socioeconômicos e Ecológicos

A fitorremediação, como instrumento de infraestrutura ecológica, fortalece o modelo de turismo ecológico, baseado na sustentabilidade, pois recupera ambientes por meio de métodos naturais e sustentáveis, sendo essencial em áreas afetadas por resíduos agroquímicos persistentes (MORTEZA *et al.*, 2012; MOSTAFALOU & ABDOLLAHI, 2013).

Implementar práticas de gestão ecológica em áreas degradadas, afirma Morrison (2015), não só revitaliza o meio ambiente, mas também fortalece a economia local, através de atividades como o agriturismo, *eco-lodges* (ecoturismo de base local), visitas a áreas de conservação, senderismo, entre diversas outras práticas que promovem o desenvolvimento sustentável. Ao revitalizar áreas degradadas, práticas de fitorremediação e infraestrutura promovem o turismo-responsável, gerando empregos entre outros benefícios significativos para a comunidade no geral.

A educação ambiental e a integração da agricultura com o turismo, como discutido por Živković & Mitrović (2018), tornam-se fundamentais para um turismo responsável e para o crescimento econômico, beneficiando tanto o ambiente quanto as comunidades locais. A eco pedagogia tem o potencial de desenvolver uma consciência planetária perpassando pela educação formal, informal e não formal (VILANI *et al.*, 2023).

Quadro 1 – Benefícios Socioeconômicos e Ecológicos na integração entre infraestrutura ecológica com práticas de fitorremediação no contexto do ecoturismo.

Benefício	Categoria	Descrição	Citação
Fitorremediação	Ambiental	Melhora a qualidade ambiental e transforma paisagens.	(MORTEZA <i>et al.</i> , 2012)
Ecoturismo	Econômico; Social; Ambiental	Gera renda, estimula o desenvolvimento sustentável e melhora o bem-estar das comunidades.	(BADR, 2022)
Educação ambiental	Social; Ambiental	Promove valores éticos e ecocêntricos.	(VILANI <i>et al.</i> , 2023)
Gestão ecológica	Econômico; Social	Impulsiona o ecoturismo e o crescimento socioeconômico.	(MORRISON, 2015)
Agricultura sustentável	Econômico	Agriturismo gera renda adicional para proprietários.	(MORRISON, 2015)
Conservação e restauração	Ambiental	Cria oportunidades para turismo ecológico e educação ambiental	(MORRISON, 2015)

Infraestrutura ecológica	Ambiental	A infraestrutura ecológica corrobora em ambientes mais saudáveis e equilibrados.	(CHEN <i>et al.</i> , 2011)
Uso de plantas fitorremediadoras	Ambiental; Econômico	Transformação de áreas contaminadas em locais para ecoturismo e geração de receitas.	(LIU <i>et al.</i> , 2018)
Turismo de plantas	Econômico	Indústria global baseada em teorias fenológicas.	(LIU <i>et al.</i> , 2018)
Turismo rural sustentável	Econômico; Social; Ambiental	Diversificação econômica, preservação de características naturais e culturais, gerando empregos e renda.	(RUSCHAMANN, 2000)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2023).

6. Desenvolvimento Sustentável Através da Bioeconomia, Educação Comunitária e Infraestrutura Ecológica

A necessidade de promover um desenvolvimento sustentável é cada vez mais premente em um mundo que enfrenta desafios como a degradação ambiental, a desigualdade social e as mudanças climáticas. Nesse contexto, a bioeconomia surge como uma abordagem inovadora, utilizando os princípios fundamentais da vida para transformar sistemas econômicos e sociais. A biotecnologia, uma das bases da bioeconomia, desempenha um papel crucial nesse processo, oferecendo soluções para a produção sustentável de alimentos, energia e produtos químicos. O planejamento de estratégias que integram bioeconomia, marketing digital e comunitário, juntamente com a infraestrutura ecológica, torna-se vital.

7. Desafios e Perspectivas Futuras

Apesar dos benefícios, também existem desafios significativos, como a necessidade de uma coordenação operacional efetiva e o fortalecimento das capacidades humanas para lidar com questões ambientais e climáticas (TRANG & LOC, 2022; DUVAT *et al.*, 2022). A implementação de soluções integrativas, como a fitorremediação e a infraestrutura ecológica, requer um planejamento cuidadoso e investimentos em educação e tecnologia para serem eficazes.

A integração das tecnologias e fitotecnologias tem impulsionado significativamente o desenvolvimento do ecoturismo sustentável. Aplicativos móveis,

mapas interativos e ferramentas de realidade virtual oferecem guias de ecoturismo, passeios virtuais e estações informativas aos visitantes. Estas inovações promovem a educação ambiental e a conscientização sobre a preservação do patrimônio cultural, adotando abordagens responsáveis e sustentáveis. Além disso, esses recursos tecnológicos reduzem a necessidade de infraestrutura física, incentivando práticas responsáveis e gerando impactos ambientais e sociais positivos.

As abordagens responsáveis e sustentáveis dentro do ecoturismo demonstram um compromisso em ascensão. Ao adotá-las, a indústria preserva o patrimônio cultural e oferece experiências significativas, ao mesmo tempo que contribuem para a sustentabilidade a longo prazo de destinos e comunidades.

Conclusão

O ecoturismo sustentável e a fitorremediação se tornam aliados na promoção da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento socioeconômico regional, enriquecendo as experiências turísticas e fomentando uma conexão mais profunda com a natureza. Essa abordagem preserva a beleza natural e a biodiversidade, fortalece as economias locais e promove um modelo de turismo que beneficia as comunidades.

A promoção da bioeconomia, integrando infraestrutura ecológica com práticas de fitorremediação no ecoturismo, forma uma base sólida para a conservação por meio do desenvolvimento sustentável e da educação ambiental. Isso eleva as experiências de ecoturismo a patamares de autenticidade e responsabilidade.

As iniciativas discutidas além de melhorar a qualidade de vida e a saúde pública, fortalece a inclusão social e o empoderamento comunitário. A promoção da bioeconomia, junto com estratégias educacionais, é fundamental para o bem-estar social e desenvolvimento sustentável e equitativo. A educação e a conscientização são essenciais para garantir a utilização responsável dos recursos naturais, pavimentando o caminho rumo a para um futuro mais justo e ecologicamente equilibrado.

Referências bibliográficas

- BADR, M. E. M., Challenges and Future of the development of sustainable ecotourism; **International Journal of Modern Agriculture and Environment**; v. 2, n. 2; 2022
- BORG, E., POLICANTE, A., Ingegneria delle infrastrutture viventi: l'economia biopolitica delle architetture di pioppo nell' Antropocene; **Scienza & Politica**, v. 35, n. 69, p. 89-112; 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo; Ecoturismo: orientações básicas. / **Ministério do Turismo**, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília, 2010.
- CHEN; ZHONG; ZHANG; Research on Ecological Protection and Restoration in Ecotourism Area - A Perspective of Ecological Infrastructure; **Journal of Hospitality & Tourism**, v. 9, n. 1, China; 2011.
- DUVAT, V.K.E., MAGNAN, A.K., GOELDNER-GIANELLA, L. et al. Internal relocation as a relevant and feasible adaptation strategy in Rangiroa Atoll, French Polynesia. **Sci Rep**; v. 12; 2022.
- ELMQVIST, T., SETÄLÄ, H., HANDEL, S., VAN DER PLOEG, S., ARONSON, J., BLIGNAUT, J., ... DE GROOT, R., Benefits of restoring ecosystem services in urban areas. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 14, 101–108; 2015.
- FENNELL, D. A., **Ecotourism: An Introduction**; 1999.
- FENNELL, D. A. Ecotourism: Where We've Been; Where We're Going. **Journal of Ecotourism**, v. 1; n. 1, p. 1–6; 2002
- FERREIRA, P. T. A., Teorias do turismo – por epistemologias do sul global. *In*: OLIVEIRA, J. L. S.; SANTOS, L. O. S.; PANOSSO NETTO, A. (org.). **Teoria do turismo: interfaces, educação e práticas**. São Paulo: Edições EACH; Coleção desenvolvimento do turismo, v. 2; p. 53; 2022.
- KHAMBALI, R., RACHMANIYAH, R., ROKHMALIA, Pendampingan Program Pengembangan Ekowisata Mangrove dengan Kegiatan Konservasi Lingkungan; **Jurnal Penelitian Kesehatan SUARA FORIKES** (Journal of Health Research FORIKES VOICE); v. 11, n. 4; 2020.
- KUMAR, J., MALIK, N. A., ATRI, N. S., Aromatic and Medicinal Plants for Phytoremediation: A Sustainable Approach; **Medicinal and Aromatic Plants: Healthcare and Industrial Applications**; Ed. Aftab, Tariq; Hakeem, Khalid; Springer; 2021.

- LIU, J., XIN, X., & ZHOU, Q., Phytoremediation of contaminated soils using ornamental plants. **Environmental Reviews**, v. 26, n. 1, p. 43–54; 2018.
- MORRISON, C., Ecosystem Services of Ecotourism in Agricultural Zones; **Mainstreaming Ecosystem Services and Biodiversity into Agricultural Production and Management in the Pacific Islands**; FAO; 2015
- MORTEZA, F., MASNAVI, M. R., & KHALIGHI, N., Use of Natural Purification of Water Cycle and Water Management as a solution towards Ecodesign. **Design for Innovative Value Towards a Sustainable Society**, 33–37; 2012.
- MOSTAFALOU, S., & ABDOLLAHI, M. Pesticides and human chronic diseases: Evidences, mechanisms, and perspectives., **Toxicology and Applied Pharmacology**, v. 268, n. 2, p. 157–177; 2013.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. Tradução . São Paulo: Papirus, 2000; Acesso em: 08 maio 2024.
- TAO, Z., GE, Q., WANG, H., & DAI, J., Phenological basis of determining tourism seasons for ornamental plants in central and eastern China; **Journal of Geographical Sciences**, v. 25; n. 11; 2015
- TRANG, N. T. T. e LOC, H. H., Eco-agritourism as an Ecosystem-based adaptation (EBA) against climate change impacts for the Vietnamese Mekong Delta: a viewpoint. **Earth and Environmental Science**, v. 1028, n.1, 2022.
- UNESCO., UNESCO. Action plan for biosphere reserves - Programme on Man and the Biosphere (MAB). **Nature and Resources**; Vol. 20, No 4, p. 1–12., France; 1984.
- VILANI, R. M., OLIVEIRA M. A., MACHADO C. J. S., Reflexões sobre pós-extratativismo a partir da percepção de educandos do curso de turismo; **Educação**; v. 48; 2023.
- ŽIVKOVIĆ, S., MITROVIĆ L., The current development level of sustainable rural tourism in Montenegro; **Green Room Sessions 2018 International GEA (Geo Eco-Eco Agro)**; 2018.